



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 79

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 24 de Novembro de 2010

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado António Pedro Costa)*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 09 minutos.

A sessão iniciou-se com a chamada dos Srs. Deputados entrando-se de imediato na Agenda da Reunião com a continuação da **discussão e aprovação da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010, referente ao Plano Regional Anual da RAA para 2011**, e a **discussão e aprovação da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010, referente ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2011**.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Álvares (*PSD*), Benilde Oliveira (*PS*), Luís Garcia (*PSD*), Mário Moniz (*BE*), José San-Bento (*PS*), Paula Bettencourt (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco César (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*), Clélio Meneses (*PSD*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Lizuarte Machado (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*), Aida Santos (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Nélia Amaral (*PS*), Bárbara Chaves (*PS*), João Costa (*PSD*), José Ávila (*PS*), Piedade Lalandia (*PS*), José San-Bento (*PS*), Cláudio Almeida (*PSD*), Ricardo Cabral (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Domingos Cunha (*PS*), Duarte Moreira (*PS*), António Ventura (*PSD*), António Parreira (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologias e Equipamentos (*José Contente*), da Economia (*Vasco Cordeiro*), do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*), da Saúde (*Miguel Correia*), da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 55 minutos)

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo. Vamos iniciar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares. Vamos proceder à chamada.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Herberto Santos da Rosa

Maria da Graça Lopes Teixeira

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco Amaral

Paula Cristina Dias Bettencourt

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

António Maria Silva Gonçalves

António Augusto Batista Soares Marinho

António Pedro Rebelo Costa

António Lima Cardoso Ventura

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)
Abel Jorge Igrejas **Moreira**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**
Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Bloco de Esquerda (BE)
Mário Manuel de Castro **Moniz**
Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)
Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)
Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.
Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.
Vamos iniciar os nossos trabalhos com a intervenção do Sr. Secretário Regional da
Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(O Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado António Pedro Costa)

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
O Sistema Científico e Tecnológico nos Açores tem avançado nesta legislatura
com vários projectos estruturantes numa estratégia clara de rentabilização de
recursos, paridade com indicadores nacionais e desenvolvimento da Sociedade e
Economia do Conhecimento.
Passo a ilustrar alguns desses projectos que demonstram isto mas também a
centralidade dos Açores e o papel crescente no atlântico, como base central de
cruzamento de saberes e de conhecimento: a Estação de Santa Maria da ESA

juntamente com o Centro Nacional de Vigilância Marítima do Atlântico, que como se sabe no próximo ano volta a assumir papel crucial em novas missões espaciais da Agência Europeia Espacial, constituindo mesmo o pólo mais avançado do país no domínio da tecnologia ligada ao espaço; a Rede de Estações Permanentes da Região Autónoma dos Açores (REPRAA) que facilita trabalhos de geo-referenciação e possibilita interoperabilidade dos seus utilizadores sendo os Açores umas das 19 regiões a nível mundial que têm esta tecnologia disponível; a Estação de infra-sons e detecção de ensaios nucleares da Comissão Preparatória da Organização do Tratado sobre a Proibição Total de Ensaios Nucleares (CTBTO) já em funcionamento na Graciosa, revelando uma vez mais que os Açores são uma Região de importância crescente nos domínios da segurança mundial e desenvolvimento científico e tecnológico, ao serem o único território nacional a incluir 3 estações de infra-sons fundamentais no domínio da vigilância; as novas estações de Santa Maria e Flores cujo equipamento está em construção estimando-se a 1ª instalação deste equipamento no decurso do próximo ano em Santa Maria, integradas na Rede Atlântida de Estações Geodinâmicas Espaciais (RAEGE), numa verdadeira constelação de estações científicas e tecnológicas ligadas a vários domínios do conhecimento; Projectos na área da Oceanografia em que apoiamos o DOP como o "Ocean Eye; Projectos na área do Clima e Meteorologia (ARM e PicoNare); o Projecto Europeu ENERGIC - EUROPEAN NETWORK REGIONAL GEOSPATIAL INFORMATION - Rede de Centros Regionais Europeus de Informação Geoespacial Europeia; o Projecto Europeu DORIS - Downstream Observatory organised by Regions active In Space e o Projecto Europeu Corine: Cartografia land Cover e a nossa participação como sócios fundadores da associação NEREUS na qual integramos o conselho directivo que congrega as regiões europeias que utilizam tecnologia espacial, posto avançado na Europa e que nos garante a proximidade e acompanhamento do importante projecto GALILEU alternativa ao GPS, todos exemplos que fazem parte desta trajectória positiva na Sociedade do Saber, ou seja, do conhecimento e da experiência

No que respeita à melhoria das acessibilidades às Tecnologias de Informação Comunicação e Electrónica (TICE) reduziremos os apoios a espaços TIC onde eles já não se justifiquem, como se denota pela melhoria crescente dos indicadores de acesso das famílias açorianas às TICE. Na verdade, tanto na posse de computador, como acesso Internet e à Banda Larga os Açores de 2010 estão no pelotão da frente com Lisboa e Algarve, apesar do nosso ponto de partida em 2003 ser dos mais baixos do País em cada um destes indicadores.

Na Cartografia concluímos a cobertura total de ortofotos à escala 1/5000 da Região, e generalizámos a cartografia 1/5000 vectorial em todas as ilhas. Os avanços nesta área permitiram mesmo integrarmos a nossa cartografia nos conhecidos programas Google Earth e Virtual Earth da Microsoft. Outrossim, o "GeoCid" (disponibilização de informação Geográfica de Cidadania), do Programa de Cooperação Transnacional-Madeira-Açores-Canárias, PCT - MAC, já está no Portal IDEIA que brevemente será disponibilizado à população permitindo a visualização e utilização da informação cartográfica existente da RAA. O "IDEIA - Infra-estrutura de Dados Espaciais Interactiva dos Açores" constitui na área dos

sistemas de informação geográfica - SIG, uma ferramenta transversal na Região à semelhança do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) no território continental. O IDEIA além do GEOCID também inclui a plataforma já existente do Governo, o Geo@çores, e recentemente o SIGENDA portal de endereços que está disponível nas ilhas de S. Miguel, Terceira, Pico e Faial e vai estender-se a todas as ilhas no próximo ano. No quadro da melhoria do acesso às TICE também instalamos em todas as ilhas da Coesão redes Wi-Fi de carácter gratuito, bem como nas aerogares do Pico e da Terceira. Mais, ampliámos a rede de observatórios de Ciência criando recentemente o Observatório Microbiano dos Açores, no Concelho da Povoação, mais precisamente na Freguesia das Furnas onde este ano se vai comemorar o dia nacional e internacional da cultura científica. Este observatório nas Furnas veio demonstrar que temos recursos naturais que nos podem trazer valor acrescentado, desde que a investigação esteja ligada a contextos empresariais, neste caso concreto, por exemplo, ligados à indústria de produtos cosméticos. Todos estes projectos e medidas inserem-se numa estratégia de desenvolvimento sustentável para os Açores ligada ao reforço das capacidades regionais no domínio do conhecimento, que foi definida no programa do governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A partir de agora vamos reforçar a aposta do Governo e o investimento nos projectos científicos e tecnológicos, inovadores, de contexto empresarial e naqueles que tenham interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores. Ou seja, privilegiaremos as redes de investigação que constituam parcerias nacionais e internacionais e a pesquisa ligada às empresas, integrada, por exemplo, nas infra-estruturas tecnológicas que estamos a criar na região. São os casos do Centro de Excelência do Mar que já possuem condições de funcionamento no IMAR/DOP no Faial, do NONAGON (Parque Tecnológico de S. Miguel) e do Instituto de Biotecnologia e Biomedicina da Terceira. Estes Parques Tecnológicos têm uma missão específica a de aumentar a riqueza da nossa Região através da promoção de uma cultura científica, geradora de inovação e competitividade nas empresas que serão apoiadas nos negócios baseados no conhecimento. Pretende-se que estas infra-estruturas apoiem os ecossistemas sócio-económicos da Região ultrapassando desafios conjunturais e estruturais e, por outro lado que estejam integradas na Rede Mundial de Parques de Ciência e Tecnologia. Para isso o Governo dos Açores irá assinar no próximo ano protocolos com 3 Parques Tecnológicos do Continente e estamos a preparar as candidaturas de integração nas Associações Nacional e Internacional de Parques de Ciência e Tecnologia, de modo a estarmos acreditados formal e operacionalmente nestas associações e a podermos desenvolver projectos em rede nacional e internacionalmente.

Entretanto, já estamos a trabalhar na criação de um Centro de Inovação de Negócios (BICBusiness Innovation Center) em S. Miguel de promoção do empreendedorismo com micro e pequenas empresas que se possam associar à rede BICS existente em Portugal. Acrescem as manifestações de interesse de várias empresas de média e grande dimensão ligadas aos sectores das energias renováveis, das tecnologias da informação comunicação e electrónica, que pretendem integrar-se no NONAGON (Parque Tecnológico de S. Miguel). Quer dizer, estando em curso a construção da 1ª fase deste parque, a nossa maior

preocupação é já com os seus conteúdos. Também, para o IBBA na Terceira (Terra-Chã) já está delineada a estratégia e já foi negociada a instalação de uma empresa da área da medicina nuclear que aqui vai sedear o 2º ciclo do país. O IBBA contará, entre outras valências, com um Centro de Inteligência Competitiva com funções de prestação de serviços à comunidade académica e empresarial no domínio das indústrias farmacêuticas, biomedicina e biotecnologia, vigilância tecnológica e procura de oportunidades de negócio, transferência tecnológica e acompanhamento das tendências tecnológicas mundiais e formação na área da gestão da inovação, para além da criação de uma academia para crianças e público jovem e de uma quinta biológica.

Neste processo de forte mudança e modernização em curso, a Universidade dos Açores já é parceiro privilegiado e continua a ser apoiada expressivamente pelo Governo Regional no quadro do Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação. Na verdade, de 2004 a 2010, só na Universidade açoriana o Governo investiu cerca de 16 milhões de euros nos programas "Apoio às Instituições Científicas", "Apoio a projectos de investigação científica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores", "Apoio a formação avançada", "Apoio a iniciativas de I&D em contexto empresarial", "Apoio ao desenvolvimento tripolar" e ainda os protocolos com o Laboratório Regional de Engenharia Civil e com a Protecção Civil.

O Plano de 2011 sinaliza e reforça o investimento em dois eixos prioritários "Apoio a projectos de investigação científica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores" e "Apoio a iniciativas de I&D em contexto empresarial". Trata-se de suscitar um novo impulso na investigação científica destinada a responder a problemas específicos dos Açores e associados à criação de valor das empresas. É preciso que a comunidade científica contribua com conhecimento para, por exemplo, como dizia esta semana um investigador daqui a alguns anos se possam explorar os recursos minerais junto das fontes hidrotermais e das rochas dos fundos marinhos, ou que se transformem as lamas das caldeiras das Furnas em produtos de valor acrescentado transaccionáveis no mercado global.

O nosso futuro estará assim indelévelmente ligado ao tripé conhecimento, inovação e competitividade; não estamos isolados do mundo e por conseguinte, temos que acompanhar as novas tendências por exemplo, de "computação por nuvem", "serviços de localização", "redes sociais" e "produtos inteligentes". Todos os projectos que estão em curso ou projectados, não devem ser vistos isoladamente, inscrevem-se na Sociedade e Economia do Conhecimento, prevista na Agenda 2020 e na Agenda Digital Europeia em que já estamos a participar e que aprofundaremos nos próximos anos, procurando novas dinâmicas de emprego e potenciando um modelo económico sustentável, inteligente e inclusivo. Estamos cientes que este é um caminho que nos vai trazer cada vez mais oportunidades de desenvolvimento, sabemos que estamos numa fase inicial deste processo, mas *mutatis mutandis*, também há 20 anos poucos acreditavam no turismo porque os hotéis escasseavam, o emprego era diminuto e os empresários do ramo eram poucos. Pela natureza e velocidade associada ao mundo das TIC acreditamos que levaremos menos tempo a consolidar mais este pilar de desenvolvimento.

Após forte investimento nos últimos anos no sistema viário regional onde já construímos ou reabilitámos quase toda a rede de estradas regionais, vamos agora continuar a reabilitar as vias restantes que ainda carecem de intervenção. O plano do próximo ano reforça o investimento na requalificação e como anunciámos as Estradas das Flores e Corvo constituem prioridade, a par de outras intervenções de dimensionamento diverso em todas as outras ilhas. Os recursos disponíveis e as opções políticas do governo estarão na base de decisões futuras sobre novos investimentos.

Novas metodologias e abordagens aos transportes públicos de passageiros estão também a ser praticadas, onde já pontificam a oferta de qualidade e preço na ilha das Flores, no próximo ano a introdução de novos tarifários, itinerários e horários em S. Miguel, cumprindo uma resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, aprovada nesta Assembleia, e também esperamos em Santa Maria, lançado que já foi o respectivo concurso público. A experiência colhida nestas ilhas poderá ser replicada para os outros sub-sistemas das restantes ilhas onde há este tipo de transporte. Outro eixo em que já estamos a trabalhar é na introdução da tecnologia dos veículos híbridos que gradualmente possam substituir os actuais autocarros que, mesmo assim, por força dos investimentos apoiados pelo governo no montante de 19 milhões de euros destinados à aquisição de 201 novos autocarros) que emitem 7 vezes menos gases poluentes e consomem metade do combustível dos autocarros antigos, com benefícios no custo de exploração e até na factura energética com reflexos positivos no PIB regional pela diminuição da importação de gasóleo rodoviário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores tem dado grande atenção à segurança dos açorianos com uma atitude de reforma e investimentos que vão continuar.

Na verdade, os valores investidos nos Bombeiros da nossa Região são apontados como o um exemplo, pelas associações humanitárias de bombeiros de todo o País. O Governo dos Açores tem garantido condições ímpares de sustentabilidade financeira e de funcionamento das associações e corpos de bombeiros. Bastaria lembrar alguns números respeitantes ao quinquénio 2005-2010, foram mais de 43 milhões de euros repartidos do seguinte modo:

Quartéis - 15,6 milhões euros; viaturas novas - 5,7 milhões de euros; Transporte Terrestre de Doentes (tripulantes) - 18,5 milhões de euros; Formação e sensibilização - 3 milhões de euros; Fardamento e equipamento de protecção individual e reparação de viaturas - 700 mil euros.

Nestes valores encontram-se 84 viaturas e embarcações:

42 ambulâncias (de socorro e de transporte);

18 viaturas para combate a incêndios e salvamento e desencarceramento;

16 viaturas de comando e apoio;

1 viatura plataforma (42 metros de elevação);

7 embarcações salva-vidas.

Encontram-se ainda, concluídas, neste quinquénio 2005-2010, as construções e remodelação dos quartéis em Madalena, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Graciosa, Velas e Praia da Vitória e ainda, em curso ou a iniciar as remodelações de Angra do Heroísmo, S. Roque do Pico e Flores.

Entretanto temos apoiado a reparação e manutenção de todos os restantes quartéis de bombeiros, cujas Associações Humanitárias Bombeiros Voluntários se candidataram.

Os novos desafios sociais obrigam ao trabalho em rede dos corpos de bombeiros e das associações que os suportam; a forma como a sociedade olha para os Corpos de Bombeiros mudou radicalmente, tal como mudou o associativismo exigindo-se uma melhoria da gestão, optimização e rentabilidade dos meios e recursos. Por outra parte, teremos menos infra-estruturas em favor das exigências de qualificação dos bombeiros pelo que, por exemplo, só em 2010 o SRPCBA ministrou 22 cursos a 304 elementos de várias corporações.

Doutro modo, o incremento tecnológico tem permitido melhorar a coordenação do socorro, optimizando recursos, com novo sistema de alerta. Este ano já temos a funcionar o serviço 112 no SRPCBA e futuramente integraremos a rede de comunicações SIRESP numa colaboração com Governo da República.

O Plano de 2011 dá prioridade à aquisição de viaturas sobretudo as ambulâncias de transporte e medicalizadas, respondendo a exigências crescentes de socorro, bem como o investimento na qualificação dos recursos que estarão associados ao transporte terrestre de emergência, por forma a aumentar a qualidade e eficácia destes serviços, prestados pelos corpos de bombeiros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixamos para alguma oposição o viver na depressão política, carregando uma capa de chumbo de desânimo, a falta de ideias novas manifestada na ampliação das propostas do Governo, numa espécie de permanente ambliopia política, que não faz mais do que defender o indefensável, a defesa do primado das pessoas contra o betão e depois, como daqui a pouco se verá, o falar sempre o falar em mais obras, a defesa da Madeira no que se refere ao crescimento do PIB, ...

Deputado António Marinho (PSD): O senhor é o secretário que já passou à história pela negativa!

O Orador: ... logo seguida de não querer comparação com a mesma Madeira na dívida, ao fim ao cabo a sua incapacidade de mudar, excepto os sucessivos líderes desde 1996, e nós, o Governo e o Partido Socialista, vamos continuar a trabalhar com afinco para integrarmos a Sociedade da Economia do Conhecimento com projectos concretos ajustados ao limiar de utilização dos nossos recursos e à optimização da sua gestão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2011 nas áreas tuteladas pela Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos integra-se numa estratégia de investimento no capital humano e investigação, baseada em três eixos fundamentais: Conhecimento, Tecnologia e Crescimento económico, conjuntamente, com políticas de coesão territorial que servem a economia e o cidadão, afinal primeiros e últimos destinatários de políticas que, com firmeza, energia e sentido de insatisfação permanente nunca deixam estagnar e até retroceder a Região como aconteceu no passado, antes estamos a promover uma sociedade de "humanismo partilhado" onde a esperança fundada no conhecimento e no trabalho garantem um futuro digno e justo para os Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados está aberto o debate e as inscrições para pedido de esclarecimento.

Tenho inscritos o Sr. Deputado Francisco Álvares, a Sra. Deputada Benilda Oliveira, o Sr. Deputado Luís Garcia e o Sr. Deputado Mário Moniz.

Creio não haver mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

(*) Deputado Francisco Álvares (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O programa eleitoral do PS no prólogo em 2008, recorrendo a uma citação de Nemésio, diz que “a geografia para nós vale outro tanto como a história e não é de balde que as nossas recordações escritas, inserem uns 50% de relatos de sismos e de enchentes”.

Se isto é verdade, efectivamente, para todas as ilhas e para toda a Região Autónoma dos Açores, não é menos verdade que encaixa como uma luva no concelho da Povoação. Aliás, escuso-me recordar, porque é do conhecimento de todos, a história trágica deste concelho, alguma dela ainda bem recente.

Vem isto a propósito das expectativas criadas aos povoacenses, há cerca de 10 anos a esta parte, da construção de um novo quartel de bombeiros.

Convém aqui recordar que o quartel de bombeiros da Povoação está encravado na Vila num especial leito de cheia.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Acontece que os anos vão passando e esta expectativa e este compromisso do PS vai ficando por cumprir. O Sr. Secretário anuncia aqui hoje novos compromissos, em função de novos desafios, no âmbito da protecção civil.

Felizmente, até ao momento, tem sido possível operar a partir do quartel dos bombeiros existentes, mas não é menos verdade que as condições deste quartel são cada vez mais paupérrimas e que há uma desmotivação enorme no Corpo de Bombeiros da Povoação.

A pergunta que coloco Sr. Secretário, é para quando está prevista a construção deste novo quartel dos Bombeiros da Povoação e se efectivamente, como aliás o discutimos aqui o ano passado, por esta ocasião, esse compromisso é para cumprir nesta Legislatura?

Por outro lado, o Sr. Secretário tem vindo sistematicamente a dizer que se orgulha plenamente desse plano viário que encetou para S. Miguel, um plano viário feito à revelia de muitos daqueles que deveriam ter sido os intervenientes nesse processo e que deixa de fora partes importantes da rede viária de S. Miguel, particularmente a estrada de ligação Nordeste/Povoação, que está em péssimas condições.

Como sabe, e estranhe-se (por isso o nosso pedido de esclarecimento), não se vislumbra aqui aquilo que foi anunciado recentemente pelo Governo aquando da visita à Povoação. Numa intervenção no troço Furnas/Povoação, a estrada da Ribeira Quente desapareceu por completo e a famosa estrada dos Arrastadores provavelmente passará a ser caminho rural, isto porque as dotações de ano para

ano têm vindo a emagrecer e das pontes prometidas passamos agora a passagens hidráulicas.

Era justamente isso que queria saber Sr. Secretário, se efectivamente os compromissos que assumiu com os povoacenses há cerca de uma década são para cumprir ou se efectivamente, como o seu camarada Sócrates, são para começar a cortar.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Diga Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Queria solicitar um intervalo regimental.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado! É regimental e eu percebo que nesta hora já haja algum cansaço.

(Risos dos Deputados).

Retomamos os nossos trabalhos às 10 horas e 50 minutos.

Até já.

(Eram 10 horas e 39 minutos).

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 10 horas e 57 minutos).

Tem a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

(*) **Deputada Benilde Oliveira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Álvares, é no mínimo triste, que o senhor venha para aqui apontar o dedo ao Governo, partindo do princípio que o senhor deixou a Povoação numa situação de quase falência.

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O município da Povoação está hoje mais pobre, porque o senhor, por razões que desconheço, não soube defender com sensatez os interesses da Câmara e da população do nosso concelho.

Quando o Governo faz algo, faz para todos, contrariamente ao senhor que resolveu fazer piscinas e fazer caminhos a nível individual.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: A principal preocupação deste Governo Socialista, tem sido digerir os interesses dos Açores e acautelar a posição dos açorianos, neste contexto de dificuldades.

Em relação aos caminhos de alternativa da Ribeira Quente, eu gostaria de dizer o seguinte: “to remind you sir!”.

(Risos dos deputados das bancadas do PSD, CDS e BE).

Os Governos do PS, investiram cerca de 25 milhões de euros em diversas obras, que trouxeram mais segurança e estabilidade à Ribeira Quente.

Todavia a hipótese de um caminho alternativo nunca foi posta de parte, sendo que foram feitos estudos sobre duas vias alternativas (uma pela zona do Agrião e outra pela Ponta Garça).

É de referir que de acordo com os estudos feitos nenhuma destas oferecia segurança.

Uma terceira alternativa está ser estudada neste momento.

Não podemos nunca esquecer que o interesse deste Governo é gerir os interesses dos açorianos, a posição dos açorianos.

Algumas das situações, como o senhor referiu, da estrada do quartel dos Bombeiros, foi apresentado um projecto e esse projecto está para ser reavaliado.

Estamos atravessando neste momento uma crise e é uma opção do Governo olhar pelas famílias e pelas empresas. Nós todos temos que fazer opções, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Por vezes temos que retirar mais de um lado para pôr noutro.

Neste momento em que algumas empresas e famílias açorianas enfrentam dificuldades geradas pela crise que afecta o mundo, o país e a Região, a prioridade deste Governo é apoiar essas empresas e essas famílias.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Faial tem algo de insólito no sistema viário regional.

O Faial tem há muitos anos, diria mesmo há anos demais, uma estrada que fez um percurso contrário ao normal, passou de alcatrão a cascalho.

A bonita estrada do mato entre o Largo Jaime de Melo e o Alto da Ribeira do Cabo, uma estrada extremamente importante para a agropecuária e para o turismo, está há largos anos com um piso impraticável.

A somar a esta, com um piso também absolutamente intransitável, está a estrada que vai das designadas Casas da Junta à Ribeira Funda e o acesso à Fajã da Praia do Norte.

Plano novo e repetem-se as velhas promessas que será desta que esses troços vão ser reabilitados. Esperemos que assim seja!

Por outro lado é conhecido e sabido que o Faial tem há alguns anos uma meia variante, que era para ficar completa nesta Legislatura. Uma promessa do PS com 14 anos.

Mas a avaliar pelas verbas inscritas para este projecto no Plano, parece que a segunda fase da variante será de novo adiada.

Este é pois um esclarecimento que se exige neste debate.

São mais obras, é verdade, Secretário, mas são as obras que os senhores prometeram aos faialenses e que ainda não cumpriram.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vimos qualquer referência na intervenção “levantamento e enquadramento de condicionantes técnicos, para a introdução de sistemas e aplicação de software livre, nos serviços da administração pública regional”.

Para quando este programa?

Por que não é referida a criação de serviços de apoio técnico e aconselhamento à sua implementação?

Outra preocupação Sr. Secretário: o passe social! Qual é a real situação do passe social?

Antes, era em Setembro, agora é em Janeiro. O que se passa?

Os transportes colectivos das Flores foram orçados em 500 mil euros e a nova rubrica do orçamento contempla 491.540 para toda a Região. A que se destina esta verba?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria felicitar a minha colega Benilde Oliveira (ela lembrou-me) por que é que curiosamente não foi ontem o senhor a fazer a intervenção sobre a gestão municipal e os problemas das autarquias. Não me recordava disso, agora lembrei-me.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, vamos entendermos de uma vez por todas e vamos falar aqui numa questão que está perfeitamente assimilada na Ilha de S. Miguel, no concelho da Povoação e que me parece que só o senhor não quis ainda perceber, em relação ao plano viário da Ilha de S. Miguel.

Um exemplo e quem se desloque do aeroporto de Ponta Delgada para o seu concelho.

Quando o Governo melhora a rede viária do concelho de Ponta Delgada, do concelho da Lagoa, do concelho de Vila Franca, é óbvio que o tempo e a segurança no acesso ao concelho da Povoação estão melhorados, estão garantidos. Isto para não falar nos investimentos muito significativos de melhoria que foram feitos na própria rede viária regional que atravessa o concelho da Povoação.

Deputado Francisco Álvares (PSD): Por que não no concelho da Povoação?!

O Orador: O senhor Deputado vai ter que perceber isto.

O senhor alargue os seus horizontes e faça-nos esse favor, porque isto é de elementar bom senso e eu não percebo como é que o senhor insiste neste aspecto.

Aliás, o senhor até deveria retirar outras ilações dos próprios resultados eleitorais.

Quanto ao quartel de bombeiros Sr. deputado, o senhor se me permite a franqueza, parece-me uma paixão recente da sua parte.

Eu sou do tempo em que ainda me lembro, numa reunião que tive, na qualidade de Deputado, com o então Presidente da Câmara, Francisco Álvares, ele não tinha a mesma convicção em termos de solução e resolução desse problema que o senhor Deputado, com o mesmo nome, agora tem. É uma curiosidade.

Deputado Francisco Álvares (PSD): É mentira! Pergunte ao Sr. Secretário!

O Orador: O senhor Deputado sabe e para ser explícito refiro-me à questão de apreciação e de análise do projecto do quartel de bombeiros voluntários, não foi célere e eu acho que Câmara não fez o que deveria ter feito.

Deputado Francisco Álvares (PSD): Voltaremos ao assunto!

O Orador: Há uma outra questão que temos que deixar aqui muito clara.

Quando se fala na protecção civil e na questão dos bombeiros, percebo que fique muito preocupado com as infra-estruturas, nós também temos essa preocupação, mas quando estamos a falar nesse serviço, temos que destacar o enorme investimento em viaturas que o Sr. Secretário aqui falou, o enorme investimento em diversos equipamentos técnicos, o investimento sem precedentes ao nível da formação dos bombeiros, da capacitação da operacionalidade da protecção civil, isto para não falar no serviço de ambulâncias e um enorme conjunto de meios que o Governo tem dotado as associações humanitárias para desempenharem o melhor trabalho e para melhor servirem as comunidades.

Deputado Francisco Álvares (PSD): Não é disso que estamos a falar! Estamos a falar dum compromisso assumido e não cumprido!

O Orador: Sr. Deputado, para terminar deixe-me que lhe diga, o senhor usou uma expressão curiosa, disse que o quartel de bombeiros da Povoação estava encravado num leito de cheia, se o Sr. Deputado se refere à necessidade de desencravar problemas no concelho da Povoação o senhor está a dirigir-se ao partido certo, ao Governo certo e particularmente ao Secretário certo.

Nós não temos feito outra coisa na Povoação do que desencravar uma quantidade de problemas, infelizmente alguns decorrentes de calamidades naturais que todos compreendem.

O PS tem desencravado a gestão municipal, os problemas da Câmara, ...

Deputado Francisco Álvares (PSD): Há muita coisa por desencravar mas vamos voltar ao assunto!

O Orador: ... as dívidas da Câmara e imagine-se só, o PS terá que desencravar uma piscina que alguém por lá construiu e que está completamente encravada.

Conte connosco para resolver esses problemas!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

Deputado Francisco Álvares (PSD): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para dizer em primeiro lugar que o Governo decidiu nesta Legislatura não avançar com o quartel de bombeiros da Povoação, ainda que eu queira fazer aqui um reparo, o projecto de arquitectura do quartel de bombeiros da Povoação, só ficou concluído neste Verão e o Sr. ex-Presidente da Câmara

Francisco Álvares, teve um projecto inicial que não aceitou, mandou fazer outro projecto ...

Deputado Francisco Álvares (PSD): É mentira, S. Secretário!

Eu tinha um ante-projecto!

O Orador: ... e esse projecto levou 8 anos a ser feito.

O Sr. quando chegou tinha um ante-projecto, pô-lo na gaveta, mandou fazer outro projecto e esse projecto levou 8 anos.

Foi entregue este Verão só o projecto de arquitectura.

Deputado Francisco Álvares (PSD): É suposto que um Secretário não minta tão descaradamente!

O Orador: Não estou a mentir.

Deputado Francisco Álvares (PSD): Eu algum dia mandei elaborar um projecto para o quartel de bombeiros?!

O Orador: Claro que mandou elaborar um projecto que foi apresentado neste Verão, pelo Sr. Presidente dos Bombeiros, só o projecto de arquitectura, não é o projecto de especialidades.

Por outro lado em relação à requalificação das estradas das Furnas e da Povoação, foi esse um compromisso eleitoral do Governo para esta legislatura e será feita como também será feita uma repavimentação entre o Nordeste e a Povoação.

A questão da estrada da Ribeira Quente já foi dito aqui várias vezes, é uma situação que está neste momento no âmbito do desenvolvimento dum intervenção que vai ser feita pelo Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, com uma tipificação de uma estrada, de um corredor de socorro, para resolver uma situação que aliás existe em muitos locais dos Açores e não é possível atender com duas estradas, em que só é possível uma entrada e uma saída.

Em relação aos arrastadores sempre teve previsto, foram obras hidráulicas (chame-se viadutes ou outra coisa qualquer), são obras necessárias e suficientes para que qualquer caudal de cheia não cause nenhum problema a essa futura estrada, que é também uma parceria entre a Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia e da Agricultura e Florestas.

Quanto ao Sr. Deputado Luís Garcia, nós temos de facto uma grande obra rodoviária na ilha do Faial, que aliás só teve paralelo com as obras do antigo Ministério das Obras Públicas, porque elas estavam no estado que o senhor indicou para o Jaime Melo/Alto da Ribeira do Cabo.

Deputado Costa Pereira (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: Essas duas estradas que estão nos compromissos eleitorais até ao final desta Legislatura, hão-de ser desenvolvidas ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não estão no Plano! Estão no manifesto!

O Orador: Estão no manifesto eleitoral e no plano de investimentos, este ano, há uma verba para o projecto da variante e está também uma verba que há-de servir para se tomar uma decisão em relação a uma dessas duas que falou.

Em relação ao Sr. Deputado Mário Moniz, gostaria de dizer que o passe social, foi dito aqui e vai ser uma realidade a partir de Janeiro.

O estudo está completo, está feito e já permite ao Governo tomar uma decisão, em relação às alternativas que o estudo entretanto indicou.

Gostaria de dizer que sob o ponto de vista da utilização de software livre, nós temos feito desenvolvimentos desde a última vez que este assunto foi posto aqui. Como sabe ainda há 5 500 utilizadores e mais 100 técnicos de informática que numa administração regional usam o SCG e outros produtos que utilizam o chamado software standard.

Aquele que é o software que existe na administração regional, está sendo progressivamente substituído e já lhe posso dizer que nós temos o ArcGIS já em funcionamento, temos também o AGIS em matéria de arquivo. Temos vindo a introduzir alguns programas de software livre, é essa a nossa intenção, sem paralisar a administração, continuaremos nesta caminhada para baixar esses custos.

Deputado João Costa (PSD): E não é software standard é proprietário!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

Deputado Berto Messias (PS): Mas ele já prescindiu, Sr. presidente!

Presidente: Mas não foi na primeira intervenção.

O que acordamos em Conferência de Líderes foi que quem prescindisse a primeira vez que falasse, não poderia voltar a intervir.

O Sr. Deputado Francisco Álvares prescindiu na segunda intervenção, fez uma primeira, por isso dou-lhe a palavra.

(*) **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por dizer à Sra. Deputada Benilde, para não lhe dizer outra coisa, que ela presta e tem prestado um mau serviço ao concelho da Povoação. Ponto final.

Sr. Secretário quanto às explicações que nos deu, estamos plenamente esclarecidos.

Plano de prevenção de cheias, concelho da Povoação, corta;

Estrada dos Arrastadores, via circular à Povoação, corta;

Furnas/Povoação (há tantos anos!), corta;

Furnas/Ribeira Quente, corta;

Quartel dos Bombeiros, corta.

Sabe o que é que isto me faz lembrar, Sr. Secretário?

O PEC do seu camarada Zé do continente que ainda é Primeiro-Ministro.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Quantos PEC's são precisos para salvar a Povoação?

O Orador: Numa ocasião como esta apetece-me lembrar-lhe aquela anedota em que o Papa dirigindo-se ao Sr. Primeiro-Ministro diz-lhe: não peques mais!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Secretário José Contente, o senhor gosta muito de falar em revolução viária nos Açores e quero-lhe dizer com toda a sinceridade que o senhor devia ter vergonha em falar nisso...

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): O senhor é que devia ter vergonha de falar em estradas!

O Orador: ... quando tem uma estrada como a estrada entre o largo Jaime de Melo e o Alto da Ribeira do Cabo, no estado em que está.

Relativamente à variante eu queira dizer-lhe Sr. Secretário que ela de facto tem uma história longa de avanços e recuos, de desculpas falsas, de mentiras e uma história que por mais razões o senhor é de facto o actor principal.

Há 14 anos que os senhores andam a prometer essa variante aos faialenses.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Deputado e o plano de urbanização da Câmara?

O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Em 14 anos os senhores foram capazes de fazer uma coisa de 2,5 Km, o que dá uma média espectacular de 176 m por ano.

Já no longínquo ano de 1996 constava do vosso programa eleitoral a construção da variante à cidade da Horta.

Queria também dizer-lhe Sr. Secretário que para além dos adiamentos e dos atrasos, o Governo é ainda responsável pela solução de remendo a que se chegou pelo traçado da 2ª. fase da variante e vou dizer-lhe porquê.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): O senhor se calhar quer que faça sem o plano de urbanização?!

O Orador: Porque o senhor e o seu Governo deixaram caducar as medidas cautelares que salvaguardavam o traçado inicialmente previsto para esta fase.

É preciso recordar isto porque a memória é curta mas eu não me esqueço disto.

E agora a justificação que o senhor não deu aqui hoje, mas que anda por aí a apregoar de que a variante não é mais cedo por causa de urbanização da cidade da Horta, eu também quero dizer-lhe Sr. Secretário que desde 17 Novembro de 2005, numa reunião da Câmara Municipal da Horta, onde eu estive, foi aprovado com carácter de urgência um traçado que lhe foi proposto e que lhe foi entregue, exactamente com o argumento de não atrasar o processo.

Portanto o Governo não trabalhou esse processo e esse traçado mais cedo, porque não quiseram,

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): Isso é uma irresponsabilidade!

O Orador: Em Fevereiro de 2007 o senhor anunciava a 2ª. fase da variante para esta Legislatura, já anunciou que é para a próxima, hoje diz que em breve se há-de tomar uma decisão sobre esta matéria.

Quero dizer-lhe, muito sinceramente e desculpe de lhe dizer, mas eu considero que isso é enganar os faialenses, isto é atrasar o nosso desenvolvimento.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Apoiado!

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): O plano de urbanização altera o traçado!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

(*) **Deputada Benilde Oliveira** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Simplesmente queria dizer ao Sr. Deputado Francisco Álvares que a minha consciência está tranquila, os povoacenses conhecem-me e também o conhecem.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra a Sra. Deputada Paula Bettencourt.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez reunimo-nos, nesta casa, com a grande responsabilidade de aprovar o Plano e o Orçamento, plano, este, que irá orientar os investimentos do Governo Regional dos Açores para o ano de 2011.

Num momento em que a nível internacional se procura ultrapassar uma das maiores crises da economia mundial, acresce, à responsabilidade de anos passados, a necessidade de aprovarmos um Plano e Orçamento em que o Governo Regional dos Açores demonstra o seu empenho em esbater as medidas de austeridade a nível nacional, criando a nível regional vários apoios que visam colmatar as dificuldades das famílias açorianas em tempo de crise.

No entanto, mesmo em tempo de crise é necessário continuarmos a investir na nossa Região, sob pena de agudizarmos mais os problemas que nos atingem se não o fizermos, pelo que o Governo Regional dos Açores procura com este orçamento um equilíbrio entre o investimento público e a racionalidade que se nos é exigida num momento como este que atravessamos.

No domínio da Ciência e da Tecnologia, o Governo Regional pretende continuar a investir no Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação. Este Plano visa apoiar actividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, bem como promover a utilização de novas tecnologias da informação e da comunicação e integra oito programas, a saber: **INCA, INCITA, FORMAC, CITECA, PRICE, PRATICA, CIDEF e e-GOV.**

O **INCA** visa garantir a estabilidade e o desenvolvimento das instituições que integram o Sistema Científico e Tecnológico Regional. No âmbito deste programa o Governo Regional apoiou já 14 projectos no valor de 1.508.510€ (um milhão, quinhentos e oito mil, quinhentos e dez euros) e estão em curso mais 14 projectos no valor de 1.547.550€ (um milhão, quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos e cinquenta euros).

O **INCITA** destina-se a incentivar a realização de projectos prioritários e essenciais ao desenvolvimento sustentável da Região. No âmbito deste programa foram concluídos 43 projectos no valor de 1.088.325€ (um milhão, oitenta e oito mil, trezentos e vinte e cinco euros) e estão em curso 29 projectos no valor de 1.343.156€ (um milhão, trezentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e seis euros).

O **FORMAC** propõe-se contribuir para o aumento do número de investigadores de mérito na Região. No âmbito do **FORMAC** foram aprovados 428 projectos no que concerne ao apoio à participação de investigadores em reuniões científicas no valor de 567.698€ (quinhentos e sessenta e sete mil, seiscentos e noventa e oito euros), 99 projectos no que concerne ao apoio à organização de reuniões científicas no valor de 1.078.304€ (um milhão, setenta e oito mil, trezentos e quatro euros) e 74 projectos no apoio à edição de publicações científicas no valor de 330.902€ (trezentos e trinta mil, novecentos e dois euros). Ainda no apoio à formação avançada existem actualmente um total de 120 bolseiros.

O **CITECA** destina-se a apoiar a divulgação da cultura científica e tecnológica. No seu âmbito, e tomando como referência o ano de 2009, foram atribuídos 205.000€ (duzentos e cinco mil euros) de apoio a infra-estruturas de divulgação científica e

tecnológica, 637.231€ (seiscentos e trinta e sete mil, duzentos e trinta e um euros) a projectos de divulgação científica e tecnológica e 125.263€ (cento e vinte e cinco mil e duzentos e sessenta e três euros) a projectos de promoção do ensino experimental das ciências.

O **PRICE** visa apoiar a implementação e o desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas, bem como a inserção de recursos humanos qualificados nas empresas, estimulando o investimento privado na investigação, no desenvolvimento tecnológico e na inovação. No âmbito do apoio a iniciativas de I&D no contexto empresarial foram já apoiados 5 projectos num valor total de 562.057€ (quinhentos e sessenta e dois mil e cinquenta e sete euros).

O **PRATICA** pretende promover o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, combatendo a info-exclusão e proporcionando a igualdade de oportunidades. Tendo como referência o ano de 2009, foram apoiados 74 espaços TIC num montante global de 741.090€ (setecentos e quarenta e um mil e noventa euros).

O **CIDEF** pretende facilitar a integração dos cidadãos portadores de deficiência e com necessidades educativas especiais na sociedade da informação e do conhecimento. No âmbito do CIDEF foram aprovados, no ano de 2009, 155 projectos de financiamento ou co-financiamento da aquisição de equipamento específico na área das tecnologias da informação e comunicação destinados, quer a cidadãos portadores de deficiência, quer a instituições, num valor total de 149.747€ (cento e quarenta e nove mil, setecentos e quarenta e sete euros).

Por último, o **e-GOV** visa contribuir para a modernização e reforma da Administração Pública Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores tem feito, nos últimos anos, uma aposta clara no sector da Ciência e Tecnologia. Esta aposta tem sido muito importante para que cada vez mais deixemos de nos centrar na visão dos Açores como uma região ultraperiférica da União Europeia e passemos a atribuir-lhe a devida importância geoestratégica que lhe advém da posição geográfica privilegiada no meio do Atlântico Norte. É importante ter a consciência de que muitos projectos que estão a ser implementados na Região Autónoma dos Açores não poderiam ter sido implementados noutros arquipélagos como a Madeira ou as Canárias, pois apenas os Açores detêm as condições ideais para a sua implementação. No entanto, esta posição geoestratégica, só por si, não teria o impacto que tem se o Governo Regional dos Açores do Partido Socialista, ao contrário de outros Governos do passado, não tivesse a coragem e a vontade política para explorar essa posição de destaque.

Parece-me importante referir aqui alguns dos Projectos de sucesso no âmbito da Ciência e Tecnologia e que têm dignificado a nossa Região, quer no contexto regional, quer nos contextos nacional e internacional.

A Estação de Rastreamento de Satélites da ESA em Santa Maria é um projecto estratégico na Região Autónoma dos Açores, sendo a primeira Estação da Agência Espacial Europeia em território português. Para além de ser a primeira Estação da ESA com capacidade para seguir lançadores durante todas as fases da propulsão, a Estação de Santa Maria tem a valência da observação da terra, pelo que colabora

também com o Centro Nacional de Vigilância Marítima do Atlântico, contribuindo activamente na segurança marítima, podendo vir a ter, futuramente, um papel relevante noutras áreas, como, por exemplo, na fiscalização das pescas, no combate ao terrorismo e à imigração ilegal.

A REPRAA (Rede de Estações Permanentes da Região Autónoma dos Açores) é outro projecto bastante relevante na área da ciência e da tecnologia, que permite uma maior rentabilização e produtividade dos equipamentos de GPS existentes, uma maior eficácia e precisão na recolha de informação georeferenciada e no apoio a entidades públicas que utilizam GNSS.

A participação da Região Autónoma dos Açores na Associação NEREUS (Rede das Regiões da Europa utilizadoras de tecnologia espacial) é também digna de menção, na medida em que os Açores são a única Região portuguesa que nela participa. Para além da Região Autónoma dos Açores ser membro fundador, é também membro da Direcção da Associação e beneficia directamente da troca de experiência e de investigação que se verifica entre os territórios que integram a Associação NEREUS. De referir que participam na Associação várias regiões alemãs, italianas e espanholas.

É também importante relevar que no decorrer deste ano foi assinado um protocolo com o Instituto Geográfico Nacional de Espanha para a instalação nos Açores de duas estações de VLBI nas ilhas de Santa Maria e das Flores. Estas Estações vão juntar-se a outras duas Estações em Madrid e nas Canárias e vão permitir medir os deslocamentos de três placas tectónicas: placa africana na Estação das Canárias, placa norte-americana na Estação das Flores e placa eurasiática na Estação de Santa Maria. A plena implementação deste projecto passa também pela criação de um Centro de Coordenação que ficará situado na ilha de São Miguel.

Em 2011, o Governo continuará a investir na Ciência e na Tecnologia, nas suas mais variadas vertentes, tendo sempre como horizonte alargado o Desenvolvimento Sustentável, pois numa região como os Açores é fundamental ter em linha de conta a utilização racional dos nossos recursos naturais para que possamos otimizar cada recurso, sem comprometer as nossas capacidades e as gerações vindouras.

O apoio à Investigação e Desenvolvimento nas empresas açorianas é também fundamental para que cada vez mais, estas, sejam certificadas de competências tecnológicas e científicas que possam ser uma mais-valia na utilização equilibrada dos recursos naturais da Região e na criação de valor acrescentado, atentando sempre no equilíbrio entre o crescimento económico, a equidade social e a protecção do meio ambiente. Nesse sentido, o Governo Regional continuará a apoiar as empresas que desenvolvam projectos de investigação ligados à rentabilidade e à competitividade.

No âmbito da investigação científica e tecnológica, o Governo Regional dos Açores tem apostado na articulação com a Universidade dos Açores e com o Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores para que os investigadores concorram a bolsas para projectos de investigação que procurem soluções científicas para os problemas da Região. Neste âmbito, podemos, a título de exemplo, referir um projecto promovido pelo Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores que já decorre e que pretende incrementar o uso de tecnologia

ambientalmente sustentável na cultura do ananás. Essa deve ser uma das prioridades do Governo Regional nesta área, apoiar projectos científicos que tragam retorno e que possam ser benéficos para a nossa Região.

Ainda no que concerne a Universidade dos Açores é importante ressaltar o apoio do Governo Regional à realidade tripolar desta instituição através do reequipamento científico de centros de investigação e unidades de I&D, apoio este que vem sendo reforçado e que ascende já a mais de 3.000.000 € (três milhões de euros).

É a necessidade de tornar a nossa sociedade cada vez mais apta e preparada para os desafios das novas comunicações, no intuito de que se gerem novas áreas de interesse e valor acrescentado para a Região, que move a actuação do Governo Regional nesta área.

Nos domínios da Ciência e da Tecnologia é necessário que o Governo continue o seu nível de investimento, pois na sociedade de informação em que vivemos hoje as competências nestas áreas são fundamentais para a criação de mais e melhor emprego, pelo que devemos assegurar a todos os trabalhadores, aos jovens que agora iniciam a sua experiência profissional, aos que já se encontram no mercado de trabalho e também a toda a sociedade o acesso às novas tecnologias de informação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A investigação nos domínios da ciência e tecnologia é fundamental para que a nossa Região possa responder aos desafios que se nos colocam hoje em dia, para que possa haver um maior desenvolvimento, para que se acompanhe a evolução que se verifica noutros países e, sobretudo, para que os Açores possam afirmar-se, cada vez mais, como uma Região de grande importância Geoestratégica no contexto internacional!

Mais uma vez este Governo demonstra **espírito inovador** e capacidade de se desligar do **Passado** para no **Presente** orientar as suas políticas em prol do **Futuro!**

Assim **governa** quem **governa** bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedido de esclarecimento.

Não havendo, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra para tal o Sr. Secretário Regional da Economia.

(O Deputado Cláudio Lopes voltou a ocupar o seu lugar na Mesa).

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano e o Orçamento que agora se encontram em análise nesta Câmara, são documentos que, pela sua natureza e pelo contexto em que surgem, se revestem de uma particular importância para o futuro da nossa Região.

Em primeiro lugar, pela sua natureza de documentos previsionais que concretizam as opções estratégicas que, quer no Programa do Governo, quer nas Opções de

Médio Prazo, foram propostas a esta Casa e que a mesma aprovou de forma expressiva.

Em segundo lugar, no meio da situação nacional e internacional que vivemos, estes documentos são o meio pelo qual o Governo dos Açores responde presente ao desafio de segurança, da estabilidade e da certeza na actuação financeira dos entes públicos, e se coloca na linha da frente de um, agora mais do nunca decisivo, combate pelo apoio às famílias açorianas, apoio às Açorianas e Açorianos que trabalham, e apoio, também, às empresas e empresários dos Açores.

Estes documentos não são, assim, e como já foi aqui referido, um simples acto administrativo ou um mero formalismo de afectar receita e de prever despesa.

Estes documentos são, isso sim, e pelas circunstâncias que acabei de referir, a exteriorização da política como arte de curar do bem comum, como momento de decidir, de optar, de priorizar investimentos segundo critérios das necessidades e das disponibilidades que temos.

A isto acresce que, pelas circunstâncias de serem os documentos que marcam a entrada na segunda metade da actual legislatura, podemos, igualmente, olhar para os resultados da actuação recente no sentido de afinar procedimentos, reorientar processos, aprimorar decisões que são decisivos para o êxito da estratégia de desenvolvimento que o Governo definiu e que, agora, coerentemente põe em prática e concretiza.

Tudo isto porque, convém nunca esquecer-lo, estes documentos servem uma ambição e um propósito, servem, se quisermos colocá-lo dessa forma, um sonho para os Açores.

Relembrando as palavras do Senhor Presidente do Governo, tornar os Açores na melhor Região do Mundo para se viver, ou, pelo menos, trabalhar sempre para tornar os Açores na melhor Região do Mundo para se viver.

Dirão os cépticos, os descrentes no sonho, os desanimados da vida política, os resignados do conformismo ou até os cínicos, ou seja, dir-me-ão os deputados do principal partido da Oposição, que isso é poesia, que é conversa, que a vida não se compadece com sonhos.

É pena.

É pena que se afastem dessa forma, que se alienem desse processo.

No fundo, é pena que virem costas a esse formidável desafio de sonhar e trabalhar para construir uma região melhor.

Não uma terra utópica de leite e mel.

Mas sim uma Região capaz de ir à luta pela conquista do Futuro.

De uma Região que se afirme no exterior com orgulho de si e do seu Povo.

Em suma, uma Região que esteja consciente e lúcida dos desafios que diariamente lhe são colocados, mas que não se amedronte, que não tema. Que pode até cair, mas que sempre se erga novamente, com vigor redobrado para dar a cara pela conquista do Futuro, pela conquista do sucesso do Povo Açoriano.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é que é poesia!

O Orador: Falo, em suma, de uma região construída com o melhor que as Açorianas e os Açorianos têm para dar: a sua tenacidade, a sua capacidade de trabalho, o Amor aos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Manuel Alegre não dizia melhor!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Com essa ambição e com esse sonho que comanda a vida, mas também com o realismo e a objectividade, gostaria de salientar, no que à área do Turismo diz respeito, a articulação que o Plano de 2011 apresenta com a estratégia que está definida e a ser posta em prática no Turismo dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Secretário ainda não disse nada!

O Orador: Em 2010, e apesar das vicissitudes que afectaram o procedimento relativo ao concurso público para a campanha promocional de 30 milhões de euros, o Governo, em conjunto com os parceiros do sector, realizou um investimento efectivo na promoção turística da nossa Região durante 2010 que ascendeu a cerca de 20 milhões de euros.

Deputado João Costa (PSD): Só não sabemos onde?

O Orador: Porém, importa, necessariamente de forma breve, referir que, no meio de toda a turbulência que se fez sentir, desde logo, nos principais mercados turísticos emissores para os Açores, este foi um sector que ao longo dos anos 2008 e 2009 foi atingido por uma retracção significativa.

No corrente ano, alguns indicadores parecem significar que teremos entrado, não ainda num nítido processo de recuperação, mas, essencialmente, numa fase de estabilização da performance desse sector.

É esse o significado que atribuímos ao crescimento registado até ao momento e em termos homólogos de cerca de 2,6% do número de dormidas.

O próximo ano, porém, fruto, desde logo, da conjuntura que afecta o nosso principal mercado emissor que é Portugal Continental, apresenta desafios acrescidos para o Turismo dos Açores.

Em 2011 pretendemos reforçar esse trabalho de articulação com os nossos parceiros, trabalhando para superar com sucesso aquele que continua a ser um dos grandes desafios com que o nosso Turismo está confrontado: a necessidade de aumentar a notoriedade dos Açores como destino turístico, alicerçada na concreta e correcta identificação dos nossos produtos e das mais valias que temos nesse domínio.

É isso que pretendemos fazer, sobretudo em mercados nos quais as perspectivas de crescimento das suas economias podem potenciar os nossos esforços e trazer mais resultados efectivos.

Mas não só na consolidação e desenvolvimento futuro do nosso sector turístico a acção do Governo dos Açores tem-se feito sentir.

Também temos acompanhado, de forma muito próxima e efectiva, os nossos empresários turísticos neste momento de maior perturbação, criando medidas que se afiguram de importância fundamental para que as empresas desse sector tenham melhores condições para ultrapassarem o momento presente.

Destacaria, nesse âmbito, a moratória cujos efeitos ainda se repercutirão em 2011, relativa ao reembolso à Região de incentivos atribuídos no âmbito de sistemas de incentivos regionais de apoio ao sector turístico. Destaco, também, o trabalho desenvolvido pelo Governo dos Açores junto do Governo da República que resultou, com sucesso, na criação de semelhante facilidade no que respeita aos incentivos nacionais atribuídos às empresas dos Açores.

Estamos, convém ser claro, a falar de medidas que contribuíram e vão continuar a contribuir em 2011 para uma maior liquidez nessas empresas, na medida em que o montante devido nesses reembolsos continua a estar disponível na sua tesouraria.

No que respeita à Competitividade da nossa Economia e no Apoio ao Investimento, gostaria, igualmente, de relembrar que a actual conjuntura externa continua adversa, exigindo de todos nós, Governo e privados, determinação, perseverança e criatividade.

São os empresários e os trabalhadores Açorianos que, quer assumindo o risco e investindo, quer produzindo, constituem os verdadeiros agentes da economia regional.

No entanto, é de inteira justiça reconhecer que as empresas açorianas não estiveram, não estão, nem estarão sozinhas.

Os empresários e os trabalhadores açorianos sabem que têm no Governo um parceiro inteiramente disponível para, em conjunto, encontrar as melhores soluções seja em tempos de maior expansão, seja em tempos, como os que vivemos, em que temos vindo também a desenvolver um conjunto de medidas que permitem atenuar os efeitos da crise que nos chega do exterior.

Sabemos que, num ambiente económico global cada vez mais exigente, os novos factores determinantes da produtividade e da competitividade requerem uma aposta imperativa na Inovação, no Desenvolvimento Tecnológico, nas questões organizacionais, na formação e qualificação de recursos humanos e na criação de uma cultura empresarial que, com excelência, incorpore esses factores.

É, exactamente por isso, que, no âmbito do Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER), o Governo disponibiliza apoios públicos ao investimento privado que, entre outras vertentes, aposte na Inovação, na competitividade e na promoção da capacidade técnica das empresas.

Importa, por isso, também aqui reconhecer o mérito das empresas regionais que, numa forte parceria com o Governo, têm aproveitado de forma bastante expressiva estas medidas.

Prova desta afirmação, se provas ainda fossem necessárias, é o facto de, desde o início de vigência do actual quadro de apoio, já terem sido apresentadas cerca de 6 centenas de candidaturas, e que mobilizam um montante de investimento superior a 400 milhões de euros. Se analisarmos este tema, na perspectiva do impacto que têm na nossa economia os projectos aprovados, os números também são elucidativos: cerca de 5 centenas de candidaturas aprovadas no sistema de incentivos e cerca de 1500 postos de trabalho criados.

O Plano de Investimentos para 2011 nesta área, prevê, exactamente, os montantes necessários para continuar a dar uma resposta efectiva aos desafios atrás referidos, quer no âmbito dos diversos sistemas de incentivos, quer no âmbito dos apoios à competitividade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito dos transportes aéreos e marítimos, está em curso uma revolução silenciosa impulsionada pelo Governo dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Revolução social, Sr. Secretário!

O Orador: No que respeita a infra-estruturas marítimas, temos intervenções concluídas recentemente, em curso, programadas ou planeadas, em Vila do

Porto, em Ponta Delgada, em Angra do Heroísmo, na Praia da Vitória, na Praia da Graciosa, na Calheta da S. Jorge, nas Velas de S. Jorge, em S. Roque do Pico, nas Lajes do Pico, na Madalena do Pico, na Horta, nas Lajes das Flores e na Vila do Corvo.

Para além disso, a estabilização da operação de transporte de passageiros em 2010 é por todos reconhecida, mas sobretudo e principalmente, pelos açorianos que mais uma vez fizeram crescer uma operação que muitos, secreta e abertamente, quiseram que corresse mal.

Temos a nosso favor o testemunho de um movimento de mais de 130 mil passageiros.

Mas não ficamos por aí.

Já lançamos o concurso para as novas embarcações que, estimamos, navegarão nas Ilhas do triângulo no final de 2012. Estamos a caminhar no sentido de reanimar a indústria de construção e reparação naval no Pico.

Deputado Rui Ramos (PSD): Melhor é não estimar nada!

O Orador: Temos, igualmente, os dados que relevam para uma reanálise do transporte marítimo sazonal de passageiros, quer em termos de frota, de serviço e de frequências.

No que respeita aos transportes aéreos, dotamos a Região de uma nova frota de aviões, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os novos já foram novos há muito tempo!

O Orador: ... de novas obrigações de serviço público no transporte aéreo inter-ilhas com redução de tarifas, ...

Deputado João Costa (PSD): E os 100 euros?

O Orador: ... de novas Obrigações de Serviço Público nas ligações aéreas com o Continente também com redução de tarifas; reduzimos as taxas aeroportuárias e continuamos a trabalhar para dotar as ilhas de melhores ligações.

Em termos de infra-estruturas, os aeródromos e aeroportos de Ponta Delgada, das Lajes, de S. Jorge, do Pico, da Graciosa, do Corvo e das Flores estão a ser alvo ou serão em breve intervencionados no sentido de melhorar as condições de operacionalidade e de serviço aos Açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por tudo isto se comprova como é diferente o comportamento do Governo e de alguns partidos da Oposição.

À maledicência, à conversa fácil, à crítica demagógica e sempre desprovida de alternativas, o Governo dos Açores responde com soluções, com determinação, com trabalho e com resultados.

Por isso, os Açorianos confiam e vão continuar a confiar neste Governo.

Disse.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford) e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate.

Tenho inscritos os Srs. Deputados Paulo Estêvão, Luís Garcia e Francisco César.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão e tem 1 minuto e meio.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Vasco Cordeiro, não acha injustificável o aumento exponencial das verbas para a promoção turística, tendo em conta os desperdícios verificados este ano.

Lembro-lhe os casos do bar aberto, na BTL, ou do site “5. Categoria” que a Região contratualizou.

Isto só para citar alguns exemplos, por falta de tempo, evidentemente.

Pois bem, no que diz respeito ao PPM o senhor ficará submetido nesta área a uma dieta de “pão e água”, repito uma dieta de “pão e água.

Isto, no que nos diz respeito, Sr. Secretário, é uma contra-revolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A ampliação da pista do aeroporto da Horta é um investimento estruturante e crucial para o desenvolvimento do Faial e desta zona do arquipélago.

Esta é uma reivindicação antiga dos faialenses que tem sofrido avanços e recuos, ou melhor avança em tempos eleitorais para logo a seguir às eleições recuar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Face à posição inflexível da empresa pública ANA sobre este investimento e à falta de vontade política dos Governos da República, foi com esperança que os faialenses ouviram no ano eleitoral de 2004, pela primeira vez, o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, afirmar que caso a ANA e o Governo da República não avançassem com esta obra de ampliação da pista do aeroporto da Horta, o Governo Regional iria concretizá-la.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso era conversa!

O Orador: Em 2008, ano de eleições, ano de novas promessas, o compromisso era concretizar uma parceria entre o Governo Regional e a empresa ANA, com vista à ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Passadas as eleições o discurso mudou e passou-se a querer envolver este investimento no sinuoso e indefinido processo de privatização da ANA.

Face à situação do país, não acreditamos que da parte do Governo da República ou da ANA, venham nos próximos anos novidades positivas sobre este investimento.

Portanto está na hora do Governo Regional agir, está na hora do Governo Regional cumprir aquilo que prometeu aos faialenses.

Neste contexto estranhámos que neste Plano para 2011, ao contrário dos anteriores, não apareça qualquer referência a este projecto.

Neste debate importante não posso deixar de denunciar esta situação e questionar o Governo Regional sobre o que significa o desaparecimento deste objectivo do Plano.

Acabou-se o tempo das desculpas.

Está na hora do Governo Regional passar das palavras aos actos e assumir este investimento.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa altura em que o turismo cresce numa forma tímida, após uma recessão em todo o mundo no ano de 2009 e em que todos os players do mercado jogam tudo aquilo que está ao seu alcance para conseguirem aumentar os seus fluxos turísticos, importa ao Governo e a todos os agentes dos Açores aumentar a notoriedade da Região.

Essa notoriedade da Região a nosso ver só pode ser aumentada através do aumento da promoção turística, através da requalificação da nossa oferta e através da promoção de aumento dos fluxos turísticos, através de interacção dos operadores e do Governo em novas operações.

A pergunta que eu queria deixar aqui ao Sr. Secretário é como é que será feita esta promoção, porque vemos que no Plano há um reforço para promover os Açores como um destino único, moderno e dinâmico onde se pode praticar desde o golf, o mar, pode vislumbrar-se o vulcanismo e pode-se usufruir dos seus recursos termais.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Economia, em campanhas publicitárias e promoção turística em 2010, constava no Plano 9 milhões, 800 mil euros; para 2011, 21 milhões, 308,42.

Para quê este aumento e a que se destina?

Por outro lado, outra preocupação, os transportes.

É consensual entre o Governo e operadores que o aluguer de navios é mais caro que sua aquisição.

Há muito que está prometido um plano integrado de transportes nas suas diversas vertentes.

Quando pretende o Governo apresentar este plano integrado?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar Sr. Deputado Paulo Estêvão, é uma pena! É uma pena!

É uma pena porque V. Exa. falha nos pressupostos e necessariamente falha e erra na conclusão.

A medida em que falha nos pressupostos é exactamente aquilo que o Governo já esclareceu nesta Casa. V. Ex^a. “fugiu-lhe o pezinho para o chinelo”. Não resistiu à tentação de querer de certa forma “cavalgar”, na medida em que isso fosse possível, “cavalgar” esta onda de efectivamente criticar o Governo por causa da promoção turística.

Sr. Deputado, em primeiro lugar V. Ex^a. tem obrigação de saber, porque isso já foi dito nesta Casa, a que é que se refere a questão do “Bar Aberto”, na célebre festa da BTL de Lisboa, em 2010.

Aquilo a que refere o bar aberto”, não tem nada a ver com ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Então porque é que não foi explicar isso à Comissão de Economia!

O Orador: O senhor também sabe isso porque houve elementos do seu partido, inclusive o Dr. José Andrade e Deputados que tiveram presentes nessa festa e sabem perfeitamente o que é que aconteceu.

Deputado António Marinho (PSD): 52 contos numa noite para 3 gins! Uma pouca-vergonha, quando há tanta gente desempregada!

O Orador: Aquilo que nós estamos a falar da festa de 2010, conforme já foi aqui explicado a festa teve dois momentos: teve um momento em que foi oferecido um jantar com produtos regionais e não foi uma festa para quem quisesse aparecer, a festa teve um objectivo claro, foi dirigida a operadores turísticos, a empresários do sector turístico, a profissionais a quem aos Açores interessa cultivar as relações comerciais, profissionais, que são importantes para o turismo dos Açores.

É nessa parte do jantar que se inclui a questão das bebidas. Em tudo o mais, para além disso, cada um teve de pagar por aquilo que bebeu e que consumiu.

Sr. Deputado António Marinho, degradante é Deputados do PSD, dirigentes do PSD terem estado nesta festa, terem sabido aquilo que se passou, terem sabido a natureza da festa, terem estado calados durante 10 meses e só agora é que resolveram abrir a boca para alinhar num discurso a todos os sítios lamentável. Degradante é o vosso discurso. É vergonhoso!

Deputado António Marinho (PSD): Pergunte aos desempregados! É ultrajante!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

O Orador: Sobre esse assunto o Governo deu os esclarecimentos que tinha a dar. Mais dúvidas, pergunte ao Presidente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, pergunte aos empresários do sector turístico, pergunte aos agentes de viagens, a utilidade que pode ter tido essa festa para a afirmação do destino Açores.

Do nosso ponto de vista a missão está cumprida.

Sr. Deputado Paulo Estêvão é por isso que é injustificável e absolutamente inqualificável o tipo de intervenção que Ex^a. acabou de fazer.

Sr. Deputado Luís Garcia, quanto à questão do aeroporto da Horta, o senhor deputado parte dum pressuposto que está errado e estando errado o pressuposto à semelhança do Sr. Deputado Paulo Estêvão cai a conclusão, é que ninguém cancelou o investimento do aeroporto da Horta, foi adiado. É exactamente esse o sentido e a medida daquilo que consta do Plano do Governo para 2011.

Deputado Luís Garcia (PSD): Para quando? Sine die!

O Orador: Portanto se foi adiado o que faz sentido é termos em conta também esse facto.

Em relação ao Sr. Deputado Francisco César, nessa promoção relativamente ao sector turístico nós precisamos ter em atenção o seguinte, pelo menos gostava que os senhores Deputados tivessem em consideração: a nossa dependência relativamente ao mercado emissor do continente é ainda muito grande e aquilo que nós precisamos ter cuidado é que é natural que no nosso sector turístico se reflecta

também aquela que é a situação económica que a sociedade portuguesa, nomeadamente no continente, vai viver durante o próximo ano.

Portanto, qual é a estratégia que o Governo entende seguir, e com isso dou também resposta ao Sr. Deputado Mário Moniz?

Aquilo que o governo pretende apostar é, para além de manter algum investimento que é necessário, porque se aconselha ao nível do mercado do continente, nós temos que apostar sobretudo naqueles mercados emissores para o nosso turismo, nos quais as perspectivas de crescimento económico, por exemplo o caso da Alemanha com 3,3%, o caso da Escandinávia, o próprio caso do reino Unido, o caso do Canadá e dos Estados Unidos, as perspectivas de crescimento económico nesses Países dão pelo menos um bom indício de serem potenciados os esforços de divulgação e de promoção que o Governo pretende fazer nessa área.

Do ponto de vista de promoção os objectivos que pretendemos alcançar com essa promoção e a estratégia que está subjacente a essa promoção é exactamente esta.

Não é gastar os dez milhões de euros indistintamente em termos de mercados turísticos, em termos de meios de promoção, é exactamente seleccionar aqueles países, seleccionar aqueles mercados que à partida podem potenciar, ou dão indícios de potenciar essa aposta e esse investimento.

Aliás esse investimento, se os Srs. Deputados leram os pareceres dos parceiros sociais, dão exactamente conta da forma muito positiva e bem vista como é visto nomeadamente pela Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, esta aposta significativa ao nível da promoção.

Já agora convínhamos que explicássemos aqui.

Quando nós estamos a falar de promoção turística não estamos a falar de algo etéreo. Estamos a falar duma medida fundamental para que postos de trabalho nos Açores, para que a criação de riqueza nos Açores, seja efectivamente uma realidade.

É este o sentido e o objectivo último da promoção turística, é a criação de riqueza e de postos de trabalho nos Açores. Não é apenas a utilização, seja de internet seja de televisão, em termos de promoção da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Economia, o CDS não vai contribuir para a euforia que aqui há pouco aconteceu sobre uma festança num bar aberto. Não vamos dar para esse peditório, vamos antes tentar obter de V. Ex^a. algo que seja útil para esta Casa e para os açorianos.

Sr. Secretário eu preferia que no sector dos transportes tivéssemos assistido a uma evolução em vez duma revolução, era sinal de que o que foi planeado há anos estava a evoluir no sentido positivo e no sentido da melhoria das condições de transporte marítimo e aéreo de passageiros aos açorianos.

Os senhores estão a fazer uma revolução porque efectivamente houve uma involução nesse processo de transportes marítimos e também de transportes aéreos. É isso que nos preocupa Sr. Secretário, preferíamos não revolucionar mas evolucionar. É uma discordância que temos nessa matéria.

Relativamente às novas embarcações para o serviço do grupo central estamos muito satisfeitos com esse investimento. Fazemos votos para que ele se concretize rapidamente e no tempo que é necessário obviamente para construir os navios.

A pergunta que eu faço é se até 2012 vai manter o serviço com apenas um barco que tem agora ao serviço?

Gostaria de obter esclarecimentos da sua parte Sr. Secretário.

Fiquei também obviamente agradado com a questão dos estaleiros navais do Pico, para a construção naval.

Vou ler-lhe aqui uma frase, da última legislatura que diz o seguinte: “O Governo anunciou ainda um grande investimento na área de construção naval no porto da Praia da Vitória, com capitais canadianos que se destinará à construção de catamarans, lanchas rápidas, num investimento de mais 20 milhões de euros, que trará logo no início 100 novos postos de trabalho”.

Sr. Secretário gostaria de lhe perguntar onde está esse investimento e onde é que foi feito? Se o do Pico vai ter o mesmo futuro que o da Terceira, que eu efectivamente não conheço?

Continuando na Terceira, o Sr. Secretário falou aí de Angra do Heroísmo. Quero perguntar-lhe onde é que está o estudo que ficou de apresentar em Junho, relativamente à construção do cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo, que presumo que era ao que se referia e quais são as conclusões desse estudo que o senhor ainda não nos respondeu sobre essa matéria?

Mais Sr. Secretário, se o Governo considera nesta altura de crise mundial, nacional e regional, se é um investimento prioritário a fazer na Ilha Terceira e em Angra do Heroísmo, esse cais de cruzeiros?

Gostaria também de o ouvir sobre essa matéria Sr. Secretário, porque na nossa opinião esse investimento não é prioritário e entroncando na intervenção do Sr. Deputado Francisco César realmente estamos em recessão, não se está a esperar no próximos anos um aumento do turismo.

Portanto, é para fazer esse investimento? Sim, ou não.

Eu mesmo pegando na recessão digo-lhe Sr. Secretário que as previsões da SATA para aquisição da nova frota, hoje revelam-se erradas.

Nova frota Sr. Secretário, 4 aviões, porque 2 são velhos e dos 4 novos também tenho que lhe dizer, já o disse várias vezes, foi uma opção errada do Governo este tipo de frota.

Quando a taxa de ocupação da SATA era de 39 passageiros por voo, vai-se comprar aviões com capacidade para 80 passageiros, fazendo uma previsão totalmente irrealista em 2007, 2008, prevendo o crescimento do turismo até 2016. Totalmente irrealista!

Toda a gente o dizia menos o Conselho de Administração da SATA e comprou aviões que não servem os Açores e os açorianos, refiro-me aos 4 DASH 400. Muito caros, não adaptados às rotas que têm que servir e mais do que isso apenas com o objectivo megalómano de servir para fora dos Açores, ou seja a SATA hoje em dia deixou de ser uma empresa estratégica para os Açores e é apenas uma empresa comercial que serve os interesses do continente e da Madeira.

A nível interno estamos cada vez piores no que concerne a comunicações.

Vou dar-lhe um exemplo muito simples.

Relativamente à nova rota Ponta Delgada/Funchal/Canárias, ou Ponta Delgada/Funchal, que é de serviço público e se quiser ir também a Faro, vou perguntar-lhe quanto é que paga um micalense para ir de Ponta Delgada a Faro e quanto é que paga um florentino para ir de Ponta Delgada a Faro, ou seja a SATA discrimina açorianos.

Na próxima intervenção explicarei melhor isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à festança que falava o Sr. Deputado Artur Lima, quero deixar claro que da parte do PSD, consideramos, manifestamente intolerante e ultrajante que se gaste numa festa 260 euros por pessoa. Para 750 pessoas, quase 200 mil euros numa discoteca com bar aberto.

Deputado José San-Bento (PS): Então o senhor feche o bar!

O Orador: Consideramos que numa altura de crise como se vive na sociedade açoriana, numa altura em que os senhores reconhecem a crise e em que reconhecem a necessidade de reforçar apoios sociais (dou um pequeno exemplo, reforçarem um euro e qualquer coisa o apoio social, aqueles que perderem em termos de abono de família) e numa festa gastarem aquilo do qual resultaria benefícios num mês para muito mais do que cem mil açorianos. Isto é ultrajante! É intolerável!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: É um gasto perfeitamente anormal e imoral:

Já agora digo-lhe Sr. Secretário se o senhor não tem nenhum problema em apresentar as suas justificações para esta situação, deveria ter sugerido ao Grupo Parlamentar do PS, que aquilo que foi pedido pelo PSD no sentido de ouvir as suas razões relativamente a estas e a outras matérias, porque há outros gastos imorais, que não chumbasse a audição do Sr. Secretário na Comissão de Economia.

Por que é que não quer discutir esta questão?

Porque sabe que isto foi um gasto, a par com outros, perfeitamente imoral, no momento em que a Região vive sérias dificuldades e em que 10% das famílias açorianas muito gostariam de ter uma pequena parte desses 200 mil euros que o senhor acabou de confirmar.

Deputados Jorge Macedo (PSD) e Mark Marques (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PPM).

Deputado José San-Bento (PS): Se fosse a si fechava o bar já!

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Deputado fale a sério!

Pare de brincadeiras!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Economia diz que a ampliação da pista do aeroporto da Horta não desapareceu do Plano apenas foi adiada.

Duas perguntas muito simples para duas respostas muito objectivas: foi adiado para quando? Se é um investimento estruturante, como é reconhecido por todos, por que é que foi adiado?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que foi afirmado pelo PSD poderá ser caracterizado por uma frase dum conhecido actor, em termos partidários, como é óbvio: “Se os senhores deixarem de mentir sobre nós, nós deixaremos de dizer a verdade sobre os senhores!”

A verdade é que os senhores não conhecem nem têm um modelo de desenvolvimento para o turismo dos Açores.

A verdade é que os senhores não sabem quanto é que gastam os nossos concorrentes no mercado, em termos de eventos e promoção.

Os senhores sabem quanto é que gasta as Canárias na promoção turística e eventos desse tipo?

Os senhores sabem quanto é que gasta o Brasil, o México, que tem uma equipa de mais de 30 pessoas em Portugal, a fazer eventos de promoção turística da Região e de diálogo com operadores turísticos?

Os senhores e a sua líder só falam em planos de desenvolvimento a médio prazo.

Deputado Rui Ramos (PSD): Diga isso a quem paga hoje mais nas farmácias!

Diga isso a quem paga mais nas creches!

O Orador: Que modelo de desenvolvimento é este Srs. Deputados?

É de estar sentado num banquinho à espera que por favor passe a crise.

Qual é o vosso modelo?

Srs. Deputados, este é o modelo que nós defendemos de promover os Açores junto dos operadores turísticos.

Srs. Deputados sejam sérios sobre esta matéria, este é um assunto sério porque necessitamos de trazer fluxos turísticos para a Região.

Sobre esta matéria chegamos a uma conclusão: estratégia do Governo para a promoção turística, é para continuar e para reforçar.

Estratégia do PSD para o turismo é zero.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, em primeiro lugar questões de evolução, de revolução.

Sr. Deputado a mensagem é clara e os açorianos constatam-na.

Do ponto de vista de transportes, quer marítimos, quer aéreos em termos de infra-estruturas, desde logo, este Governo, ou os governos da responsabilidade do PS, têm feito uma autêntica revolução silenciosa naquilo que são as condições em que

funcionam: aerogares, gares de transporte marítimo de passageiros, em que funciona tudo isto.

Desse ponto de vista é indesmentível. Eu estou pronto para esse debate em qualquer momento.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já estou pronto há muito tempo!

O Orador: Quanto às obrigações de serviço público no triângulo, o primeiro dado concreto e claro é que o Governo não está satisfeito da forma como essas obrigações estão a ser cumpridas pela empresa.

Em segundo lugar a pergunta legítima que surgiria seria: mas então por que é que os senhores não denunciam o contrato com essa empresa?

Porque é a envolvência de que estamos a falar, e que acredito que os minimamente interessados neste assunto têm consciência disso.

A envolvência que nós estamos a falar, quer do ponto de vista da empresa, quer do ponto de vista do grupo económico que lhe está associado, leva a que este assunto seja encarado com uma cautela para salvaguarda de interesses maiores. Interesses maiores, neste caso, que têm a ver com emprego, com estabilidade, com um conjunto de situações que interessa acautelar.

Desse ponto de vista, vamos ser muito claros o Governo não está ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A cumprir a Lei!

O Orador: ... a pôr debaixo da sua asa os incumprimentos da empresa de transporte marítimo de passageiros, no grupo central.

O Governo não está satisfeito, acha que isso é um insulto, do ponto de vista da qualidade de serviço, que é uma pouca-vergonha, do ponto de vista daquilo que deve ser a qualidade desse serviço e que aliás, ninguém obrigou a candidaturas. Ninguém convidou informalmente a candidaturas. Foi posto um concurso público em cima da mesa, com determinadas obrigações, quem se achou capaz de cumprir com essas obrigações concorreu para assegurar esse serviço e o que se constata é que efectivamente as coisas não têm corrido bem.

Em segundo lugar e ainda em relação a esta matéria.

Do ponto de vista de navios, nós temos dois navios, no final deste mês, em condições de assegurar este serviço, navios que curiosamente nem sequer são os navios propriedade dessa empresa, são os navios propriedade da empresa pública do transporte marítimo de passageiros da Atlanticoline.

Eu gostava de salientar a este propósito questões que têm a ver com a calendarização da intervenção desses navios e com a articulação dessa intervenção com a empresa, porque a empresa também tem navios seus.

Gostava de dizer à câmara que essa intervenção e essa calendarização, do ponto de vista da empresa pública, está a ser criteriosamente cumprida, com aquilo que foi acordado e planeado (criteriosamente cumprida!).

Quanto à questão do investimento na Praia da Vitória e a dúvida sobre se o investimento nos estaleiros navais da Madalena, é ou não para continuar.

Sr. Deputado, fosse a vida tão cor-de-rosa como a sua gravata, nós efectivamente estaríamos aqui no melhor dos mundos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A gravata é fushia!

O Orador: Mas o que se exige dum Governo, não é isso Sr. Deputado!

O que se exige dum Governo é explorar todas as possibilidades.

Pode ter corrido menos bem na Praia da Vitória...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Correu mal!

O Orador: ... mas aquilo que resulta, e a Madalena prova, é que nós não desistimos de querer reactivar a indústria naval nos Açores.

Portanto à pergunta: o senhor garante que a Madalena vai correr bem?

Garanto que o Governo envidará todos os esforços para que a Madalena corra bem.

Mas Sr. Deputado Artur Lima, surpreende-me essa posição comunista e estatizante de V. Exa. quanto à perspectiva da forma como deve funcionar esses investimentos privados.

Há uma coisa que lhe garanto, a opção estratégica de aposta no mar e de aposta na reactivação duma indústria de construção e reparação naval nos Açores, é uma aposta em que o Governo está profundamente empenhado.

Terceira questão: estudo do cais de cruzeiro de Angra do Heroísmo.

Tive oportunidade de na Comissão de Economia dar conta daquilo que se passa exactamente com esse estudo.

O estudo do ponto de vista da avaliação das suas diversas componentes (quer do ponto de vista do projecto propriamente dito, quer do ponto de vista ambiental) está efectivamente atrasado e assumo aqui perante todos os senhores deputados esse atraso. Assumo! Está assumido!

Eu disse que era em Julho, vamos em Novembro e o estudo não está pronto. Está assumido aqui.

Aquilo que gostaria também de lhe dizer é que do ponto de vista daquilo que é necessário fazer em relação a esta matéria e tendo havido o interesse que suscitou sobre este assunto, o Governo Regional assim que tiver esse estudo pronto pretende colocá-lo num amplo debate público, convocando para expressarem a sua opinião ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É a evolução!

O Orador: Oh Sr. Deputado não é evolução nenhuma é o planeamento normal deste processo. O senhor queria o quê? Que eu fosse para a Terceira dizer: o Governo gostava de fazer um cais de cruzeiros. E eles diziam: mas onde está o projecto? Ah, eu julguei que podíamos conversar um bocadinho sobre isso, ter aqui uma conversinha!

Sr. Deputado, obviamente que temos que ter uma ideia concreta, para então subordiná-la ao debate e à discussão pública. É isso que faremos.

Sr. Deputado António Marinho, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a SATA?

O Orador: A SATA o senhor teceu foi considerações sobre os aviões e a frota, que eu me lembre não fez propriamente uma pergunta.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o serviço?

O Orador: ... os senhores podem fazer aquilo que quiserem com a festa, ...

Deputado António Marinho (PSD): Quem fez com a festa foi os senhores!

O Orador: ... podem até fazer aquilo em que são exímios, homenageio o PSD por isso, que é de criar a confusão, que é de lançar e de enriçar o termo exacto é este “enriçar” a questão.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é confusão!

O Orador: Sr. Deputado António Marinho, não houve bar aberto, eu já lhe expliquei qual é a referência ao bar aberto.

Deputado António Marinho (PSD): Está no contrato!

O Orador: Eu estou a explicar, se o senhor tem tanto interesse em perceber, ouça! O senhor quer ouvir ou não?

Deputado António Marinho (PSD): Quero ouvi-lo, aliás queria ouvi-lo na Comissão!

O Orador: Não houve bar aberto neste sentido, o que se assegurou foi o serviço de bebida para a refeição.

Deputado António Marinho (PSD): Então para que é que se gastaram 200 mil euros?!

O Orador: A seguir toda a gente pagou por aquilo que consumiu.

Em segundo lugar neste valor está incluído o transporte de produtos regionais, como aliás podem testemunhar os vossos companheiros que tiveram na Comissão.

Terceiro lugar, gostava de clarificar a disponibilidade do Governo ...

Deputado António Marinho (PSD): Para ir à Comissão!

O Orador: Não, Sr. Deputado.

O Governo já aqui deu exactamente essas explicações.

Deputado António Marinho (PSD): Não explicou!

O Orador: Sr. Deputado Luís Garcia, em primeiro lugar esse investimento não foi adiado pelo Governo Regional.

O Governo Regional foi claro em termos do seu posicionamento em relação a esta matéria.

Primeiro, este é um investimento que deve estar ligado com aquilo que é o processo de privatização da ANA. O Governo tem acompanhado este processo.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não foi esse o compromisso que o Sr. Presidente do Governo assumiu!

O Orador: Em segundo lugar este é um processo que é conduzido no âmbito desse privatização. Esse processo está a ser acompanhado pelo Governo Regional e uma vez que houve essa tomada de posição do Governo da República, relativamente à privatização, daí é que surge este adiamento.

Em relação às matérias que foram aqui tratadas gostava de salientar o seguinte quanto ao aeroporto da Horta.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Afinal é bar aberto ou não é bar aberto?

É para pagar ou não é para pagar?

O Orador: O aeroporto da Horta não está de forma nenhuma ausente daquilo que é o esforço de melhoria da sua operacionalidade.

Recentemente, a ANA fez um investimento no aeroporto da Horta que visou, exactamente, melhorar a operacionalidade desse aeroporto.

O Sr. Deputado está a fazer-me uma careta não sei se é sobre o assunto se é para mim...

Deputado Luís Garcia (PSD): É para o assunto!

O Orador: ... mas que isso é uma verdade é uma verdade evidente, basta ir à pista e ver o que lá está feito.

Deputado Luís Garcia (PSD): É preciso é saber os resultados!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao investimento da Praia da Vitória na indústria naval, não correu bem, nem correu mal. Não correu, pura e simplesmente! Não foi feito! Não foram dados incentivos a privados! Não foi feito nada do que o senhor aqui afirmou.

Portanto, legítima a dúvida quando os senhores propõe, projectos semelhantes deslocalizados para a Ilha do Pico.

A dúvida é absolutamente legítima.

Quanto às referências estatizantes e comunistas, oh Sr. Secretário! Sr. Secretário, belo exemplo tem esse Governo nessa matéria, que já começaram a regionalizar empresas, devido à crise regional.

Belo exemplo, vejo desse lado, Sr. Secretário, regionalizar empresas inclusivamente não produtivas para a Região. Foi regionalizada uma empresa de golfe.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor não sabe o que está dizendo!

O Orador: Sei! É a gestão da empresa que os senhores andam para aqui a fazer.

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo).

O Orador: Chame-lhe nomes Sr. Vice-Presidente! Chame-lhe o que quiser, o senhor é quem está a gerir. O senhor regionalizou Sr. Vice-Presidente e foi bem clara a sua intervenção.

Sr. Secretário a SATA discrimina açorianos e o senhor não me respondeu a essa pergunta.

Um florentino que queira ir a Faro ou que queira ir ao Funchal, paga o dobro de um micalense e tem de ficar ainda uma noite de pernoita em S. Miguel, o que lhe acrescenta mais 60€.

Por falar em pernoita aquela questão das duas pernoitas na Terceira que os senhores têm de um aviãozinho agora, é absolutamente ridícula, porque já se fazia no passado e agora vem para tentar tapar os olhos.

Ainda falta o número desse estudo que o senhor ficou e apresentar e nunca apresentou.

Portanto, promessas sim, isto é “faz força que eu gemo” Sr. Secretário, agora é preciso cumpri-las.

Não temos nenhum problema em elogiar quando o governo cumpre, como não temos nenhum problema em criticar quando o Governo não cumpre e neste caso o Governo não cumpriu.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia, quer que lhe dê a palavra?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não tenho tempo.

Presidente: Desta vez eu teria para si.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Agradeço a sua benevolência!

Teria muita coisa para dizer!

Presidente: Não tenho dúvidas Sr. Secretário.

Assim sendo passemos para a próxima intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, quanto tempo dispõe o Governo?

Presidente: O governo tem 152 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Imaginemos um país que, numa altura de conjuntura económica desfavorável, devido a uma crise global, conseguisse obter indicadores de conjuntura económica muito superiores ao resto dos países do seu espaço de referência.

Imaginemos, ainda, que este país apresentava níveis de endividamento e uma taxa de desemprego muito mais baixos que os restantes, disponibilizado preciosos recursos para a implementação de medidas contra-cíclicas.

Este país, que teria aumentado, no espaço de uma década, em 7 pontos percentuais a sua convergência com os países mais desenvolvidos, seria, imediatamente, apelidado de milagre económico, apenas comparado com as economias emergentes do mundo, que crescem a níveis muito superiores aos restantes países desenvolvidos, numa das alturas mais conturbadas das últimas décadas.

Mas imaginemos que, porventura, perante este cenário de crescimento, existia um dirigente partidário que se atreveria a dizer que “estão totalmente a descoberto todas as consequências de uma estratégia que se tem mostrado adversa para o desenvolvimento dos Açores”. No mínimo, qualquer pessoa diria que este dirigente partidário estaria fora da realidade.

Abstraindo-nos deste “país imaginário”, chegamos à conclusão que a realidade nos Açores é mesmo esta, como demonstram os recentes números do Serviço Regional de Estatística.

Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Deputado esse discurso é uma falácia!

O Orador: Segundo o SREA, em termos reais, no terceiro trimestre, os Açores apresentavam a taxa mais baixa de desemprego do país e de todas as Regiões Ultraperiféricas, cerca de 6,6%. Mais, a nossa terra, no mesmo trimestre, apresenta um crescimento acentuado nos principais indicadores de conjuntura económica, como nas pescas + 251%, no cimento 29,6%, na energia de 3,5%, energia, comércio e serviços 4,4% ou até no turismo 11,3%.

Deputado António Ventura (PSD): E na agricultura?

O Orador: É verdade que os Açores estão a sofrer as consequências de uma crise sem paralelo nas últimas décadas, com o desemprego e a quebra em 2009 a serem a face mais dura desta realidade, mas estes números do SREA demonstram que estamos a sofrer muito menos do que outras regiões do país.

É um estímulo acrescido, que resulta da correcta aplicação das políticas públicas, mas também do espírito empreendedor dos açorianos, que resistem às adversidades e que crescem com elas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vivemos num cenário de incerteza quanto ao comportamento da economia mundial para o próximo ano. Por um lado, a Alemanha afirma-se, cada vez mais, como motor de crescimento na União Europeia, à custa sobretudo do aumento das suas exportações. Por outro lado, conforme avisa a OCDE, as políticas orçamentais

de austeridade e o “desemprego cada vez mais estrutural”, poderão ter efeitos devastadores ao nível do crescimento económico das restantes economias europeias.

É neste contexto macroeconómico que o Governo dos Açores e a maioria parlamentar do PS que o apoia, após um diálogo aberto com os Parceiros Sociais, discute e apresenta o Plano Regional para o ano de 2011 nesta Assembleia.

Ao nível do desenvolvimento do sector do turismo, este documento consubstancia a reflexão, de que apesar da recuperação prevista a nível mundial, para os próximos anos e da estabilização dos números do turismo nos Açores, no corrente ano, devemos, obrigatoriamente, continuar a reforçar a nossa estratégia na consolidação, qualificação e diversificação deste sector.

O actual cenário de tímida recuperação que o sector do turismo atravessa a nível global e a ainda baixa notoriedade do destino Açores nos seus principais mercados emissores, representam, a nosso ver, os principais desafios com que o Governo dos Açores se depara no próximo ano.

É nesse enquadramento que se apresenta, no Plano Regional Anual para 2011, a política de investimento para o sector do turismo, assente em três grandes prioridades.

A primeira, é o reforço da aposta na promoção externa do destino Açores, enquanto um destino “único”, moderno, diverso, dinâmico e seguro, de clima temperado, onde não apenas se visitam as suas magníficas paisagens, mas também se experienciam actividades agregadas ao mar, ao vulcanismo, aos nossos recursos termais ou ao golfe.

Mas esta estratégia elencada no Plano de Marketing Estratégico para o Turismo dos Açores, de divulgação desta “Marca Açores”, não poderá, como alguns partidos da oposição defendem, ser feita em mercados emissores de fluxos turísticos que estão momentaneamente na “moda”, onde a Região não tem nenhuma reputação e onde o trabalho de afirmação terá de ser feito a partir do zero.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Na Tailândia!

O Orador: Temos sim, em parceria com a ATA, tendo em vista aumentar a notoriedade do destino Açores, que continuar a captar “targets” junto de mercados já estabelecidos, como o mercado escandinavo, alemão, francês, inglês, americano e continental através de grandes acções de promoção tradicional, como campanhas publicitárias multimédia, participação nas principais feiras nacionais e internacionais do sector e noutros eventos de promoção que atraiam grande número de potenciais turistas.

Numa altura, em que todos os “players” do mercado, jogam tudo o que têm na atracção de fluxos turísticos, temos de ter a consciência, sem preconceitos, nem falsas hipocrisias, que a competição pelo “turista”, tem custos de investimento, que podem e devem ser assumidos para dar notoriedade ao “destino Açores”, como o fizemos recentemente, com o patrocínio ao evento “7 Maravilhas Naturais de Portugal”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Melhorando a nossa qualidade cá dentro!

O Orador: Outra segunda prioridade é a de continuar a criar condições para o aumento estadia média e do potencial de “spending” do turista nos Açores, através do investimento na qualificação e diversificação da nossa oferta hoteleira e de

turismo em espaço rural, apoiando também, a construção e requalificação de estruturas físicas de apoio ao turismo, promovendo, conjuntamente com operadores privados, acções de animação turística e requalificando outros produtos turísticos como percursos pedestres, por exemplo.

Nesta área também, temos a consciência de que o Governo por si só, não terá a capacidade para melhorar uma cultura e uma prática de melhoramento do nosso produto turístico.

Devemos agir em parceria...

Temos de agir conjuntamente, com todos os agentes do sector, assumindo todos, repito, todos, as suas responsabilidades e os seus interesses, na preservação e requalificação deste património, que mais não é do que a nossa identidade turística regional.

A terceira grande prioridade assumida por este Governo, no plano de investimentos para 2011, vai no sentido do aumento dos fluxos turísticos e da redução da sazonalidade, através do desenvolvimento das acessibilidades aéreas e marítimas e de acções de prospecção em diversos mercados turísticos.

Este esforço, a nosso ver, deve ser dividido em 2 vertentes:

Por um lado, promovendo a estreita colaboração entre operadores turísticos regionais, nacionais e internacionais, a ATA, os operadores de transporte aéreo que voam regularmente para os Açores e o Governo Regional, no sentido de incentivarmos a criação de novos pacotes turísticos e de novas operações, que tragam real mais-valia para a Região, sobretudo em época baixa.

Aqui, já há trabalho realizado.

Cumprir-me, saudar, porque é devido, o trabalho realizado pela Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, conjuntamente com as operadoras de transporte aéreo que voam regularmente para os Açores, a sua nova campanha para a época baixa, “Visit Azores com voo incluído”, que, num espaço de pouco mais de um mês, teve mais de 1500 reservas para todas as ilhas do arquipélago.

Por outro lado, não descurando a importância de promover o aumento de navios de cruzeiros que aportam à nossa região, devemos envidar esforços, no sentido de aumentar a qualidade do transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, atribuindo-lhe novas valências e interligando-o à rede de transportes aéreos que servem as nossas ilhas.

Mas para que este modelo servir os nossos propósitos, deverá contemplar acessibilidades a preços verdadeiramente atractivos para os mercados emissores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas não se pense que o futuro do turismo nos Açores depende apenas dos incentivos financeiros disponíveis, da infra-estruturação material de apoio, de rotas aéreas diversificadas e atractivas, da promoção do destino Açores feita por esta administração. Cabe também aos players do sector serem mais empreendedores, procurarem a qualificação dos seus recursos humanos, aumentarem, melhorarem e diversificarem a sua oferta e, acima de tudo, terem a consciência de que os mercados emissores não se dirigem aos Açores apenas porque os desejamos. Parte deste trabalho de procura e negociação com operadores estrangeiros cabe igualmente aos empresários e aos seus representantes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das bandeiras da governação socialista foi, justamente, a criação, quase de raiz, de um novo sector económico – o Turismo -, área de actividade que era totalmente incipiente há menos de duas décadas atrás.

Pode-se apontar falhas estratégicas, mas não se pode recusar uma evidência. Não se pode negar que os Açores, com o crescimento turístico, conseguiram diversificar a sua economia, garantindo-lhe, por isso, mais hipóteses para resistir às adversidades externas.

Actualmente, não somos, como por exemplo a Madeira, totalmente dependentes de um único sector de actividade económica.

Esta diversificação da base económica regional era óbvia, face às condições que as nossas ilhas apresentavam para o desenvolvimento turístico. Foi assim óbvio para o PS, em 1996, que esta oportunidade não se podia desperdiçar. Impulsionados pelo Governo, os Açores aproveitaram-na.

Temos pena, porém, que governos tivessem, durante mais de duas décadas, passado totalmente ao lado da evidência que o Turismo era uma das soluções económicas dos Açores. O Governo Regional e o PS estão a trabalhar, todos os dias, para recuperar o muito tempo perdido.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

Presidente: Está aberto o debate. Aceitam-se inscrições.

Não havendo passemos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passaram 14 anos de governação socialista na Região.

Mas, enquanto tudo muda no mundo, a postura socialista e os discursos do Governo permanecem iguais.

Na verdade, este Governo anda a dizer o mesmo há mais de 10 anos, como se a realidade não mudasse, como se não houvesse outro mundo para lá das paredes dos gabinetes governamentais, ou, em muitos casos, exactamente, porque o Governo não fez o que devia para mudar as condições de vida dos açorianos e vê-se, assim, obrigado a repetir discursos.

O Governo fechou-se em si, nas suas palavras e propaganda.

Entretanto, nos Açores, pelas 9 ilhas fora, as pessoas sentem, cada vez mais, dificuldades, a desesperança instalou-se, para muitos, os apertos começam a ser insuportáveis.

Mas, o discurso, as palavras continuam iguais, iguaizinhas, sem tirar nem pôr.

Há, por exemplo, o caso absurdamente risível do Vice-Presidente do Governo que, há seis anos, na abertura destes debates, acaba sempre os seus discursos com 2 parágrafos exactamente iguais.

De ano para ano, limita-se a fazer copy paste.

No fundo, não há novidade, não há criatividade. Não muda nada!

Os discursos do Presidente do Governo de há 10 anos podiam ser ditos hoje, porque o que afirma agora é, mais ou menos, igual ao que dizia então: “*Traçamos*

como grande objectivo, uma nova energia nas políticas económica e social da Região, eliminando progressivamente efeitos adversos da nossa insularidade, defendendo as empresas, criando emprego, promovendo a diversificação produtiva e generalizando os mecanismos de solidariedade social.”

Isto foi dito em Novembro de 1999, há onze anos. Mas, hoje, ouvimos, exactamente, o mesmo!

O que só pode querer dizer que o discurso não produziu resultados e, desse modo, para o Governo faz sentido repeti-lo.

Curiosa é a análise dos discursos do Governo sobre a crise. Durante muitos anos, era afirmado que ela não tinha chegado à Região. Já em 2002, há 8 anos, o Presidente do Governo prometia *“aumentar o investimento público direccionado para o apoio à economia, evitando as consequências mais nefastas de importação da crise do continente (...) e protegendo o emprego e o rendimento das famílias”*!

Agora, diz o mesmo! O que só pode querer dizer que falhou no apoio à economia, não evitou as consequências da crise, não protegendo o emprego e o rendimento das famílias...

Deputados Jorge Macedo e Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, o problema é que isso foi sendo dito e repetido em todos estes anos.

Mais de 10 anos a dizer o mesmo!

Significativo é que até, 2007, o Governo dizia que os Açores tinham escapado à crise, que viviam em “contraciclo”.

Mas, a partir de 2008, já se sentiam “indicadores”, “bons indícios” de “inversão de tendência” ou “retoma”.

Então, de acordo com a propaganda do Governo, a crise começou a ir-se embora antes de chegar!?!... Para o Governo, nunca chegou!

E, lá fora, o que dizem disto as empresas, as famílias e as pessoas, que sentem a cada dia maiores dificuldades?

Os açorianos, infelizmente, sentem na pele e nas suas vidas que a crise chegou cedo e ainda não se foi embora.

Mas, o Governo prefere ficar fechado na redoma dos seus discursos, como se isso resolvesse alguma coisa.

Não é fugindo dos problemas que eles se resolvem, mas enfrentando-os com realismo, seriedade e eficácia.

Deputados Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: O que nunca foi feito pelos Governos socialistas, nem de Sócrates, nem de César.

Iguais, também, na postura do marketing de pintar o mundo cor-de-rosa, de dizer que tudo é uma maravilha, que tudo está bem, que é só sucesso.

A verdade é que não está tudo bem!

A verdade é que as coisas, infelizmente, só estão bem nos discursos socialistas.

Em 29 de Novembro de 2007, Carlos César afirmava um *“modelo de desenvolvimento fundado (...) no aumento da produtividade e da capacidade da economia gerar mais e melhores empregos e rendimentos”*.

Deputado José do Rego (PS): E gerou!

O Orador: Hoje, perante os resultados, só se pode dizer que falhou!

No mesmo discurso, garantia “*novas apostas empresariais*” e “*novos investidores*” para os Açores, adiantando ...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor diz isso há anos!

O Orador: ... “*posso anunciar que existem, neste momento, projectos e, em muitos casos, investimentos confirmados em análise, que se propõem realizar entre 2008 e 2012, de mais de mil e duzentos milhões de euros(...). Serão, assim, esperamos milhares de empregos novos, que gerarão rendimento e fixarão população nas nossas ilhas. Esta sim, é a “revolução surda”, que se começa a ouvir e a sentir na Região*”.

“Surda”...Pois...ninguém deu, mesmo, por ela!... É mais ou menos silenciosa como diz o Secretário da Economia, que também ninguém deu por ela.

São as revoluções surdas e silenciosas que apenas se sentem na apatia e insensibilidade do Governo Regional e do Partido Socialista.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas, este discurso do aumento da produtividade, vem sendo repetido ano após ano, plano após plano!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Surdez é uma coisa, silêncio é outra!

O Orador: E o resultado?

O resultado é que nos Açores, como já foi aqui afirmado, apesar de terem sido gastos, de 1997 a 2010, 18 mil milhões de euros; apesar de se ter recebido, de 1995 a 2006, 7,616 euros per capita, mais de 2.300 do que a Madeira e mais do dobro do que as outras regiões ultraperiféricas da Europa, **a verdade é que temos um mais baixo nível de produtividade do que em 1995.**

É duro, mas é verdade!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): É tudo demagogia!

O Orador: Em 1995, de acordo com a tão propalada Base 2006, (vou repetir para que não fiquem dúvidas com os apartes e desassossego da bancada do Governo) ...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): É tudo demagogia!

O Orador: Sr. Presidente do Governo, se me permite gostaria de continuar. Percebo que não queira ouvir isso mas vou ter que dizer.

Em 1995, de acordo com a tão propalada Base 2006, os Açores produziam 106% da média da produtividade nacional, isto é acima da média do país. Doze anos e tantos milhões depois, baixámos 5 pontos percentuais, para 101% da média nacional até 2007, isto é os Açores baixaram o nível de produtividade de 1995 a 2007.

Os Açores engordaram mas não cresceram!

Deputados Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo empanturrou-se em guloseimas, gastou e esbanjou em discotecas, disco-parties, after-parties e outras parties, e em bar aberto...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Outra vez?!

O Orador: Gastou no que quis e não investiu no que devia!

Por isso, cada vez são mais os açorianos a viver do Estado, das pensões, do rendimento social de inserção, do subsídio de desemprego.

Veio o dinheiro que se gastou, mas não teve efeito reprodutivo na nossa economia e na nossa sociedade, porque não aumentámos a nossa produtividade.

É este o triste, mas, único diagnóstico que se pode fazer dos enormes problemas que trouxe aos açorianos esta governação socialista.

Tudo isto, também, por uma absoluta falta de rumo, fundamentação e estratégia.

Decide-se, gasta-se, sem estudos, ou, mais incrível ainda, com estudos depois da decisão.

Cabe na cabeça de alguém, por exemplo, que o Governo tenha decidido fixar toda a frota da SATA numa ilha sem qualquer estudo; que tenha decidido construir um cais de cruzeiros em Angra e só depois decida fazer o estudo; ou que gaste mais de 77 milhões de euros no transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, não tenha um único navio novo e agora é que decida fazer um estudo!?!...

Só mesmo este Governo!

Governo que, repetidamente, anunciava e anuncia o Turismo como a grande aposta:

Em Abril de 2001, Carlos César, exultava o objectivo de “*exceder, em 2004, a duplicação da actual capacidade hoteleira, passando de 620 mil dormidas anuais para um valor próximo dos 1,3 milhões, vitalizando múltiplas actividades económicas complementares dinamizando o mercado interno e criando milhares de novos empregos para os açorianos e açorianas*” (*Aplausos das bancadas do PS e do Governo*). Estou citando o diário das sessões.

Deputado Berto Messias (PS): Está citando o quê?

(*Aplausos das bancadas do PS e do Governo*).

O Orador: Também aqui falhou!

Em 2004, eram 1 milhão e 89 mil dormidas e, no último ano conhecido, 2009, foram apenas 1 milhão e 5 mil dormidas, isto é cerca de 300 mil dormidas a menos do que prometia Carlos César em 2004!

Mas, aquela que é afirmada, todos os anos, como a grande prioridade é o “emprego”!

Ano atrás de ano, grandes discursos e promessas de crescimento do emprego!

Também, aqui, falharam os discursos. Também aqui foi só conversa!

O desemprego, na Região, que, em 2002, chegou a baixar aos 2%, em 2010 já chegou aos 7,7%.

Atingimos, nesta legislatura, o número mais elevado de desempregados da Região.

Um drama para muitos açorianos, que continua a ter como resposta do Governo...os discursos.

É, na verdade, relevante, que, num ano em que se verificou uma das mais altas taxas de desemprego desta governação, 2009, com 7,1% de açorianos desempregados, o Governo apenas tenha executado em programas de emprego, imagine-se, 2,8% do que tinha previsto. Apenas 2,8% em programas de emprego!

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Isso é completamente falso!

É uma grande mentira!

O Orador: Eu não posso admitir que seja passado em claro o aparte ofensivo do Vice-Presidente do Governo. Está no relatório de execução, com o qual a Sra. Secretária Regional foi confrontada em Comissão e assumiu.

Isto é que é a verdade. São documentos em que os programas de emprego da Região, em 2009, tiveram de execução, documentos oficiais do Governo Regional, 2,8%.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): É mentira!

Deputados Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Por muito que o Vice-Presidente do Governo e o Governo Regional dos Açores, que são especialistas nisso, tentem transformar uma verdade em mentira, não conseguem, porque factos são factos e a verdade é verdade.

Da nossa parte, a nossa única arma é a verdade e a defesa dos interesses dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E quanto a discursos e a factos, resta saber o que diz o Presidente do Governo, que, em Novembro de 2002, há 8 anos atrás, fazia a apologia do crescimento das licenças de construção civil (achava que era uma grande coisa, licenças de construção civil) e do consumo do cimento, quando em 1994 foram emitidas 1592 licenças e em 2009 apenas 806, quase metade, baixando de 2001 para 2009 em 63 toneladas o consumo do cimento.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Fica ao vosso critério!

O Orador: Não é o nosso critério é o critério do Governo Regional que mais uma vez demonstrou o falhanço das suas políticas.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): E no 3º. Trimestre? Diga quanto é!

O Orador: Em todos os anos, o Presidente do Governo apresenta lençóis de medidas e propostas de ajuda às famílias e às empresas, como sendo todas e cada uma delas a solução para os problemas que os açorianos vão, cada vez mais, sentindo. No fundo, sendo todos e cada uma das promessas e anúncios a prova da ineficácia e insucesso daquelas e daqueles que lhes antecederam nos anos anteriores.

No fundo, mais do mesmo.

Repetem-se os discursos, as palavras, as promessas deste Governo cansado, repetitivo e sem novidade que se fecha no seu mundo como se fosse o Mundo real das pessoas.

Mas, não é!

Mais uma vez, o PSD apresenta propostas concretas, reais,

Deputado Berto Messias (PS): Diga lá!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não fez nada ainda aí se não apresentar propostas!

O Orador: ... adequadas à verdadeira situação dos Açores e à vida dos Açorianos. Têm sido dezenas, nos últimos anos, as propostas que o PSD tem apresentado para melhorar o Plano e Orçamento da Região. Infelizmente, para os açorianos, quase sempre chumbadas pela arrogância socialista.

Enquanto o Governo continuar fechado no seu mundo, contente a olhar para o brilho dos seus botões, vai esquecendo e, assim, desrespeitando a falta de brilho

das vidas de muitos açorianos e, do mesmo modo, não potencia as capacidades das pessoas e as potencialidades destas ilhas que merecem muito mais e melhor.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós acreditamos numa nova e diferente forma de governar, tanto quanto entendemos a sua afirmação como decisiva para a sustentabilidade do futuro dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tenho inscrito o Sr. Deputado José do Rego.

Tem a palavra.

Deputado José do Rego (PS): Prescindo.

Presidente: Não havendo inscrições para o debate, assim sendo, penso que face à hora não seja possível fazer intervenção e debate, embora deixe isso à consideração da câmara. Faltam-nos 8 minutos.

Assim sendo retomamos às 15 horas.

Vamos informar sobre os tempos.

O Governo tem 106 minutos disponíveis (a Mesa enganou-se há pouco);

O PS tem 100 minutos;

O PSD tem 62 minutos e meio;

O CDS/PP tem 23 minutos;

O BE tem 18 minutos;

O PPM tem 40 segundos;

O PCP não dispõe de tempo.

Obrigado.

Bom almoço.

(Eram 12 horas e 51 minutos).

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 08 minutos).

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A análise ao Plano e Orçamento da Região para 2011 deve ser feita num contexto de muita ponderação e não tendo por base a ideia de facilitismo... A ideia de que nos Açores tudo é possível!

Preocupa-nos a actual situação do País, que tem reflexos óbvios e directos aqui na nossa Região, nomeadamente, as dificuldades que as famílias e as empresas sentem

e irão sentir no próximo ano, perante um plano de austeridade sem precedentes nos últimos 36 anos da nossa Democracia.

Segundo as últimas previsões da OCDE, Portugal irá entrar em recessão durante o ano de 2011. A estimativa da OCDE para Portugal prevê um crescimento negativo de 0,2%; um consumo privado de -0,7%; um consumo público de -0,6%; um Investimento de -2,2%; uma procura interna de -2%; exportações de 6,3%; Procura externa de -2%; taxa de inflação de 2,3%; taxa de desemprego de 11,4%; défice orçamental de 5%; e um défice externo de 8,8%.

É um quadro recessivo que levará à perda do poder de compra em Portugal, derivado também do congelamento dos salários e pensões e da já referida taxa de inflação estimada de 2,3% para o próximo ano.

As operações financeiras serão bastante afectadas derivadas pela grande dificuldade que a banca portuguesa tem em financiar-se no exterior.

Haverão pois repercussões ao nível do crédito à habitação e ao consumo. É preocupante o crescimento, segundo os últimos dados do Banco de Portugal, do aumento do incumprimento bancário, tanto por parte de particulares, como de empresas. Por outro lado, teremos um sector de seguros que sofrerá uma contracção da sua actividade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos Açores, devido à grande dependência do exterior, derivada de uma balança comercial deficitária, irá forçosamente reflectir-se esta conjuntura adversa baseada no PEC I e II, e na aprovação do Orçamento de Estado para 2011.

Deputado José San-Bento (PS): Não consigo acompanhar o raciocínio!

O Orador: Por isso, o CDS-PP mostra alguma preocupação sobre alguns aspectos do Plano e Orçamento para 2011.

Ao nível do Orçamento temos dúvidas sobre a execução real da receita fiscal prevista. As principais dúvidas estão ao nível dos seguintes impostos: IVA, IRC, Imposto de Selo, ISV e ISP.

A visão do Governo Regional é, do nosso ponto de vista, optimista.

Em tempos difíceis e de tão grande incerteza requeria-se uma previsão mais prudente.

Em relação ao Plano aprez-nos registar o seguinte:

No Turismo, em tempos de crise, a procura de novas oportunidades é um dos vectores principais para que as dificuldades sejam ultrapassadas.

Por exemplo, não compreendemos como é possível estabelecer um protocolo, celebrado pelo Observatório do Turismo na Tailândia, país que está em recessão económica e sem tradição exportadora e esquecer na promoção turística para 2011 um dos principais mercados emergentes, como o Brasil.

Não se trata de um país qualquer, trata-se de uma Nação que está a crescer a uma taxa de cerca de 8% ao ano, tendo os turistas brasileiros um alto poder aquisitivo.

Nós temos relações especiais com este país, seja por via de viverem no Brasil cerca de 1,2 milhões de portugueses, grande parte constituída por Açorianos e seus descendentes, seja por via da geminação de várias cidades e vilas dos Açores com cidades Brasileiras. Temos, no fundo, interlocutores privilegiados.

Ao nível da Saúde a falta de médicos de família é um problema que tarda em ser resolvido. A carência destes profissionais faz-se sentir na Ilha de São Miguel com maior incidência nos Concelhos de Ponta Delgada e de Ribeira Grande.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por outro lado, ao nível dos Investimentos em infra-estruturas, e no que à ilha de São Miguel diz respeito, após uma análise feita ao documento concluí-se que existe um conjunto de grandes investimentos que só estarão concluídas em 2012.

Ou seja, houve uma nítida preocupação do Governo Regional em “chutar” um conjunto de investimentos visando um calendário eleitoral em detrimento de um calendário consentâneo com as necessidades prementes das populações que serão servidas e beneficiárias destas obras.

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Refiro-me, por exemplo, às SCUT's, à ampliação do Porto de Pescas de Rabo de Peixe, à beneficiação da via que liga a Povoação às Furnas, o Parque Tecnológico da Lagoa e o Centro de Radioterapia dos Açores.

Temos, entretanto, um conjunto de promessas e de prioridades que teimam em não constar do Plano, ou se constam, tardam em ser concretizados.

Refiro-me ao acesso alternativo à freguesia da Ribeira Quente; Lar de Idosos do Pico da Pedra; obras no porto da Vila da Povoação; Equipamentos de apoio no porto de Vila Franca do Campo.

E outras valências que não se vão concretizar por teimosia política como a falta de acesso directo à SCUT, a partir da freguesia da Salga, no Concelho do Nordeste.

Em resumo, é um Plano regional para 2011 em “Banho-Maria”, no que à Ilha de São Miguel diz respeito. É caso para se dizer que, ao contrário do que alguns afirmam, que temos um “Governo em fim de festa”, o que vamos ter é um Governo em grande festa... as festas de inaugurações, mas só em 2012!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e PPM).

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina, não sei se lhe hei-de dar os parabéns pelo tempo que fez poupar ao seu Grupo Parlamentar, ou se devo multá-lo por excesso de velocidade.

(Risos da Câmara).

Na dúvida, não farei nenhuma destas coisas Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Creio não existirem.

Assim sendo passemos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assegurar a mobilidade de pessoas e bens com eficiência, rapidez e baixo custo é fundamental para o dinamismo económico de qualquer região e, por maioria de razão, para uma região insular e ultraperiférica onde a dispersão geográfica, a

pequena dimensão das ilhas e dos respectivos mercados e o grande afastamento dos mercados de referência constituem-se como constrangimentos permanentes.

Há que ter como objectivo a necessidade de uma mudança efectiva para políticas de transporte com melhor equilíbrio, sustentáveis, transparentes em todos os subsectores, potenciadoras da intermodalidade, privilegiadoras de medidas preventivas e orientadoras do sector em detrimento das medidas correctivas *a posteriori*. Em suma, para além de melhor gestão, impõe-se um melhor enquadramento dos projectos estruturantes para o desenvolvimento regional do sector e respectiva contribuição para o desenvolvimento socioeconómico da Região.

Impõem-se, pois, políticas de transportes capazes de conciliar níveis aceitáveis de mobilidade - praticamente nunca ou, pelo menos, nem sempre os desejáveis - com mais elevados níveis de eficiência, respondendo em simultâneo ao aumento constante da mobilidade e à pressão que tal, permanentemente, exerce sobre os meios de transporte, sem esquecer que este é um sector estruturante gerador de emprego e riqueza.

É certo que é difícil implementar políticas de transporte de carácter duradouro. Porém, mais difícil será se não formos capazes de, como afirma o Programa do X Governo Regional, "encarar os portos e aeroportos regionais como uma mais-valia e não como uma mera consequência da nossa insularidade" e um peso para o plano de investimentos. Promover a sua utilização com maior eficiência, para além de ser nossa obrigação, é a única forma de responder, eficazmente, às solicitações que lhes são colocadas e de promover novas solicitações, também elas geradoras de riqueza.

Importa pois articular, num quadro estratégico de desenvolvimento, as dinâmicas de alteração de cada ilha, bem como a capacidade de reacção dos agentes económicos locais para marcarem o ritmo e o sentido das mudanças, sem esquecer, contudo, que o todo é maior do que a soma das partes ou seja, sem permitir que as pressões locais, embora por vezes legítimas, se sobreponham à definição e implementação de princípios e objectivos de melhoria da mobilidade e das condições de vida em geral.

Ninguém questiona o facto de que a evolução tecnológica dos transportes e das telecomunicações, aliada a práticas de boa gestão, introduziram mudanças profundas na vida moderna. Hoje é possível percorrer rapidamente enormes distâncias tornando-se, em muitos momentos do nosso dia-a-dia, o espaço omnipresente e o tempo insignificante. Porém, não tenhamos ilusões. Só acautelando o equilíbrio das opções com planeamento atempado e consensualizado com os agentes económicos, será possível garantir aceitáveis níveis de mobilidade sem que estes, sustentáculo de muitas escolhas, se desvirtuem pela alteração do significado de proximidade, já que, como sabem V. Exas., Senhoras e Senhores Deputados, a distância absoluta nem sempre varia na razão directa dos tempos de ligação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Importa pois que todos, repito, todos, nos oponhamos a que na nossa Região se implemente um grande centro "HUB" dedicado apenas a actividades de

transbordo, porque não servindo este nenhum "hinterland" real funcionaria apenas como mais um centro de custos.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Muito bem!**

O Orador: **O caminho certo, o caminho que sobrepõe o interesse colectivo ao particular, é, pelas mais-valias que daí podem advir para toda a cadeia logística, implementar e promover o funcionamento das infra-estruturas portuária e aeroportuária de Ponta Delgada como "Gateways Hubs" porque, estas, só estas, aliam a atractividade que oferecem no desempenho da sua função "HUB" com o estabelecimento de cadeias logísticas mistas capazes de racionalizar custos e conseqüentemente reduzir o esforço colectivo.**

Não esqueçamos que nos cabe a nós, e só a nós Açorianos, a responsabilidade de projectarmos o nosso futuro colectivo e que, tal como não devemos dizer não apenas porque não, também não podemos apenas dizer sim apenas porque sim. Estou convicto de que sabemos o que queremos e que somos capazes de separar o trigo do joio, quando confrontados, por exemplo, com estudos que afirmam: "... as conclusões aqui descritas servem como mera orientação e não como meio seguro de actuação..."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um plano de investimentos no sector dos transportes não pode ser uma mera elencagem de projectos e acções. O carácter meramente indicativo de um plano de investimentos no sector dos transportes só faz sentido se a ele estiver associado, para o médio e longo prazo, um plano sustentado de desenvolvimento do sector, envolvendo toda a cadeia logística e respectivas redes de infra-estruturas, elaborado em estreita associação com o processo de desenvolvimento socioeconómico da Região, considerando os custos reais da cadeia logística, capaz de projectar o sector, dotado de uma estrutura permanente de gestão e de sistemas de informação fiáveis.

Porque pelos portos e aeroportos não circulam apenas inúmeros meios de transporte e fluem inúmeras mercadorias e passageiros, como também, com eles e através deles, se estabelecem intensas trocas de informação, à velocidade que os meios actuais de comunicação proporcionam, são estes, como já afirmei, imensos espaços reais e virtuais, cujos limites e propriedades vão muito para além dos das respectivas administrações, para se prolongarem por toda a comunidade de "players" envolvidos na actividade e aos quais, incluindo a administração pública, se exige funcionamento articulado para que, eliminando redundâncias e ineficiências, se atinjam níveis superiores de desempenho, próprios dos grandes centros logísticos.

Contudo, nada funcionará correcta e satisfatoriamente se relativamente ao sector público empresarial regional, refiro-me concretamente às empresas públicas directamente envolvidas na gestão de infra-estruturas portuárias e aeroportuárias e/ou a sistemas de transporte, embora seja válido para todo o sector público empresarial, a Região, enquanto accionista, não se limitar apenas a nomear as administrações, a concertar e validar o plano estratégico, deixando aos administradores nomeados e só a estes a responsabilidade pela sua execução. Esta é, aliás, a única forma de lhes poder exigir responsabilidade.

Na sequência do referido plano sustentado de desenvolvimento do sector dos transportes deu, recentemente, o Governo Regional resposta a três questões vitais para a sua implementação e, estou em crer, pretende que este tenha uma aceitável relação custo/benefício. Refiro-me à assinatura do acordo com os Estaleiros Navais de Peniche para a reactivação e reestruturação do Estaleiro da Navalcanal na Madalena, à construção nos portos comerciais de Região de estruturas fixas que permitam aos navios operarem com rampas de popa, generalizando assim o acesso ao sistema SLDS/"Stern Loading", e ao lançamento do concurso para a construção dos dois navios para operarem na única zona da Região onde, pela via marítima, há movimento estável e permanente de pessoas, o Canal Pico/Faial e o Triângulo. Teve ainda o Governo Regional o cuidado de assegurar que os dois novos navios não só respondam às necessidades presentes e futuras da zona a que se destinam, como garantam a operação, sem limitações, nos portos da Madalena e da Calheta de S. Jorge.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É fundamental pois continuar a apostar nas acessibilidades, aéreas e marítimas, já que estas assumem um papel relevante no processo de desenvolvimento da Região. Para além da aposta global nos sistemas de transporte, prosseguindo na melhoria da qualidade dos serviços, importa continuar a investir nas infra-estruturas aeroportuárias e portuárias da Região, modernizando-as e adequando-as a novos tráfegos e a novas necessidades. A débil economia açoriana não subsistirá se nos limitarmos a exigir aos operadores logísticos, esquecendo a nossa responsabilidade na implementação de investimentos racionais e práticas de boa gestão.

Com o objectivo de atingir tal meta o Plano Anual para 2011 prevê, para o desenvolvimento do transporte aéreo, um investimento total de 66.338.302 euros, sendo 31.528.302 euros do plano e 34.810.000 euros de outros fundos. Mantém-se o apoio ao serviço público de transporte aéreo inter-ilhas e os encargos inerentes à gestão dos aeroportos e aeródromos regionais, merecendo particular destaque a conclusão das obras do Parque de Combustíveis, Armazém de Carga e instalação do ILS no Aeroporto do Pico, a conclusão da ampliação, alargamento da pista e construção do aquartelamento de Bombeiros no Aeroporto de S. Jorge, a construção da Torre de Controlo e a demolição parcial do Morro junto ao Aeródromo do Corvo e a construção do aquartelamento de Bombeiros no Aeródromo da Graciosa.

Para a consolidação e modernização dos transportes marítimos, prevê o Plano Anual para 2011 um investimento de 64.607.884 euros, sendo 15.191.726 euros do plano e 49.416.158 euros de outros fundos, mantendo-se naturalmente o apoio ao transporte marítimo de passageiros e viaturas entre todas as ilhas do Arquipélago. Destacam-se ainda a construção do contra-molhe, reforço do actual molhe e os projectos do Terminal de Passageiros e do Núcleo de Recreio Náutico da Madalena, o projecto do reforço da cabeça do molhe do Porto Comercial de S. Roque do Pico bem como o respectivo projecto de reordenamento, a requalificação e reordenamento da Frente Marítima da Horta, o projecto de prolongamento do molhe cais do Porto das Velas, a

reabilitação da cabeça do molhe e prolongamento do cais comercial do Porto das Lajes das Flores, a segunda fase do reordenamento da Baía de Angra e o respectivo projecto do Terminal de Cruzeiros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em termos de acessibilidades, estas obras, em algumas das principais infra-estruturas aeroportuárias e portuárias da Região, permitirão uma oferta de condições de base que, aliadas à implementação de práticas de boa gestão, garantem maior competitividade e atractividade a par de melhores condições de operacionalidade e segurança. Fazer obra em prol do desenvolvimento económico dos Açores e da melhoria dos níveis de conforto e bem-estar dos Açorianos, como aliás eles muito bem reconhecem, é muito mais difícil do que apenas criticar mas, Senhoras e Senhores Deputados, dá muito mais gozo.

Tenho dito!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições para pedido de esclarecimento.

Creio não existirem.

Assim sendo passemos à intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Podíamos estar aqui a discutir um documento interessante, criativo, com terapias novas para problemas novos ou crónicos problemas.

Mas não! V. Exas. preferiram trazer aqui o diagnóstico de um governo em “estado terminal”.

Em contagem decrescente, este Governo copiou (literalmente) os Planos do ano passado, do outro antes ... do costume! Dizem que é um Plano de continuidade! Mas o problema é mesmo esse!

Um plano de continuidade na área dos transportes marítimos ... é trazer-nos à memória o “lindo serviço” que V. Exas. fizeram nos últimos 13 anos.

É recordar-nos que passados 13 anos e 77 milhões ... hoje temos um serviço público com “barcos velhos”, depois de V. Exas. terem conseguido a originalidade de encomendar navios novos ... que, segundo rezam as notícias recentes (com sotaque espanhol) um deles “é bom, bonito e barato”.

Quem foi que disse? Garanto que quem disse que não percebe nada de computadores ... nem que sejam aqueles azuis óptimos para jogar “Farmeville”!

Faz-nos recordar o “bonito serviço” que V. Exas. fizeram com o transporte aéreo, onde os açorianos pagam o triplo do que pagam os nossos vizinhos da Madeira, nas viagens para o Continente.

Deputado José San-Bento (PS): Grande mentira!

O Orador: Pagamos o triplo! É uma vergonha, este Governo vergar-se ao lobby SATA/TAP! Durante o ano de 2010, os açorianos pagaram em média 249€ para chegarem a Lisboa (ou Porto) enquanto um madeirense, viajando na nossa SATA Internacional, pagou em média 87€.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas um madeirense!

O Orador: Nos últimos 10 anos a aviação comercial sofreu uma transformação radical.

Sim, num cenário de concorrência; sim, sem truques proteccionistas, onde o “code share” afugenta a concorrência; ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... não, num cenário em que o governo prefere proteger o monopólio SATA/TAP, mantendo os açorianos a pagar “couro e cabelo”; não num cenário em que Carlos César Presidente do PS, num dia, promete passagens aéreas, para todos, abaixo dos 100 euros e no outro é desmentido pelo PS, já na condição de Presidente do Governo.

Não foi nada disso que aconteceu! Não existem passagens para todos abaixo dos 100 euros. Vamos continuar a pagar o mesmo e a ter o mesmo número de lugares para passagens promocionais.

O Presidente do PS enganou os açorianos, enquanto o Presidente do Governo teima em hipotecar o desenvolvimento dos Açores como destino turístico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passados 13 anos, gastos 77 milhões com barcos velhos, um serviço público miserável, há um Secretário Regional que agora se lembrou de encomendar um estudo para saber o que é que o Governo quer.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Um estudo agora?!?! Uma espécie de “TIDE branqueador” ou, no mínimo, um atestado de incompetência que V. Exa. passa ao seu antecessor e que leva de arrasto o Presidente do Governo Carlos César.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os tais 77 milhões, atirados borda fora, que davam para construir um sistema de transportes marítimos que não nos enxovalhasse no anedotário trágicomarítimo nacional.

Não sei se é para rir ou para chorar ...!

É o mínimo triste ... mas é o que temos! Um Governo que esconde as dívidas, porque se envergonha das dívidas que faz.

Um governo que gasta em betão e alcatrão, porque tudo o que vai para além disso, acaba enredado na teia das clientelas que lhe sustentam o poder.

Um Governo sempre pronto a cortar a fita mas que se esconde atrás da maioria, quando lhe pedem explicações para os gastos e desperdícios que as clientelas exigem.

Um Governo descrente e em contagem decrescente,

Como é que se explica que do custo total da presença na BTL, (800 mil euros), um 1/4 desse valor (200 mil euros) seja gasto numa discoteca ... numa festa com bar aberto. Em que parte da promoção turística dos Açores se encaixa um festim, à razão de 260 euros por cabeça?

Como é que se explicam os 170 mil euros gastos numa festa com bar aberto a seguir ao espectáculo das “7 Maravilhas”?

Como é que se explica que se pague, à cabeça, 45 mil euros por uma música encomendada para as “7 Maravilhas”, que mesmo antes de sair ... já era “dupla platina”, como se tivesse vendido 40 000 cópias, sem nunca sequer ter sido “disco de ouro”?

Ficou-se pelas 4400 visitas no You tube, 10 das quais foram minhas, para perceber a profundidade da letra e subtileza da melodia ... devo ser eu que sou “duro de ouvido”!

Como é que se explica que um SITE para promoção turística, adjudicada “à melhor da melhores” empresas da especialidade, tenha custado 1 milhão de euros e que dias depois tenha sido devolvido à procedência, não fossem uns quantos chegar ao Corvo por engano ... para fazer “downhill”? Não se explica!

Mas nem tudo é mau! É verdade. Chega com atraso, mas chega. Demoraram a perceber, mas percebem! Copiam mal, mas copiam!

Vem ao caso os ferries que o Secretário Regional da Economia encomendou para o transporte de viaturas e passageiros no Triângulo!

Pois é! Lembrem-se do conceito de “Ponte Marítima” que o PSD apresentou em Julho de 2008 ...com ferries para transporte de passageiros e viaturas no Triângulo? Claro que se lembram ... afinal só passaram 2 anos pouco.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): E uma ponte que ligue o Faial ao Pico!

O Orador: Dois nos e pouco de atraso, que poupavam a V. Exa. as dores de cabeça que a Transmaçor lhe causa! V. Exa. entenda isto como um elogio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este governo tem um “chefe” que perdeu a condição de líder.

Um líder promove sinergias e não pactua com sabotagem dentro da própria equipa; privilegia os objectivos, mas não deixa que os resultados justifiquem os meios; tem seguidores, mas não promove bajuladores; tem autoridade, sem precisar de dividir para reinar.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quando falta liderança, todos querem meter a colherada na “panela” alheia!

Vale tudo para levar a “taça”, mesmo que seja preciso sabotar a “bicicleta” do parceiro.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Com um governo em fim de festa, começa a agitação no “delfinário”.

Um dos delfins domina no sector dos autarcas socialistas; outro é o preferido na bancada parlamentar; outro ainda teve direito a um último fôlego.

Se não pode visitar as SCUT, se não tem barcos para encomendar ... tem terrenos para inflacionar e beterraba semear. Rima e é verdade!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste governo vale tudo! Vale tudo ... até fazer oposição ao maior partido da oposição.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: “00 César – ordem para atacar”, é o filme em cartaz num partido perto de si e conta a estória de um chefe que deixou de ser líder!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Daqui para frente, quando vos faltam os argumentos ... inventam; quando apresentamos soluções ... copiam-nas, ... quando a “árvore dá frutos” ... agarram numa fisga e treinam a pontaria.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora, e daqui para a frente a ordem é atacar o PSD.

Pois é! Mas daqui para a frente é a descontar. Disfarcem para os açorianos não perceberem que o ataque ao PSD... é “ataque de ciumeira”.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Essa intervenção é rasteirinha!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PPM).

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para de uma forma breve dizer o seguinte.

Esta intervenção que acabámos de ouvir é bem o retrato do PSD que os Açores têm.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Pobre partido, triste oposição.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor vai chorar?!

O Orador: Os senhores não sabem o que dizem, nem o que disseram.

Exemplos não faltam: os transportes marítimos, por exemplo, umas vezes foram 50 milhões, outras vezes eram 90 milhões, agora é 77 milhões.

Deputado João Costa (PSD): O senhor é que não sabe quando fala!

O Orador: Não sabem o que dizem.

Mas esse PSD que aposta num enriço, que aposta na tentativa de criar a divisão é exactamente o PSD que não se coíbe de utilizar e de tentar enganar os açorianos.

Isso diz bem quando se fala de festas em discotecas ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): É verdade, foi pago ou não?!

O Orador: ... depois de se ter esclarecido esse assunto, quando se quer falar de 45 mil euros por uma música quando não é verdade. Mas tudo isto seria importante esclarecer.

Deputado João Costa (PSD): Factos são factos! O site deve estar enganado!

O Orador: Tudo isto se justifica perante esta tentativa mesquinha e de amesquinhar um debate que se quer mais elevado, sobretudo pela importância daquilo que está em causa.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Jorge Macedo, Sras. e Srs. Deputados do PSD, por aí o Governo não vai.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Enganar os açorianos foi aquilo que o Sr. Presidente do Governo fez quando no encerramento do congresso do PS, anunciou passagens abaixo dos 100 euros, para todos os açorianos, não açorianos, promocionais e não promocionais.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

O Orador: Isso é que é enganar os açorianos.

Eu gostaria de vos poder mostrar o estudo que o PSD fez durante o ano de 2010 e que alguns de vós já conhecem, mas outros poderão não ter visto o programa de televisão “Estado da Região”.

A realidade para uma reserva feita com duas semanas de antecedência é esta: aqui em baixo na curva azul está o madeirense na SATA a voar entre Funchal e Lisboa; na curva vermelha está o madeirense a voar na easyJet entre Funchal e Lisboa e na curva verde estão os açorianos a viajar entre os Açores e Lisboa, sempre a 248 euros, preço médio.

Deputado José San Bento (PS): Isso são sondagens do PSD: o PS na linha de cima e o PSD na linha de baixo!

O Orador: Para terminar, porque o tempo é curto eu diria o seguinte: a diferença do acumulado é isto que aqui está, em que aqui está o Madeirense a voar na SATA, aqui está o madeirense a voar na easyJet e aqui na verde o açoriano a voar na SATA Internacional.

Não é com as medidas e as novas obrigações de serviço público, agora anunciadas, que se atenua, que se quer uma diferença que chega ao triplo daquilo que o madeirense paga por uma viagem entre o Funchal e Lisboa.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado diz sempre a mesma coisa!

O Orador: Diria mais: se algum dia os senhores tivessem interessados em atenuar essa diferença, sabe o que é que tinham que fazer? Em vez de 10% de passagens promocionais e 90% de passagens a preço normal, teriam que fazer 85% de passagens a preço promocional e 15% ao preço regular.

Só assim é que atenuavam a diferença, já descontando a diferença da distância que separa a Madeira e o continente e a Madeira e os Açores, cuja diferença é sensivelmente 33%.

Deputado Francisco César (PS): Isso é ignorância!

O Orador: Não são 300 %.

Essa é que é a realidade e V. Exas. com essa vossa proposta, com a proposta do Sr. Presidente do Governo enganaram os açorianos. Descaradamente enganaram os açorianos...

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ... como continuam a querer enganar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Há pouco dizia-se que a festa de bar aberto era promoção do turismo dos Açores.

A seguir vem o Sr. Secretário Regional dizer que afinal a festa de bar aberto foi para pagar à saída.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Pergunte à Sra. Deputada Aida Santos que esteve lá!

O Orador: Entendam-se Srs. Membros do Governo! Entendam-se Deputados do PS!

Essa é a realidade, são os senhores que se tem que entender. Sabe porquê? Para não enganarem os açorianos.

Obrigado.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O Sr. Vereador da Câmara de Ponta Delgada esteve lá!

O Dr. Bolieiro esteve lá! Pergunte a eles!

Deputado João Costa (PSD): Se soubesse o quanto eles se arrependeram!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não tenho mais inscrições.

Vamos passar para a intervenção seguinte.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O apoio às famílias açorianas constitui uma das prioridades para o Governo e é neste contexto que vamos incrementar, em 2011, os apoios destinados aos agregados familiares mais fragilizados, ajudando-os a enfrentar as dificuldades provocadas pela actual conjuntura económica.

Na última década experimentámos um investimento na área social sem precedentes na Autonomia Regional, com um aumento de 126% em nove anos, em que passámos de cerca 28 milhões de euros em 2000, para quase 65 milhões de euros em 2009, perfazendo um total de investimento acumulado até à presente data de 477 milhões de euros.

Tamanho investimento teve e tem tido uma tradução incomparável no contexto nacional ao nível dos serviços e equipamentos de apoio social existentes na Região. Se no ano 2000 tínhamos 26 valências e respostas sociais para um total de 376 equipamentos, em 2009 esse número já era de 52 valências e respostas sociais para um total de 686 equipamentos, o que corresponde a um aumento de cerca de 82% em nove anos. No mesmo sentido, partimos no ano 2000 de uma capacidade instalada de 15598 utentes, para actualmente o número se cifrar em cerca de 29000, ou seja, um aumento de mais de 80%.

Na área do desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social regista-se, para o ano de 2011, um aumento de 30,19% nas verbas do Plano. Este aumento do investimento público visa assegurar, na actual conjuntura económica, a protecção e a solidariedade social através do desenvolvimento de uma Rede de Equipamentos e Serviços Sociais que permita a prevenção do risco social, a dinamização de medidas de apoio e combate ao isolamento dos mais idosos e respostas integradas de apoio à família e comunidade.

No que concerne ao apoio aos idosos, vamos reforçar a oferta de lares de idosos e serviços de apoio domiciliário da Região, através do fomento do investimento privado pelo Programa de Apoio à Iniciativa Privada dos Açores. Actualmente

cerca de 5% da capacidade da rede de lares de idosos e serviços de apoio domiciliário da Região é assegurada por empresas privadas.

Em 2011, vamos, também, reforçar o Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos, o qual terá um aumento de 53,12%.

Na área do Apoio à infância e juventude realça-se a aposta na construção de novas creches em áreas populacionais em crescimento e com baixa cobertura de equipamentos, providenciando-se, paralelamente, melhorias num conjunto de serviços sociais, com intervenção quer no âmbito da prevenção dos factores de risco, quer na promoção e protecção das crianças, contribuindo, assim, para a estabilidade das famílias e jovens.

Em relação aos públicos com necessidades especiais, vamos continuar a investir na rede de Centros de Actividades Ocupacionais e em residências para pessoas com deficiência sem suporte familiar.

A infância é uma fase decisiva para o desenvolvimento das competências cognitivas, motoras, sociais, emocionais que são a base da estruturação da personalidade e de todo o processo motivacional para a aprendizagem, influenciando determinantemente a sua integração futura na comunidade de forma autónoma e a capacidade de acesso às oportunidades de vida.

No âmbito das actuais políticas sociais estamos a preparar um projecto que tem como objectivo proceder à identificação geográfica precisa dos contextos vivenciais territoriais das famílias com crianças e jovens com situações de risco de pobreza, à criação de um programa de educação parental, à melhoria da coordenação da execução das medidas de promoção e protecção com os programas de inserção do RSI e à colaboração na prevenção do insucesso e abandono escolar precoce.

Neste sentido, estamos a preparar um projecto regional de Orientação Sócio – Educativa e Profissional destinado a 1.100 crianças, das quais 400 se encontram acolhidas em lares e 700 tem medida em meio natural de vida.

Contudo, novas e diferentes conjunturas exigem do Governo novas e diferentes políticas públicas. Após o grande esforço no estabelecimento e no alargamento da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio Social dos Açores, que em muito caracterizou o perfil do investimento na área social na última década, torna-se agora necessário também privilegiar as pessoas e as famílias, enquanto clientes dessa mesma Rede.

Nesse sentido, estamos a implementar uma reforma sem precedentes na Segurança Social. Com a recente alteração das Instituições Regionais de Segurança Social, aprovada nesta Assembleia, criámos uma estrutura mais simples e adequada à realidade, tendo por finalidade última melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços a prestar aos cidadãos e às empresas. Esta medida permitirá, ainda, uma redução substancial das despesas de funcionamento, redireccionando, assim, as poupanças para o investimento nas pessoas.

Ainda no âmbito desta reforma, vai ser dada especial relevância às novas formas de cooperação entre a Administração Regional e as IPSSS, bem como à criação do Sistema Informático Integrado de Apoio à Decisão Social que permitirá, a muito breve trecho, potenciar a simplificação, racionalização e reengenharia dos procedimentos administrativos que suportam a actual Acção Social na Região, com

a finalidade de promover e privilegiar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

No âmbito da Igualdade de Oportunidades continuaremos a sedimentar o estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas, no sentido de concretizar o que nos propusemos na área da promoção da igualdade de oportunidades e no combate e prevenção à discriminação e à violência doméstica.

Os Açores estão hoje envolvidos num trabalho sério de parceria e em rede em torno do fenómeno da Violência Doméstica. Neste sentido, em 2011, a Rede Regional de Núcleos de Atendimento e Apoio a Vítimas de Violência Doméstica será alargada a todas as ilhas dos Açores, bem como os serviços de teleassistência.

Tendo como propósito a promoção da autonomia das pessoas, as políticas referentes à igualdade de oportunidades devem também reconhecer e respeitar a deficiência ou incapacidade como parte integrante da diversidade humana, permitindo a todos o desenvolvimento das suas potencialidades.

Com o objectivo de assegurar os cuidados de saúde e reabilitação universalmente considerados indispensáveis para dar uma boa qualidade de vida às pessoas com deficiência, vamos dar início aos estudos preparatórios para a criação do Centro de Reabilitação nos Açores.

Também com o objectivo de promover a autonomia das pessoas com deficiência visual, vamos criar um Centro Comunitário de Treino em Actividades da Vida Diária, facilitando, assim, a sua integração na sociedade.

Na área da promoção da Igualdade de Oportunidades para pessoas com deficiência estamos, ainda, a preparar legislação que desenvolva na Região as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência ou incapacidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em matéria de habitação, o Plano para 2011, prevê um montante de investimento na ordem dos 23 milhões e 539 mil euros, o que se traduz numa pequena redução face ao Plano do ano anterior. Todavia entre 2008 e 2010, os apoios habitacionais atribuídos às famílias aumentaram 15%.

Nos três primeiros anos da presente legislatura investiram-se 73 milhões de euros em Habitação, correspondendo a uma média anual superior a 24 milhões de euros.

Com efeito, na actual legislatura já realojámos 303 famílias pela via da aquisição e construção de fogos, suportámos os custos com a renda de 172 agregados familiares e já aprovámos 477 candidaturas no âmbito do programa de apoio à recuperação e reabilitação da habitação degradada, tendo sido, ainda, atribuídos 129 apoios ao abrigo do programa de apoio à aquisição de habitação própria permanente e 81 à construção de habitação.

Temos vindo a apoiar mais famílias e temos introduzido programas de apoio inovadores que permitem, com menor esforço de investimento do erário público, abranger e melhorar as condições habitacionais dos agregados familiares, e ao mesmo tempo, diminuir a taxa de esforço de investimento com a habitação para residência permanente.

Ainda no âmbito da habitação, vamos proceder, no próximo ano, à abertura de vários concursos para atribuição de 150 fogos a custos controlados, promovidos

pela Região, ao abrigo dos contratos de desenvolvimento para a habitação. Para além disso, vamos apoiar cerca de 35 habitações resultantes de projectos habitacionais promovidos pela iniciativa empresarial, estando, igualmente, prevista a cedência de cerca de 40 lotes infraestruturados.

Na actual legislatura procedemos à alteração do programa de apoio à recuperação e reabilitação de habitação degradada, com vista à preservação do património arquitectónico e urbanístico. Com este novo programa, alargámos o leque dos beneficiários, aumentámos os montantes de apoio a atribuir e incentivámos o registo do direito de propriedade dos imóveis e dos ónus decorrentes do regime de participação na recuperação de habitação degradada.

Estamos, também, a proceder à alteração dos apoios destinados aos imóveis infestados pela praga das térmitas. Os valores de apoio, os critérios de elegibilidade e a extensão do programa às empresas com fins lucrativos são algumas das inovações registadas.

No que concerne ao sector do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor prevê-se o incremento do Plano Regional de Emprego para 2010-2015, o qual contém quatro eixos de actuação, sete objectivos estratégicos e 56 medidas operacionais.

Com este plano, pretende-se, assim, entre 2010 e 2015, agir junto de 150 mil açorianos nas mais diversas camadas sociais, profissionais e etárias, ou seja, perto de 115 mil trabalhadores, 8 mil desempregados, 7 mil inactivos e 20 mil jovens e estudantes.

O Plano de Emprego assume um carácter primordial com o Plano de Combate à precariedade, e com a introdução de uma melhor monitorização dos contratos de trabalho e dos recibos verdes, com medidas de minimização dos efeitos negativos do desemprego, com a empregabilidade dos jovens, através da colocação de 6 mil jovens no Ensino Profissional e com o acompanhamento dos desempregados, bem como o aumento da sua empregabilidade.

O Programa Operacional do FSE para os Açores, PRO-EMPREGO, já aprovou 167 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de compromisso de 74%, que financia o ensino profissional, a formação de desempregados e a formação de activos.

Importa por isso salientar a clara opção do Governo pela defesa incondicional do emprego, da formação e da também formação de activos.

Permitam-se ainda uma especial referência para o reforço da acção inspectiva nas áreas das actividades económicas e do trabalho, que assumem uma especial relevância em tempos difíceis, como os actuais.

Relativamente à Inspeção Regional das Actividades Económicas, após a preponderância estrutural atribuída com a orgânica da Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social, durante o ano de 2011 será dada especial atenção à melhoria da sua capacidade de intervenção e de eficácia na respectiva actuação na defesa das pessoas, nomeadamente enquanto consumidores, dotando-a de mais meios humanos e materiais.

Sendo o combate à precariedade laboral uma das nossas prioridades, criámos recentemente mais um instrumento de apoio à actividade da Inspeção Regional do Trabalho – o novo Sistema de Declaração de Quadros de Pessoal, que tem como

objectivo ser um instrumento permanente de monitorização dos Recursos Humanos na Região. Trata-se de uma medida única a nível nacional permitindo, assim, uma actuação inspectiva mais eficaz na detecção de situações ilegais.

Hoje e como sempre, o Governo está empenhado em implementar as reformas necessárias para o progresso da nossa Região e minimizar as actuais dificuldades que atravessam algumas famílias açorianas.

Disse.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tenho inscritos a Sra. Deputada Aida Santos, o Sr. Deputado Francisco Álvares, o Sr. Deputado Pedro Medina, a Sra. Deputada Zuraida Soares, a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Santos.

Deputada Aida Santos (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após a análise do Plano e Orçamento para Santa Maria constata-se que se trata de mais um conjunto de boas intenções, **mas com pouco sumo em algumas áreas importantes para a nossa ilha.**

É de todo lamentável que se assista a uma redução de quase 55% na rubrica para a habitação o que só vem dar razão ao PSD de que nunca houve uma política de habitação para Santa Maria por parte do Governo socialista, que já vai em 14 anos de governação. Perguntamos, tendo-se constatado **uma redução de 54,85% na verba destinada à habitação, de que forma esta redução não vai por em causa o loteamento de Lombas, que já corre pelo menos há quatro anos, e digo há quatro anos porque em média os projectos duram uma década a serem executados, e quando o são!**

O mesmo se passa com o tão prometido **Centro de Dia de S. Pedro** que não anda nem desanda, envolto num mistério qualquer, tal a morosidade do processo. **Surpreendo-nos assim** que após a apresentação pública do Centro de Dia de S. Pedro, e tendo-se criado elevadas expectativas aos Marienses, não se vislumbra neste Plano qualquer referência à execução do mesmo. Será que ficou novamente na gaveta ou já não existe vontade para a realização do mesmo?

Questiono também se o programa de habitação degradada tem vindo a resolver os problemas apresentados, se existem muitos processos pendentes e se as parcerias efectuadas com as IPSS tem tido a **eficácia desejada?**

Contentes ficariam os marienses se os seus problemas se resumissem a estes pontos de si já tão importantes, mas não, senhores membros do governo. Santa Maria continua a padecer de outros males nomeadamente o seu aeroporto, que mais uma vez se vê ultrapassado nas escalas técnicas pelas Lajes. Sendo o aeroporto de SMA uma infra-estrutura concessionada e explorada pela empresa ANA, questiona-se o foco de aplicação da verba proposta na rubrica – Desenvolvimento dos Transportes Aéreos – Infra-estruturas e equipamentos aeroportuários. **Perguntamos novamente para quando essa aposta e em quê,**

esperando que não seja novamente areia atirada aos nossos olhos, como as tão prometidas casas do aeroporto.

E falando em casas do aeroporto, foram criadas expectativas e seria natural que este Plano já contemplasse verbas para a requalificação do Parque Habitacional da zona do Aeroporto, ou será que vamos esperar para mais uma promessa para 2012? O governo regional faz o mais fácil. Constrói com fundos comunitários.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

A Oradora: Todavia falta o essencial, a estratégia. Que falha em algumas áreas. Investem-se milhões, mas ficam as obras inacabadas, por falta da tal estratégia associada às mesmas.

A exemplo do exposto, temos a sala de desmancha do matadouro, ...

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

A Oradora: ...e questiono, qual a razão, porque esta não funciona em pleno? Só revela a falta de planeamento e estratégia para o sector da bovinicultura de carne para Santa Maria.

Presidente: Agradecia que terminasse.

A Oradora: No sector portuário gostaríamos igualmente de saber e de perceber se neste plano está contemplada a aquisição de equipamentos complementares, já prometidos, como a grua para o Porto dos Anjos e o Travel Lift para a Marina de Vila do Porto. Senão o que vale ter uma marina e um porto alternativo de pesca se não for devidamente equipado. Outro exemplo de falta de estratégia, é a não funcionalidade da rampa Ro-Ro, após sucessivas intervenções no Cais de Ferries de Vila do Porto.

Presidente: Sra. Deputada. além de ter que terminar tem que se cingir à intervenção da Sra. Secretária, pedido de esclarecimentos.

A Oradora: Sim, mas posso gerir o meu tempo como entender.

Presidente: Não, não pode.

A Oradora: Por último e quase uma obrigação, visto que a tal sou obrigada, em virtude da inépcia governativa gostaria de saber em que ponto está o processo do campo de golfe, parecendo estar atirado para as calendas gregas e francamente os marienses já pouco acreditam na sua realização e mais ainda na sua eficácia enquanto instrumento de aquisição de investimento e melhoria de qualidade de vida da população mariense.

Disse.

(O Deputado José Ávila foi substituído na Mesa pelo Deputado José Lima).

Presidente: Sra. Deputada, conforme lhe disse a senhora pediu a palavra para pedir esclarecimentos.

Intervenções neste espaço são de tribuna e aí sim podem ser sobre o tema relacionado com o Plano e Orçamento, que o orador bem entender.

A Sra. Deputada falou num conjunto de matérias que não tem a ver naturalmente com a intervenção da Sra. Secretária.

Eu pedia que a senhora e todos os que intervierem a seguir, quando for no sentido de pedir ou dar esclarecimentos, se cingissem à intervenção que serve de base a esses pedidos de esclarecimento.

Sr. Deputado Hernâni Jorge, pede a palavra para?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Sim senhor.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De certa forma o Sr. Presidente já respondeu à minha interpelação.

Ia precisamente questioná-lo se a bancada do PS poderia inscrever-se para pedir esclarecimentos à intervenção da Sra. Deputada Aida Santos, ou se teria que se limitar a prestar e pedir esclarecimentos, na sequência da intervenção da Sra. Secretária Regional da Solidariedade e Segurança Social, cumprindo o nosso Regimento.

Presidente: Sr. Deputado, na medida em que a Sra. Deputada Aida Santos falou, se o Grupo Parlamentar do PS achar que tem que responder eu também não poderei deixar o Grupo Parlamentar do PS responder, embora o processo esteja naturalmente um pouco inquinado, como acabei de dizer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares para esclarecimentos.

Deputada Catarina Furtado (PS): Vai falar de Protecção Civil!

Deputada Herberto Rosa (PS): De bombeiros!

(*) **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas questões muito sucintas, sem preâmbulo ao contrário do que gostaria, mas o tempo é escasso.

Sra. Secretária gostaria que confirmasse ou não a aquisição de dois loteamentos de luxo no concelho da Povoação, local escolhido preferencialmente para instalação da futura escola secundária do concelho. Se isso é verdade, se esses terrenos vão ser doados à Câmara da Povoação? Primeira questão.

Segunda questão: gostaria de perguntar à Sra. Secretária, se nas dotações que inscreveu no Plano para cooperação técnica com as Câmaras está a assumpção por parte da secretaria que V. Exa. tutela, das participações de algumas Câmaras, nos encargos que têm nos acordos com o INH, na construção da habitação social e em caso afirmativo, quais?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha questão vai ser muito directa e concreta à Sra. Secretária.

De qualquer das formas também gostaria de fazer referência ao nome, se me permite Sua Exa., do antecessor da pasta desta Secretaria, ao Sr. Deputado Domingos Cunha, porque houve um compromisso assumido pelo Governo Regional, anterior ao ano de 2008, com a finalidade de construir um lar de idosos, no Pico da Pedra, aliás existe um registo público deste compromisso.

O Governo comprometeu-se em financiar este lar, ou obra, que estava orçada em cerca de 4 milhões de euros, inclusive, também assegurava a fiscalização da obra e equipava o novo imóvel.

A Sra. Secretária já assumiu que o lar é para ser construído, mas afinal vai ser em outros moldes, não vai ser através do compromisso que foi assumido neste mesmo ano e aquilo que nós queríamos saber efectivamente é que tipo de lar é que se vai

fazer na freguesia do Pico da Pedra e por que é que não se cumpre com este compromisso que foi assumido pelo seu antecessor na altura, titular desta mesma pasta?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, esperei que V. Exa. fizesse a sua intervenção para poder fazer esta primeira pergunta, que é a seguinte: eu penso que é altura de nós esclarecermos em definitivo os açorianos e as açorianas, pondo fim a um já significativo caminho de especulação, da quantia precisa e ao cêntimo, de que estamos a falar, quando falamos do aumento do complemento regional de pensão e quando falamos do aumento em 11% do complemento açoriano ao abono de família para crianças e jovens.

A Sra. Secretária sabe tão bem quanto eu e quanto todos e todas nesta câmara que tem corrido bastante tinta sobre os valores de que estamos a falar.

É certo que o Governo Regional e o PS têm feito referência legítima a estes apoios, dizendo nomeadamente que o aumento ...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS).

Presidente: Srs. Deputados, deixem a Sra. Deputada continuar.

Sra. Deputada Zuraida Soares, faça favor.

A Oradora: Muito obrigada Sr. Presidente.

É legitimidade minha fazer a pergunta agora.

Quando nós falamos num aumento de 4,4% no complemento regional de pensão, a pergunta Sra. Secretária é, quanto ao cêntimo estamos a falar para cada beneficiário?

Quando nós falamos num aumento de 11% do complemento açoriano do abono de família para crianças e jovens, quanto ao cêntimo estamos a falar, para cada beneficiário?

A pergunta é absolutamente clara e penso que é um contributo para pôr um ponto final à especulação que por aí corre.

Esta era a primeira pergunta.

A segunda, Sra. Secretária, é igualzinha à do ano passado, feita exactamente nesta câmara, aquando do debate do Plano e Orçamento para 2010, que é, para quando, onde está o plano para a prevenção da gravidez na adolescência e apoio à maternidade e paternidade jovem?

Plano que nas palavras avisadas do Governo Regional se seguiria ao estudo apresentado em 2009.

Recordo-me bem que o ano passado em sede de Comissão a Sra. Secretária Regional disse que este plano estava pendente dum trabalho articulado com a Secretariada saúde. Absolutamente razoável.

Acontece que feita a mesma pergunta ao Sr. Secretário da Saúde, também em sede de Comissão, o ano passado, ele diz que este Plano dependia dum trabalho articulado com a Secretaria que V. Exa. tutela.

Passado um ano parece que ainda não se conseguiram encontrar os dois Secretários e o BE oferece-se desde já para poder propiciar esse momento de encontro para que finalmente haja o plano de prevenção de que nós estamos à espera. O Governo prometeu mas ao fim de um ano ainda não temos.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para afirmar que não foram os Governos do PS que esqueceram as políticas sociais ou que esqueceram qualquer ilha, qualquer concelho dos Açores, no âmbito das políticas sociais, no âmbito de qualquer um dos grupos desfavorecidos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Gostaria de perguntar à Sra. Secretária se pode ou não confirmar os dados de que disponho em relação à evolução de equipamentos sociais nos Açores. Em 1996, quando o PS assumiu o Governo da Região, pelos dados que tenho, havia 239 equipamentos sociais, que apoiavam um total de 8 396 utentes.

Em 2009 verificava-se um total de 690 equipamentos que apoiavam um total de 27 253 utentes. Desses 11 000 eram crianças e jovens; 7 000 famílias; 943 pessoas e famílias com problemas de reabilitação...

Deputado Duarte Freitas (PSD): 18 mil milhões de euros depois!

O que é que os senhores esperavam? Que não se fizesse nada.

A Oradora: Eu sei que o senhor não gosta desse tipo de análise, desse tipo de tratamento, mas são os dados de que dispomos.

... e 7 977 idosos.

Foram levados serviços de apoio a pessoas com deficiência a todas as ilhas da Região, com excepção das Flores e Corvo. Foram descentralizados serviços de apoio às crianças e jovens de todos os concelhos das nossas ilhas. Serviços de apoio aos idosos a todos os concelhos, a todas as freguesias das nossas ilhas, incluindo as de Santa Maria, Sra. Deputada Aida.

Portanto parece-me que a acusação que fica aqui no ar de esquecimento, não é certamente para os Governos do PS e gostaria que se a Sra. Secretária pudesse, confirmasse os números de que eu disponho.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamentavelmente vem a Sra. Deputada do PSD – vão permitir-me responder e falar sobre Santa Maria especificamente, porque não tenho outra hipótese nesta altura – falar sobre uma data de assuntos sobre Santa Maria e não se restringiu aos esclarecimentos à Sra. Secretária que fez a sua apresentação.

Gostaria de dizer que relativamente ao Centro de Dia, Sra. Deputada, as coisas têm procedimentos. O centro de Dia está em fase de projecto e certamente que Santa Maria e São Pedro terão o seu centro de Dia em breve.

Deputado Rui Ramos (PSD): Para quando?

A Oradora: Para breve, Sr. Deputado.

O PSD continua a insistir na crítica à construção do futuro campo de golfe de Santa Maria.

Deputado Rui Ramos (PSD): Para quando o campo de golfe?

A Oradora: O PSD tem que se definir, ou quer um campo de golfe ou não quer.

Vem aqui a Deputada do PSD dizer que a infra-estrutura não avança, que não se vê nada, que os marienses não sabem o que é que se passa.

No entanto em outros fóruns, outras pessoas militantes do PSD vêm criticar a construção deste campo de golfe e dizer que Santa Maria não precisa dum campo de golfe.

Os senhores tem que se definir internamente, têm que ser coerentes naquilo que dizem.

Gostaria de dizer o seguinte: não sei se viu no Plano, se teve tempo para ver todo o Plano, no entanto tem lá uma parte que diz que, relativamente ao campo de golfe, vão ser desenvolvidos os projectos de arquitectura e a aquisição dos terrenos que levarão à construção futura do campo de golfe.

Santa Maria terá o seu campo de golfe, certamente para breve.

Relativamente aos terrenos não afectos à actividade aeroportuário, como sabe ou como deveria saber, o acordo que vai ser firmado para a passagem dos terrenos é um acordo tripartido, entre o Governo, a ANA e a Câmara Municipal.

Como talvez também saibam, até a semana a passada o acordo estava na Câmara Municipal para dar parecer.

Portanto isto é pura demagogia, a senhora sabe qual é a questão do aeroporto, a senhora sabe muito bem em que fase é que está, a senhora é vereadora e sabe que está na Câmara.

Foi também com algum desagrado que vejo que a Sra. Deputada não conseguiu ver a parte boa do Plano, como é óbvio e costume do vosso partido, que nunca consegue ver a parte boa das questões.

Gostaria de referir aqui alguns investimentos que constam do Plano para Santa Maria e que são fundamentais, nomeadamente a aposta assumida pelo Sr. Presidente do Governo na requalificação da zona histórica de Vila do Porto, concretizada com a recuperação de edifícios; a instalação da pousada da juventude que muito recentemente foi lançada a primeira pedra; a construção da futura creche que abrangerá única e exclusivamente crianças dos 0 aos 3 anos, não estando previsto a criação dum jardim-de-infância, que é uma grande confusão que está aí na cabeça de alguns membros do PSD; a recuperação da casa do Capitão Donatário para instalação do museu; a empreitada de requalificação de S. Lourenço que está a decorrer e será fundamental em termos turísticos, a realização dos trilhos pedestres integrados no parque natural da Ilha de Santa Maria; central de compostagem e valência orgânica de resíduos.

Presidente: Agradecia que terminasse Sra. Deputada.

A Oradora: Termine já Sr. Presidente.

Deixe-me que lhe diga que esta unidade de resíduos vem mostrar que o PSD estava errado, quando no Concelho de Ilha, em Maio, falou que havia um retrocesso enorme nesta infra-estrutura e que não seria realizado porque a Câmara era do PSD. É a prova que o PSD estava errado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para a apresentação de um curto esclarecimento à Sra. Deputada do BE.

Em relação ao complemento de abono de família para crianças e jovens não é ainda possível determinar o montante exacto, na medida em que para além da mudança do universo das pessoas que são objecto deste complemento, à semelhança daquelas que perderam o abono de família, nós introduzimos ainda uma variante que tem a ver com a atribuição desse complemento a famílias com uma ou mais pessoas à procura de emprego.

Nessa medida há aqui uma margem que não é para nós detectável no imediato.

Em relação à questão do complemento de pensão, o que está previsto corresponde a um montante de acréscimo de dois euros por mês, durante catorze meses, o que corresponde a um aumento de vinte oito euros por ano, passando esse complemento de pensão a ser no valor de seiscentos e trinta euros.

A despesa que o Governo Regional, com o Orçamento da Região fará sobre essa matéria será de 21,5 milhões de euros, ou seja mais um milhão de euros daquela que teve no ano transacto.

Gostaria de recordar que sobre estas mesmas matérias, designadamente no que diz respeito às pensões, o PP propôs a nível nacional um aumento das pensões no valor sensivelmente idêntico ao da inflação, ou seja 1,1 %; o BE tinha proposto um aumento das pensões a nível nacional em 2,5%.

Em toda a Europa as pensões desceram, no País as pensões também desceram e nos Açores aumentámos o complemento de pensão em 4,4%.

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para responder rapidamente às questões que dizem respeito, obviamente, à matéria deste departamento do Governo.

À Sra. Deputado do PSD quero dizer-lhe que foi apresentado o estudo prévio do Centro de Dia de S. Pedro.

Na altura ainda não estavam adquiridos os terrenos, foram adquiridos, pagos e fazem parte do património da Região.

Estamos a desenvolver o projecto de especialidades e como a Sra. Deputada sabe a legislatura não terminou. Os nossos compromissos são de legislatura e a seu tempo serão inscritas as verbas necessárias para construir aquele equipamento.

Relativamente à questão da habitação é óbvio, se há redução é porque houve investimento e portanto significa que particularmente este ano, foram resolvidos mais de 50 casos de habitação degradada, quer através dos contratos com as IPSS, quer relativamente à administração directa do património que é propriedade da região e que são cerca de 12 edifícios.

Portanto é isto que lhe tenho a dizer naquilo que diz respeito à minha área de intervenção.

Relativamente ao Sr. Deputado Francisco Álvares, quero dizer-lhe que não existem verbas nenhuma inscritas no plano para comprar o que quer que seja de terrenos no concelho da Povoação.

Relativamente à questão dos juros que o Governo suporta, relativamente aos acordos que tem com os municípios na RAA, posso dizer-lhe que o montante global ronda os dois milhões e meio de euros e que até recentemente com a Câmara do Nordeste, que era um dos municípios que não fazia parte nem tinha acordo com o Governo, na primeira e na última visita que fizemos já este ano ao concelho, foi anunciado o estabelecimento desse acordo para suportarmos uma parte dos juros com os contratos que temos com o Instituto Nacional de Habitação.

Relativamente à questão que o Sr. Pedro Medina me colocou, posso dizer-lhe, já tive oportunidade de publicamente esclarecer esta situação, que efectivamente o Governo assumiu o compromisso de construir o Lar do Pico da Pedra e a resposta está aí, é pela segunda vez que temos uma verba inscrita no Plano. A responsabilidade não é do Governo, porque a instituição que vai construir o equipamento ainda não tem o projecto de execução, apesar de ter entrado há poucos dias na Câmara o projecto de especialidade.

Portanto, o Sr. Deputado deve pedir esse esclarecimento exactamente à instituição que vai construir o Lar.

Eu tive oportunidade de há pouco tempo chamar a instituição, confrontei-a com esta situação até porque trata-se de uma doação duma pessoa do Pico da Pedra que quer ver aquele equipamento construído. Nós até abrimos o jogo e dissemos: se os senhores não quiserem construir, nós construímos directamente e depois tratamos da questão relativa à sua gestão.

A instituição vacilou numa primeira fase, numa segunda fase disse que não, que queria construir o Lar.

Portanto a bola não está do lado do Governo, mas sim do lado da instituição e nós queremos muito assumir esse compromisso, porque achamos que é importante que aquela freguesia do concelho da Ribeira Grande tenha esta resposta social.

Relativamente à última questão que foi colocada pela Sra. Deputada Zuraida Soares o que lhe posso dizer é que efectivamente há um trabalho, em colaboração com a Secretaria da Saúde e a Secretaria do Trabalho, vamos arrancar com a primeira experiência piloto em Rabo de Peixe e S. Mateus, da Terceira, dentro deste ano e dentro dos recursos que temos disponíveis com essa experiência piloto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer a Sra. Secretária Regional de que efectivamente o compromisso que tinha sido assumido no passado, fazia referência que já existia (além do projecto), e está no site do Governo: “além do projecto que entra agora na fase das especialidades e da sua respectiva construção o Governo Regional vai também assegurar a fiscalização da obra e equipar o novo imóvel.

Esta obra está orçada em cerca de 4 milhões de euros e o Governo assumiu a responsabilidade financeira da totalidade da obra”.

Portanto se a responsabilidade da construção tem a ver directamente com a instituição, o que é certo é que as verbas vêm no orçamento da Região.

Muito obrigado.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Eu não disse nada contra!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de esclarecimento vamos passar à intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Costa (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Catorze anos e quinze Planos e Orçamentos depois, apresenta-se o Governo perante a Assembleia Regional como o campeão do Estado Social! O super-herói do apoio às famílias! O defensor dos Açorianos perante a investida da austeridade, curiosamente liderada pelo amigo de sempre, José Sócrates.

Mas este Governo de campeão não tem a glória, ao super-herói faltam as forças e apenas defende o Partido, numa lógica de tudo pelo Partido, todos com o Partido, nada contra o Partido.

É assim que se revelam perante esta Assembleia, consubstanciando no plano e orçamento mais do mesmo, pintando com cores diferentes, mas sempre tendo como denominador comum o gigantesco insucesso do modelo de desenvolvimento com que brindaram os Açorianos!

Esse insucesso é óbvio perante a crise que atravessamos e que revelou a incapacidade do Partido Socialista em governar para o bem-estar dos Açorianos.

Basta ver ao que chegamos após esta década e meia de milhares de milhões de euros gastos.

Nos Açores, volvido este tempo de governos do PS, assistimos ao aumento dos problemas sociais, ao empobrecimento das famílias, e a uma estrutura social em que um em cada quatro Açorianos vive bem abaixo do limiar da pobreza.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Isso não é verdade!

O Orador: Vejamos alguns números:

No país, em 2008, o limiar do risco de pobreza situava-se nos 4 969 euros anuais. Em 2003 esse valor era de 4 149 euros.

No ano passado, nos Açores, havia 51 062 pensionistas da segurança social que recebiam em média pensões de 3 872 € anuais.

Valor este muito abaixo do risco do limiar da pobreza a níveis de 2003.

São dados do INE, certamente que quem tiver dúvidas os podem verificar.

Nos Açores, um pensionista da segurança social vive, em média, com apenas $\frac{3}{4}$ do valor referente ao risco do limiar da pobreza verificado em 2008.

Não se pode dizer que será motivo de orgulho para o Sr. Presidente do Governo!

No ano passado havia 51 mil Açorianos a viver, em média, com 322 euros mensais de pensão, destes, 35 mil beneficiam do complemento solidário.

Há na região mais de 20 mil beneficiários do RSI, numa proporção de 123 beneficiários por cada 1000 habitantes em idade activa.

A resposta do Governo, com medidas que pecam por escassas, limita-se a encher um pouco mais, não os bolsos dos beneficiários dos apoios sociais, mas a propaganda do regime em torno de pouca coisa, escondendo o essencial.

Veja-se que o aumento global do complemento regional de pensão, num total de 943 078 €, equivale a apenas a 1% do aumento de verba para campanhas publicitárias. E juntamente com o aumento do abono de família, que aliás o Sr. Presidente nem sabe ainda bem quanto é, mas juntos equivalerão a 0,1% do total do orçamento!

E o que é que é essencial?

É essencial libertar os açorianos de uma condição social de dificuldade com políticas que não se limitem a ser apenas mais um instrumento ao serviço do Partido Socialista.

Políticas que ajudem quem está com problemas mas que as empurrem para uma libertação da necessidade de manter esses apoios sociais.

O pacote de medidas apresentado pelo Governo neste debate não é isso que pretende, como aliás nunca pretendeu. A prova está em ainda estarmos a perder o combate à pobreza quando podíamos, e devíamos, estar num patamar totalmente diferente.

Não vos faltaram condições, não vos faltaram verbas, e até com a crise este governo vê engordar as suas disponibilidades financeiras em 30 milhões de euros.

E não o pretende, dizia, pois limita-se a reforçar um pouco alguns apoios sociais e cria um saco azul para situações de emergência.

A necessidade de um fundo de emergência só pode ser concretizada perante um sério escrutínio na sua aplicação. Ou então estamos perante mais um fundo de socorro com um cunho político, não de estender uma mão, mas sim de manter uma mão estendida!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O mais caricato em torno da política social deste Governo é que estamos no final do ano de 2010, a discutir o plano e orçamento para 2011, temos um volume inaceitável de Açorianos a viver com dificuldades e a maior fatia de austeridade, de empobrecimento e de crise social ainda está a caminho.

Ou seja, depois de todos estes anos, depois de tanta presunção de onipotência governativa, de tanto sucesso virtual e de recorrentes magnificências, os Açores e os Açorianos preparam-se para que lhes caia o céu na cabeça, deparam-se com o pior que está para vir e o Governo, liderado pelo auto intitulado esponsal das ilhas diz que tudo faz, fazendo exactamente o mesmo que nos levou a esta situação.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: É caricato, mas não é exagerado.

Disse-nos nesta casa o Sr. Presidente do Governo que se casou com os Açores, que se casou com estas ilhas.

É, diga-se, um casamento marcado pela violação dos deveres conjugais.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Se não podemos pôr em causa o cumprimento do dever de respeito e coabitação, já ninguém põe as mãos no lume pelo dever de fidelidade. A relação tem sofrido as costumeiras facadinhas como resultado de uma paixão antiga, muito antiga mesmo. A paixão pelo Partido, a devoção e veneração à família política e aos amigos de sempre.

Mas onde tem deveras falhado a relação do Presidente do Governo com os Açores é no cumprimento do dever de assistência e cooperação.

E essa falha tem levado à inegável ruptura da vida em comum.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores têm uma história, uma cultura, um povo. Mas as ilhas são muito diferentes.

São diferentes, e a sua especificidade devia levar o Governo a consagrar nos respectivos Planos Anuais soluções para cada uma delas.

Em 2004 este Governo iniciou um percurso que pretendia a coesão económica e social dos Açores. Criou o conceito de Ilhas da Coesão e aplicou medidas para estimular a economia das parcelas mais isoladas do arquipélago. O argumento serviu para demonstrar a discriminação positiva para com a Região, salientando a dispersão geográfica e os constrangimentos mais acentuados das ilhas Açorianas.

Pois ao fim de seis anos de aplicação do conceito e de distribuição avulsa de soluções mediáticas, o facto é que os Açores não estão mais coesos e as ilhas da coesão não estão mais ricas.

O processo de desertificação acentua-se, é nelas que os rendimentos médios são mais baixos, onde os pensionistas têm as mais baixas pensões e onde os fenómenos de estagnação económico-social mais se acentuam.

A receita falhou!

É a crise matrimonial do Governo de Carlos César!

É dramático.

Como é que Vossas Excelências conseguiram chegar a este ponto?

Depois de tudo, depois de todo o empenho e dedicação dos Açorianos em renovar a confiança neste Governo o resultado é um enorme divórcio entre as realidades das ilhas, são níveis de carência económica inaceitáveis, são milhares de mão estendida e é a vossa obstinação em conduzir o carro direito ao precipício.

Como diz o Povo: "e ainda agora vamos aqui"!

Mas não tem de ser assim, não deve ser assim.

Os Açores perderam muito tempo com políticas erradas e merecem ter um rumo diferente. Um rumo que verdadeiramente conduza ao desenvolvimento que todos desejam. Com políticas que respondam às necessidades e anseios de cada uma das nossas parcelas, com as adequadas políticas fiscais e sociais que nos libertem do estrangulamento económico e social que vivemos, traduzidas na redução dos níveis de dependência social e de pobreza para valores residuais, e não para os actuais números que nos envergonham.

Vossas Excelências contemplam!

Nós acreditamos na mudança!

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Ideias e propostas nem uma!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Comecei a ficar preocupado, Sr. Deputado João Costa, porque pensei que não ia falar da Graciosa, em certa altura o senhor achou que não era Deputado da Graciosa, por ter feito uma intervenção sem falar na nossa ilha, mas emendou-se. Ainda bem!

O senhor falou na desertificação humana, queria colocar-lhe algumas questões, uma delas é muito simples: o anterior líder do PSD, em 2008, disse que tinha a solução para a desertificação humana.

Só posso entender aqui duas coisas: ou era brincadeira ou então enganou todo o PSD.

Eu passo a explicar.

No fim dos anos 70, princípios dos anos 80, a Graciosa perdeu 25% da população, Santa Maria perdeu 33%, S. Jorge perdeu 20%, Flores 22% e o Corvo 21%.

Deputado Costa Pereira (PSD): E o PSD é que teve culpa?!

O Orador: Gostaria de saber onde é que os senhores estavam nesta altura.

Obrigado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Onde é que os senhores estão agora?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Costa (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila não se preocupe em relação a falar da Graciosa porque eu já falei mais vezes da Graciosa em dois anos, do que o senhor em seis anos como Deputado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Não tenho mais inscrições.

Vamos passar à intervenção seguinte.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A política é a arte de gerir o “e”. A boa política transforma o “isto ou aquilo” num “isto e aquilo”.

Cito a propósito uma reflexão do sociólogo Ulrich Beck, para reforçar a ideia de que, no contexto da actual crise, as boas opções políticas exigem que se cresça em contexto de dificuldade, que se promova o desenvolvimento sem esquecer os mais fragilizados, que se resolvam em paralelo os desafios económicos e os problemas sociais.

Nessa linha de acção, a estratégia que se impõe, particularmente no que diz respeito às políticas sociais é, cada vez mais, a de mediar, convergir, cooperar e criar acordos, com vista à defesa de causas colectivas.

O que implica dizer que, a maior resistência à boa política está no individualismo, nas pequenas decisões, nas leituras parcelares, que apenas vêm parte das dificuldades ou visam defender classes ou corporações, em detrimento dos interesses colectivos e do bem comum.

Deputados Berto Messias (PS) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Ligar as políticas económicas às sociais é um desafio difícil e alguns até poderão julgar incompatível, mas que este plano confirma ser possível.

- É possível garantir o investimento público e apoiar as empresas privadas em dificuldade;
- É possível promover o crescimento económico e incentivar o empreendedorismo de cidadãos particularmente os mais desfavorecidos e os mais jovens;
- É possível combater o desemprego e qualificar os recursos humanos;
- É possível reduzir a incidência da pobreza e apoiar as famílias;
- É possível incrementar a produtividade e promover a igualdade de oportunidades.

Em suma, é possível manter o processo de crescimento económico e a coesão social da Região Autónoma dos Açores e, ao mesmo tempo, reconhecer as diferenças, nomeadamente entre ilhas e grupos sociais, minimizando os efeitos das medidas restritivas que irão afectar a região nos próximos tempos. É possível e é um imperativo, actual, considerar a dimensão social do desenvolvimento, se queremos garantir uma melhoria da actividade económica da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano e o Orçamento para 2011 concretizam os meios que o governo do partido socialista necessita para atingir as finalidades a que se propôs no seu programa eleitoral. E é importante recordar, que a coesão social é uma das linhas orientadoras desse programa, quando aposta no combate à desertificação, no reforço de uma política social integrada e elege como estratégia de desenvolvimento, o incremento da formação, da qualificação, do emprego e a melhoria das condições habitacionais dos cidadãos.

Mas este não é apenas um plano que concretiza o programa eleitoral, sujeito a sufrágio em 2008. É um plano estratégico que tem em conta a conjuntura actual. Antevendo dificuldades, cria mecanismos de protecção para fazer face às alterações que se prevêm para 2011.

Ao PSD faltou visão.

Deputado Rui Ramos (PSD): E à senhora faltou ouvido!

A Oradora: Como diz o povo, o PSD “choveu no molhado” quando anunciou que iria reivindicar, sem no entanto quantificar, o “reforço do apoio às famílias”, através do aumento do complemento regional de pensão e do abono de família, medidas implementadas pelos Governos do Partido Socialista, cujo reforço já tinha sido anunciado e que está previsto neste plano para 2011, reforçado inclusive com a suspensão, por parte do Governo, da nova tabela de participações nas creches, ATL e Jardins-de-infância.

Mais uma vez, faltou visão e capacidade de inovação ao PSD, quando reivindicou o reforço dos apoios à aquisição de medicamentos. Foram os governos do Partido

Socialista que criaram esses mecanismos de apoio e que aprovaram o seu reforço ao longo dos últimos anos. No plano para 2011 regista-se um aumento significativo de 53,1%, em relação a 2010, na verba disponibilizada para o apoio à compra de medicamentos, por idosos e pensionistas.

O PSD dramatiza recorrendo, sistematicamente, aos números do desemprego e dos beneficiários do RSI, mas não sabe propor medidas inovadoras de apoio a essas famílias mais desprotegidas que, em contexto de crise, provavelmente, irão atravessar maiores dificuldades.

Ao invés, consciente do que podem representar as medidas restritivas do orçamento de estado recentemente aprovado, o Governo introduz uma nova medida, criando um Fundo de Compensação Social, medida excepcional orçada em 7 milhões de euros, ...

Deputado João Costa (PSD): Saco azul!

A Oradora: ... e reforça as verbas previstas para o apoio ao arrendamento (+18%), a recuperação do parque habitacional em colaboração com as autarquias (+31%), acrescido de uma nova verba para a requalificação habitacional e outra destinada à resolução de situações de grave carência habitacional num montante que ascende a 593.000 euros.

A política é a concretização de finalidades, a arte de fazer opções que se reflectem nos planos de investimento, onde se evidenciam orientações e objectivos, e se concretiza o modelo de desenvolvimento que se pretende implementar numa determinada comunidade.

Os políticos afirmam-se pela acção, por isso, não basta aos partidos na oposição clamar por mais medidas. É importante que tenham capacidade de prever a sua concretização ou, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Turismo, turismo, turismo... É essa a vossa estratégia!

A Oradora: ... quando são chamados a governar, de demonstrar que são ou foram capazes de as executar. No caso da Região, os açorianos não podem deixar de olhar para a autarquia de Ponta Delgada, como um “laboratório político” onde, supostamente, a actual líder do PSD concretiza ou se aproxima do modelo de governação que diz defender. Infelizmente, em matéria de políticas sociais, é um muito mau exemplo. Um mau exemplo, porque a intervenção social não é uma prioridade de acção do executivo, nem um vereador nesse pelouro existe; e os poucos exemplos que se conhecem, não são inovadores e pouco contribuem para combater as desigualdades sociais.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As medidas de política social, propostas no Plano para 2011, pretendem travar os efeitos mais gravosos da crise que o país atravessa e visam evitar que a contenção de despesas do Estado afecte as famílias com menores recursos. Mas isso não desresponsabiliza a sociedade, as organizações e cada cidadão, do papel fundamental que deve ter na manutenção desse equilíbrio financeiro, social e até psicológico. A todos se pede contenção, coragem e criatividade, para transformar as dificuldades em oportunidades.

Se o Estado tem de estar preparado para ajudar as famílias e as empresas, é evidente que estas também têm de repensar o modo como se estruturam, como gerem os seus recursos e enfrentam os desafios.

A solidariedade não é apenas um dever do Estado, mas representa uma relação de interdependência entre activos e inactivos, entre doentes e saudáveis, entre os que têm mais e os que têm menos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: As vozes críticas da oposição duvidam da eficácia das políticas de protecção social, acabou-se de o ver agora há pouco, ao ponto de questionarem em requerimento sobre a nacionalidade dos beneficiários do RSI, a existência de um número significativo de cidadãos a necessitar de protecção social, acusando o Governo de esquecer e condenar os mais idosos a uma vida de miséria.

Mas são estes mesmos partidos, CDS-PP e PSD, que votaram contra a introdução do Rendimento Mínimo Garantido em 1998, que nunca se manifestaram favoráveis à criação do Complemento Solidário de Idosos chegando ao ponto de em 2006 a líder à época do PSD anunciar que, se fosse governo “rasgaria as políticas sociais” implementadas pelo PS.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Um PSD que nunca foi proactivo em medidas de apoio à compra de medicamentos e que, recentemente, numa proposta extemporânea de Revisão Constitucional, pôs em causa a própria existência de um “Estado social”.

Ignoram deliberadamente o impacto que estas medidas de protecção social têm tido na redução dos indicadores sobre a pobreza.

Com este tipo de discurso populista, que tanto exalta as dificuldades vividas, como dificulta a implementação de medidas de justiça social, o PSD e o CDS.PP branqueiam a responsabilidade do mercado na produção de excluídos, esquecem as empresas que não asseguram os direitos sociais dos seus trabalhadores e contribuem para a precariedade no emprego, fazem de conta que desconhecem a discriminação das mulheres e recorrem ao valor da família.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Essas acções foram reduzidas!

A Oradora: Cito o Programa eleitoral do PSD, 2008, na pág. 55 onde, a propósito da família, se defende o “valor económico do trabalho doméstico”.

O Partido Socialista poderá não ser o único defensor da importância das políticas sociais, mas, seguramente, deve-se aos governos do PS ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe para a primeira fila da sua bancada e veja onde estão as mulheres!!

A Oradora: ... a implementação dessas políticas, a defesa intransigente de um estado social e a concretização, na prática, de um ideal de sociedade mais justa e coesa.

Disse.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados está aberto o debate.

Creio não haver pedidos de esclarecimento.

Assim sendo vamos passar para a intervenção seguinte.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 2011 que, nesta Câmara, estamos convocados/as a debater e a votar, decorre do Orçamento de Estado para o próximo ano, um e outro elaborados em plena e profunda crise social.

Esta crise e as suas dolorosas repercussões mostraram, à evidência, a todos os Açorianos e Açorianas, o quanto as políticas erradas do Partido Socialista, no Continente, afectam de forma directa e brutal todos/as, aqui, nos Açores.

Afirma o Governo Regional e o Partido Socialista que tudo fizeram - mas mesmo tudo, tudo, tudo - para defender os Açores e, conseqüentemente, as suas populações, dos efeitos da política orçamental do Estado.

O Bloco de Esquerda/Açores não concorda com esta apreciação e passamos a explicar porquê.

O Partido Socialista, perante a necessidade – a qual, evidentemente, não negamos - da consolidação orçamental, escolheu um caminho.

Esse caminho, trilhado em parceria com o PSD e plasmado no Orçamento de Estado, escolheu os trabalhadores, os desempregados e os mais pobres entre os pobres para assegurar o referido objectivo.

Mas outro caminho é possível. Esse foi e é o caminho proposto pelo Bloco de Esquerda: a taxação efectiva da banca, das mais valias urbanísticas e da saída legal de capitais para off-shores, bem como a redução drástica das despesas supérfluas - como as consultorias ou as despesas militares inqualificáveis. Entre outras medidas, estas consubstanciam outra política e, portanto, outro orçamento, permitindo o combate ao déficit, com justiça e verdadeira solidariedade.

Mas o PS/Açores assumiu a defesa do Orçamento proposto pelo Partido Socialista, na República, como se não houvesse mais nenhuma alternativa, assim atacando os Açorianos e Açorianas, tanto quanto todos os outros portugueses.

Na realidade, o Orçamento de Estado, sendo mau só por si, é criminoso nas suas repercussões na economia, sendo como é – e ninguém o nega, bem pelo contrário, todos o afirmam - um orçamento recessivo. Ou seja, acabados de sair de uma grave recessão, eis que o PS (com a ajuda do PSD) nos querem meter já noutra, com todas as consequências nefastas para todos e, especialmente, para os Açores, que são a nossa preocupação, neste momento.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Manuel Alegre vai resolver isso tudo!

A Oradora: Mas o Governo Regional e o PS/Açores vão ainda mais longe, neste apoio incondicional: na Portela, aplaudem o Orçamento da República; na Nordela, criticam-no. Ao mesmo tempo, deitam mão a uma chantagem política deveras hilariante: os partidos da oposição que se manifestaram contra a insensibilidade social veiculada no Orçamento de Estado, estão obrigados a não ficarem

insensíveis à sensibilidade demonstrada pelo Governo Regional. Este argumento é verdadeiramente extraordinário, sobretudo, vindo de quem demonstrou o mesmo tipo de insensibilidade, ao dar o seu aval e aplauso a um Orçamento de Estado que penaliza, simultaneamente, Açorianos ou Transmontanos, por igual.

A verdade dói, é bem verdade!

Fazer tudo - mas mesmo tudo, tudo, tudo - para defender os Açores e as suas populações, obrigaria a assumir a luta por um outro caminho, por um outro Orçamento, na República, obrigando quem mais tem a partilhar os sacrifícios que nos impõem. Porque as medidas de austeridade são essenciais, sem dúvida. A questão é quem devem ser os destinatários destas medidas e quem não podem ser, em nome da decência e da mais elementar exigência de justiça.

Tentarem fazer crer que nada têm a ver com as malfeitorias das políticas do Partido Socialista, na República, é um exercício de hipocrisia política inaceitável.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Há sempre um momento em que as políticas de continuidade não devem ser continuadas, porque já nada podem fazer pelo desemprego crescente, pelos baixíssimos salários, pelos deficitários índices de desenvolvimento, nem, sobretudo, pela ausência de projectos estratégicos que sirvam de âncora a um novo paradigma de desenvolvimento.

Este Plano e Orçamento, aqui, em discussão, não ataca estes atrasos estruturais e a política que PS e PSD apoiam, na República, castra os Açores, no seu desenvolvimento.

Apresentar tímidas medidas para ‘almofadar’ os estragos, não chega. Partir do princípio de que, para o pobre, tudo o que venha é bom, não basta para o retirar da pobreza.

Por outro lado - e apesar deste Plano e Orçamento tentar minorar o efeitos dos cortes salariais impostos -, segue uma linha com a qual o Bloco de Esquerda/Açores não pode estar de acordo.

O corte nos salários é, manifestamente, inconstitucional e introduz, na Democracia portuguesa, um sério ataque ao Estado de direito, pois, para além de ferir a Constituição, é também um atropelo a toda a legislação laboral, bem como ao princípio da negociação. Como ontem aqui foi dito, em democracia, não há palavras a mais, mas também não podem haver palavras a menos e estas faltaram, escandalosamente, nos procedimentos da negociação salarial.

Por tudo isto e por muito mais é que saudamos a Greve Geral que, hoje, os trabalhadores portugueses assumem, com uma forte dinâmica. Outro caminho! - é aquilo que os trabalhadores estão a exigir, na rua, fazendo ouvir a sua voz, por eles e por todos.

Disse.

Deputados Mário Moniz (BE) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Está aberto o debate.

Tenho inscrito o Sr. Deputado José San-Bento.

Tem a palavra.

(*) **Deputado José San Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fazendo uma síntese, um balanço daquilo que é o que nós consideramos um imperativo político e aquilo que se impõe dizer aqui, em resposta ao BE, Sra. Deputada Zuraida Soares, queria dizer-lhe o seguinte.

O país tem o orçamento que precisa para enfrentar a crise.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe que não!

O Orador: Já o disse aqui e o PS assume.

Este é o orçamento de Estado que o País precisa, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Um mau, muito mau!

O Orador: ... é um orçamento que pretende assegurar condições para o País vencer a crise.

Também representa a sua execução e a necessidade que temos que ter de garantir a execução deste orçamento, que é um orçamento de austeridade, é verdade, mas que o País precisa. Esta execução garantirá a defesa do emprego, a defesa da nossa economia, a defesa do financiamento das pessoas, das empresas e também a defesa da sustentabilidade do nosso modelo social, do nosso estado social.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor acredita nisso que está a dizer?!

O Orador: Garanto-vos isso.

A execução do orçamento de Estado garantirá que no final de 2011 Portugal terá um dos mais baixos deficits públicos da Europa.

Isso é muito importante que fique aqui salientado.

Também é importante que fique, Sra. Deputada, que o Governo de José Sócrates que a senhora tanto gosta de atacar, tomou opções difíceis, mas tomou-as e ainda ontem eu salientei aqui a coragem do PS e do Governo da República fazer o que era preciso fazer.

Deputada Zuraida Soares (BE): Coragem, a do PS!

O Orador: O Governo optou em implementar medidas que apesar de tudo são medidas implementadas num quadro de solidariedade. O Governo optou por pedir o sacrifício a todos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mentira Sr. Deputado!

O Orador: A todos!

Deputado Mário Moniz (BE): Menos aos trabalhadores!

O Orador: A todos, em vez de por exemplo adoptar medidas que pudessem levar ao despedimento de dezenas de milhares de pessoas, Sra. Deputada.

Isso tem que ficar aqui claro e a senhora omite isso propositadamente.

Por exemplo, acedendo às teses do Dr. Cadilho, e daquilo que defendia, há dois anos atrás, que era necessário despedir 150 000 funcionários públicos.

O PS não seguiu este caminho, nós preferimos que todos ajudem ao esforço, em vez de sacrificarmos e mandarmos dezenas de milhares de pessoas para o desemprego.

O PS assume esta questão.

Para terminar gostaria de lhe dizer que a sua intervenção confirma também que o BE, obviamente, é retrofuturista com quadros com complexos de culpa.

Os senhores não conseguem, não conseguiram, nem vão conseguir fazer a transição entre o movimento de protesto e aquilo que é a responsabilidade dum debate parlamentar em que cada um assume as suas responsabilidades.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Secretário é que disse que ia fazer uma revolução!

O Orador: Os senhores estão aqui mas mantêm-se com uma natureza revolucionária, e o pior de tudo, irresponsável.

Os senhores não assumem as vossas responsabilidades.

Sra. Deputada, deixe também que lhe diga, eu não concordo, o PS não subscreve a análise sobre o caminho que nos levou a esta situação.

O Governo de Sócrates foi um Governo que secou o pântano, pôs as contas nacionais em ordem e agora perante os efeitos de uma crise internacional volta a ser chamado a ter que pôr o País em ordem.

A senhora ignora que nós estamos a atravessar a maior crise financeira dos últimos 80 anos. A senhora contorna a realidade de nós estarmos perante uma situação de profundo ataque ao euro.

A senhora não sabe que o País enfrenta um desafio no plano político e financeiro da maior gravidade.

A senhora não faz isso, e pior, a senhora também foi incapaz de apresentar aqui um conjunto de propostas açorianas, do BE dos Açores. Foi incapaz!

Aquilo que a senhora aqui fez foi usar a cassete nacional do BE, por isso digo-lhe Sra. Deputada, o seu papel aqui foi repetir, repetir e reiterar as críticas que o seu camarada Chico Louçã faz na Assembleia da República. Reduziu a senhora ao ventrículo do camarada Louçã.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, permita-me antes de mais, porque é a primeira vez que tenho o prazer de me dirigir a V. Exa. na condição de pertencente à direcção da bancada do PS, nas suas novas funções, de felicitá-lo mas também dar-lhe um recado: a sua condição de malhador, que provavelmente lhe ficava bem na 3^a. fila, fica-lhe mal na 1^a. fila.

A sua condição de malhador no BE, a forma como o faz e a linguagem que utiliza, deixe-me dizer que lhe fica bem na 3^a. fila, mas é inadmissível na 1^a.

Registo também com algum prazer o facto do Sr. Deputado ter trazido um insulto novo, já não é trotskista e todos os outros adjectivos que o Sr. Deputado parece coleccionar, mas agora temos um retro qualquer coisa, que é sempre uma lufada de ar fresco na malhação do BE. Por essa lufada de ar fresco agradeço-lhe.

Quanto à afirmação Sr. Deputado de que o País tem o orçamento que precisa. Não, Sr. Deputado! O País tem o orçamento de que alguns precisam. Não é o País é alguns.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Os senhores vão estar em comício juntos em poucos dias. Há que fazer um esforço!

A Orador: Vou explicar-lhe porquê.

O Sr. Presidente do Governo Regional, ainda agora, gentilmente, respondeu a uma pergunta que eu tinha formulado à Sra. Secretária, sobre a quantia certa de quanto é que os nossos pensionistas vão receber a mais. O Sr. Presidente disse, cerca de dois euros mensalmente a mais.

Esta importância não é seguramente aquilo que o Sr. Presidente e o Governo Regional, faço esta justiça, quereria dar a mais aos pensionistas desta Região.

Mas é verdade que provavelmente com as condições económicas e financeiras que neste momento o País inteiro vive e a Região também, o Governo não pode dar mais.

Sr. Deputado, tenho uma novidade para si: não é possível dar mais de dois euros aos pensionistas desta Região, mas é possível dar cinco mil milhões para o BPN, que é o correspondente a 3% do nosso PIB. Não é possível dar mais de dois euros aos pensionistas desta Região que recebem pensões de miséria, mas é possível permitir que os accionistas da PT, por exemplo, metam ao bolso centenas de milhões de euros, sem pagarem a nós, ao povo, aos pensionistas e ao Estado, um único euro, dos dois euros que os senhores vão dar a mais aos pensionistas.

Não há dinheiro para dar mais nem aos pensionistas, nem aos funcionários públicos, que por via das tais medidas de austeridade vão ficar penalizados nos seus salários, mas é e foi possível privatizar a EDP, a GALP e a PT e se elas continuassem a ser nossas não havia deficit, não havia medidas de austeridade, não havia crise, não havia a situação que existe neste momento no País.

Portanto, Sr. Deputado, faça-me o favor de admitir: o País precisa dum orçamento, alguns precisam deste orçamento, os trabalhadores, os desempregados e os necessitados deste País, não precisam seguramente dele.

Finalmente Sr. Deputado, nós BE, não subscrevemos uma política que é feita assim: primeiro tira-se muito e a seguir devolve-se um bocadinho.

Isso não é quanto a nós, BE, uma política socialista.

Já que o Sr. Deputado falou no meu camarada Francisco Louçã, eu tenho que registar a paixão incrível com que o senhor defende o indefensável em nome do seu querido camarada José Sócrates.

Se o senhor está preocupado com a minha adesão ao meu camarada Francisco Louçã, faça uma autocrítica, ainda está a tempo de recuar caminho, provavelmente o seu camarada José Sócrates não merece o seu empenho na sua defesa.

Muito obrigada.

Deputados Mário Moniz (BE), Paulo Estêvão (PPM) e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esse seu estilo Sra. Deputada de criar aqui um suposto incidente para me condicionar não vai ter sucesso.

Eu não a ofendi e não estou comovido com a sua suposta sensibilidade. Também não sou aquela figura que a senhora designou com a expressão que utilizou e que

ficará consigo. Eu não sou essa coisa do BE, eu sou um opositor do BE e faço essa oposição convicta, frontalmente e com lealdade. Que fique bem claro.

Deputado Mark Marques (PSD): Vão fazer campanha em poucos dias!

Deputado Duarte Freitas (PSD): No dia 3 de Dezembro vão andar de mão dada com o Manuel Alegre no Faial, vão ter de fazer as pazes!

O Orador: Já que a senhora referiu algumas das questões que serão impossíveis de abarcar aqui por uma questão temporal, eu gostaria de dizer que admiro a coragem e a determinação do Eng^o. Sócrates e do seu Governo.

A forma como tem tomado as medidas que o País precisa, perante constrangimentos que são impostos pelos mercados financeiros e pela UE, temos que valorizar e distinguir a coragem política. É justo que seja feito.

Gostava também de dizer Sra. Deputada, em relação àquilo que referiu, eu não tenho tempo para desenvolver aqui um grande debate consigo. Usei uma expressão que afirmo: “o Eng^o. Sócrates e o seu Governo secaram o pântano”. Esse mérito é deles.

Aquelas medidas que a senhora tanto discorda, o Governo da coligação entre o PSD e o PP pôs o País ao desbarato com um aumento da despesa corrente primária média de 3 mil e 200 milhões por ano, Sra. Deputada.

A intervenção que a senhora tanto critica por exemplo no caso do BPN, que a senhora insinua essa intervenção, para além de tudo aquilo que já foi referido e esclarecido pelo Governo da República, salvou dezenas de milhares de poupanças açorianas.

Se não sabe fica a saber e até fica-lhe mal desconhecer esse aspecto.

Portanto Sra. Deputada para concluir, eu deixaria duas últimas notas: destacar a impressionante falta de sensibilidade da Sra. Deputada, no plano social ao vulgarizar medidas que o Governo Regional tem tomado, tem anunciado no plano social para ajudar a lutar contra a crise.

A forma como a senhora vulgariza essas medidas, a forma como a senhora revela uma profunda insensibilidade para reconhecer esse esforço, esse mérito, esta consciência social é algo que nós lamentamos.

Esta sua intervenção, este seu estilo, este seu registo só revelam que o BE aqui nos Açores perdeu por completo o contacto com a realidade e isso é lamentável, significa que os senhores não farão parte de qualquer solução. Lamentamos isso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Vamos passar à intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos nós sabemos que se vive no sector da saúde um período de contenção de custos, e que as medidas implementadas visam conduzir ao equilíbrio das contas e assegurar a sustentabilidade do nosso Serviço Regional de Saúde, gratuito e universal.

Mas seria mais gravoso se estas dificuldades do presente hipotecassem o projecto que temos para futuro deste sector nos Açores.

Na realidade, a saúde regista em 2011 um reforço 20,6 ME, que nos permitirá continuar todo o investimento estratégico definido para esta legislatura, em que se incluem os programas de saúde pública, e aumentar o conjunto das verbas destinadas ao financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Só no plano de investimentos registamos um aumento de 44%. O que possibilitará requalificar profundamente a nossa rede de centros de saúde e de hospitais, num total de 5 novas unidades de saúde e 2 amplamente renovadas.

Um investimento claro na qualidade e na melhoria contínua do Serviço Regional de Saúde.

Os 13,5 milhões de euros consignados no plano para este fim destinam-se:

- Quanto aos centros de saúde:

Financiar a construção dos novos Centro de Saúde de Ponta Delgada, da Madalena no Pico, do Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa e ainda começar a obra de ampliação do Centro de Saúde de Vila do Porto.

- A nível dos hospitais - Iniciaremos a construção do “Bloco C” no hospital da Horta, uma obra que colocará esta unidade na vanguarda dos novos edifícios hospitalares.

Decorrerá igualmente em 2011, a obra de construção do Centro de Radioterapia dos Açores e prosseguirá, a bom ritmo, a construção do Novo Hospital da Ilha Terceira, obras que pelo seu inequívoco benefício, merecem o apoio dos açorianos e nos enchem de orgulho enquanto governantes.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Num outro campo, em 2011 prosseguem as acções do Plano Regional de Saúde:

Consolidam-se as vias verdes Sépsis, Coronária e do AVC, e prosseguem os rastreios oncológicos por todas as ilhas dos Açores.

Serão mais de 23 mil mulheres rastreadas ao cancro da mama e do colo do útero.

São rastreios que vão certamente permitir que muitas situações sejam detectadas a tempo de serem tratadas... por exemplo só no cancro da mama estão em tratamento 75 casos.

Com a continuidade dos rastreios oncológicos muitas mais vidas serão salvas.

No âmbito do Plano Regional de Saúde destacamos o Programa de Saúde Escolar destinado a todas as crianças e jovens até aos 18 anos. Implementaremos a calendarização de consultas em “idades-chave” e um esquema cronológico de vacinação, facultando também aos pais os conhecimentos necessários ao melhor desempenho da sua função parental.

Pretende-se, de igual modo, detectar precocemente as crianças com problemas de audição ou de visão ou qualquer outro problema que afecte, negativamente, a sua saúde, o seu desempenho, a sua integração no meio escolar.

Este é um investimento na prevenção e estas são medidas que se destinam a garantir o futuro dos nossos jovens, actuando, preventivamente, na sua saúde.

Mas mantemos também acções que garantem a protecção das pessoas que se encontram numa situação mais frágil, por não terem um médico de família ou por não conseguirem uma cirurgia não urgente.

Dinamizaremos assim os programas de melhoria de acesso ao Serviço Regional de saúde:

- assegurando consultas médicas gratuitas a utentes sem médico de família no prazo médio de 30 dias.

- garantindo aos açorianos um tempo de espera, para cirurgias não urgentes, inferior a 18 meses, quer nos hospitais, quer nas entidades convencionadas pelo Vale-Saúde.

Para estes dois programas canalizamos mais de um milhão e meio de euros do investimento público.

A nível de cuidados continuados, em 2011, pretendemos consolidar a rede regional actualmente com 174 camas, redistribuindo-as pelas ilhas de forma mais equitativa e juntando mais 20 camas para cuidados de média e de longa duração e 5 camas para cuidados paliativos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outra área de que nos ocupamos é a das dependências.

As dependências são um problema emergente no mundo e também nos Açores, não aqui pela sua prevalência, mas pela sua visibilidade, mas estamos também a combater esse problema cada vez melhor e com cada vez mais recursos: Dispomos de 2 milhões e meio de euros em 2011. Ou seja mais 70% do que no ano anterior.

Sem dúvida que o projecto de maior alcance é o Centro de Reabilitação de Jovens, que começará a construção em 2011, mas também alargaremos a rede de distribuição móvel de metadona com mais duas equipas, mais uma São Miguel e outra na Terceira.

Abriremos igualmente as portas do Centro de Aditologia da Horta e vamos dar continuidade e alargar os programas de prevenção junto dos jovens como o Tu-decides, o Xpressa-te, o (In) Forma-te, bem como as acções de campanha de sensibilização contra o abuso do álcool.

Programas que têm abrangido milhares de jovens, centenas de professores e dezenas de escolas em toda a Região.

Mas 2011 será também um ano em que continuaremos o esforço de contenção dos custos económicos

E estendê-lo-emos, sem hesitações, aos cuidados primários.

Estabeleceremos requisitos claros para melhorar a referenciação de doentes e a articulação entre os Centros de Saúde e os Hospitais, e criaremos procedimentos clínicos e terapêuticos com vista à normalização da prescrição médica e à diminuição do desperdício nos medicamentos ou nos meios complementares de diagnóstico, garantindo o mesmo sucesso terapêutico para o doente.

A telemedicina merecerá, ao longo do próximo ano, uma atenção particular.

Vamos fomentar as consultas nas unidades de saúde dos Açores, nomeadamente consultas de triagem hospitalar, assim como as consultas de seguimento nas especialidades em que tal for adequado.

Com recurso à tele-consulta evitaremos deslocações desnecessárias fazendo com que os doentes continuem junto das suas famílias que são, nestas horas, um importante amparo.

Mas, também se continuam a desenvolver esforços para dar melhores condições a quem, definitivamente tem que se deslocar para tratamentos diferenciados em hospitais do continente.

Queremos dar cada vez melhores condições, tal como fizemos este ano de 2010, com a duplicação do alojamento convencionado gratuito em Lisboa, Porto e Coimbra e ainda com a negociação de tarifas protocoladas para os doentes dos açores em hotéis de 3 e 4 estrelas naquelas cidades.

Pretendemos, a breve trecho, alargar estes acordos para os doentes que se deslocam inter-ilhas.

Para atingir estes objectivos, a acção para deslocação de doentes dispõe de 6 milhões de euros em 2011.

Ainda no campo da telemedicina, os novos equipamentos a adquirir contemplam já os requisitos para esta funcionalidade: falo da nova câmara hiperbárica a instalar no hospital da Horta, assim como o novo TAC de 16 cortes, ou ainda no litotritor para o Hospital de Ponta Delgada, este um equipamento estratégico que evitará a deslocação de mais de uma centena de doentes por ano.

Neste âmbito, também pretendemos, no próximo ano, estudar a introdução de um sistema inovador que preste apoio de saúde aos cidadãos. Entendemos ser possível, recorrer periodicamente aos serviços de diagnóstico dos Centros de Saúde, para efectuar análises, RX ou ecografia e haver um controlo clínico contínuo remoto alertando para situações que possam indiciar o aparecimento de alguma doença e que motivem uma consulta médica.

Pretende-se também nesse estudo validar procedimentos de acompanhamento de doentes crónicos, por parte de equipas especializadas, com recurso a monitores vitais portáteis. O que poderá trazer uma maior segurança e um apoio de proximidade aos nossos doentes mais idosos.

Este é um tempo de contenção dos gastos e apresentamos medidas promotoras de uma maior racionalização de custos, de aposta nos investimentos estratégicos e de uma melhoria na eficiência dos recursos aplicados no sector da saúde.

A mesma contenção que nos faz enfrentar o presente com determinação faz-nos também antecipar o futuro de forma responsável e inovadora.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados está aberto o debate e as inscrições para pedido de esclarecimento.

Tenho inscritos os Srs. Deputados Cláudio Almeida, Ricardo Cabral e Zuraida Soares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com o agravamento da crise económica na Região, os sinais da crise social são evidentes e óbvios.

A instabilidade social e familiar instala-se nas nove ilhas do nosso Arquipélago. E não é só nos maiores centros urbanos que se sofre deste problema, ele atinge também os meios rurais.

Se a Toxicodependência já era um grave problema com que muitas famílias açorianas tinham que lidar, com a instabilidade social e familiar este problema agrava-se nos Açores.

E as famílias que sofrem directamente com este problema estão fartas de diagnósticos, querem acções por parte de quem quer os dinheiros públicos.

Os governos socialistas têm sido inoperantes no combate às toxicodependências. É o próprio Presidente do Governo que o admite. E passo a citar Carlos César, em 2007, que dizia que *“Ora, se há aspecto em que mais devemos alicerçar a nossa sustentabilidade social é, exactamente, o relativo aos jovens, mas sinto que continuamos a ter sérias dificuldades em lidar com êxito com problemáticas contemporâneas de grande incidência como a toxicodependência. Conheço a aflição de muitos pais e de muitos jovens e reconheço que, à semelhança do que parece infelizmente acontecer também em muitos lugares, não iniciámos ainda um caminho de regressão nesses fenómenos de consumo.”*

E não vale a pena passar a bola para os outros, em mais um sinal de quem não sabe ou não quer lidar com o problema da toxicodependência, como o fez o Presidente do Governo quando disse que *“O Governo continua aberto a sugestões que acrescentem eficácia à sua luta, não me parecendo que a questão se confine a detalhes orçamentais, e deseja uma mobilização mais espontânea das autarquias, da sociedade e das suas organizações não governamentais.”*

E não venham com mais promessas, com mais desculpas. Não venham com mais criações de Direcções Regionais – que ninguém sabe o que fazem – não venham com mais uma criação de institutos ou centros, que não passam do papel.

Deputada Nélia Amaral (PS): Então diga lá como é que se faz Sr. Deputado!

O Orador: Em 2007, o Presidente do Governo, naquele rol de promessas que costuma fazer quando encerra os debates do Plano e Orçamento prometeu *“o início de procedimentos para formarmos nos Açores um Centro de Apoio às Famílias na área das toxicodependências que, no futuro, deverá integrar-se numa área institucional super estrutural do Governo por forma a garantir eficácia na convocação de esforços em simultâneo dos diversos departamentos governamentais.”*

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo:

Passaram-se 3 anos do anúncio deste suposto Centro de apoio às famílias na área das toxicodependências, que deveria integrar-se numa área institucional super-estrutural do Governo e até hoje, nada! Apenas uma Direcção Regional de Combate às Dependências, que a grande maioria dos açorianos desconhece e aqui pergunto, para quando esse centro super-estrutural de apoio às famílias?

Tenho dito.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, uma pergunta muito breve.

Há alguns meses atrás, aquando duma sessão de perguntas ao Secretário da Saúde, por iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS, perguntei-lhe sobre a possibilidade e a mais-valia de trazer para a Região médicos estrangeiros.

Na altura o Sr. Secretário disse-me que essa era uma possibilidade que estava a ser estudada pelo Governo Regional e que era de considerar.

Aquilo que lhe pergunto é se seria possível dar-nos o ponto de situação sobre este estudo e sobre esta possível opção?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi-o naturalmente com muita atenção e estava à espera que o Sr. Secretário se referisse a esta notícia preocupante e às notícias preocupantes que têm vindo a público e que eu destaco uma “Hospital de Angra na falência técnica”, como vem outros a seguir e pelos vistos é o que acontece com os outros dois hospitais.

Estava à espera que o Sr. Secretário nos dissesse qualquer coisa sobre essa matéria mas não disse.

Muito brevemente, para depois ir ao que interessa, devo dizer-lhe Sr. Secretário que a telemedicina está prometida desde 1997 e ainda hoje o senhor vem aqui dizer que vai adquirir nova tecnologia para a telemedicina, que funcionaria com o SIS-ARD, que foi o pior investimento que se fez na saúde nos Açores que eu tenha memória. Quase 7 milhões de euros, Sr. Secretário.

Portanto a telemedicina não acredito que irá avançar porque está há 13 anos para avançar e não avançou. É a constatação de um facto, 13 anos!

Quanto ao litotritor eu gostava de saber por que é que não trabalha o do hospital de Angra do Heroísmo, está lá paradinho.

Depois destes dois reparos, quero com toda a frontalidade, reconhecer a sua determinação quando atacou os desperdícios, que nós, CDS, chamamos a atenção há muito tempo.

Um dos desperdícios é efectivamente a prevenção, as más prevenções ou as prevenções inadequadas que existiam no Serviço Regional de Saúde.

Quero reconhecer-lhe essa determinação de começar a atacar esse problema.

Concordo com o que já se disse, que não há classes inatacáveis neste sentido, o que interessa é o serviço e o utente ser bem servido e estar no centro do Serviço Regional de Saúde.

Agora Sr. Secretário, não percebo o critério. Por que é que senhor só tira 4 horas à prevenção de oncologia (da meia-noite às 4)? Por que é que não é da meia-noite às 8? Não percebo por que é só 4 horas, não percebo por que é que não tira mais.

Sr. Secretário não percebo por que é que o senhor cedeu no Faial, na psiquiatria.

Vai ter que me explicar porque é que um doente psiquiátrico no Faial é diferente dum doente psiquiátrico de S. Jorge, por exemplo, se é a nível assistencial que estamos a falar.

Também gostaria que o senhor se pronunciasse sobre as prevenções que eu denuncio há anos e que estes senhores sempre negaram, dos médicos que são chamados ao hospital e não vão pura e simplesmente ao hospital. Denuncio isto há anos e acontece todos os dias.

É preciso tomar medidas nesse sentido.

É preciso não ter medo de os enfrentar, porque nós CDS defendemos o Serviço Regional de Saúde, os bons profissionais e sobretudo os cuidados de saúde a dispensar aos açorianos.

Eu vejo alguma determinação e depois timidez e espero que não veja medo Sr. Secretário.

É preciso tomar medidas nesse sentido.

Nesta primeira intervenção ficaria por aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria por responder ao Sr. Deputado Cláudio Almeida, dizendo que de facto e como eu disse no meu discurso, o problema da toxicodependência nos Açores, não é um problema de prevalência é um problema de visibilidade.

Obviamente que este Governo está, como sempre esteve, preocupado em resolver e auxiliar as famílias açorianas que passam por este flagelo.

Aliás, foi já apresentado publicamente o projecto de construção do centro de reabilitação de jovens...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não é para as famílias. Falo de apoio às famílias.

O Sr. Presidente prometeu um centro de apoio às famílias!

O Orador: Um jovem toxicodependente recuperado não representa um apoio sério às famílias? É isso que se pretende, é isso que a família quer. A família quer os jovens recuperados, para isso o Governo vai investir no Centro de Reabilitação de Jovens, evitando que esses jovens sejam afastados da sua família para comunidades terapêuticas no continente, como tem acontecido até aqui.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Para quando?

O Orador: Em 2011.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Em 2007 também era para 2008!

O Orador: Está aqui neste Plano e o Sr. Deputado devia ter visto as acções deste Plano.

Em relação à Sra. Deputada Zuraida Soares obviamente que nós temos todo o interesse em conseguir mais médicos de família aqui para os Açores.

Entendemos que os médicos de família são a base do sistema de saúde.

Vamos abrir concursos públicos sempre que for necessário contratar mais médicos.

É evidente que a situação de conseguir médicos no estrangeiro continua a hipótese em cima da mesa e mal tenhamos luz verde avançaremos também para essa contratação.

Agora, também devo dizer que nós temos mais médicos de família este ano. Temos 130 médicos de família ao serviço dos açorianos. Isto já aumenta a nossa capacidade assistencial.

Sr. Deputado Artur Lima, relativamente à questão do desequilíbrio das contas dos hospitais eu não referi aqui, mas já referi publicamente no fim do mês de Abril, quando foram negociados os novos contratos-programa.

Nós aí identificámos que os hospitais tinham já capitais próprios negativos.

Foi a partir daí, precisamente que desenvolvemos o plano de contenção de custos, em que se integra também na parte da classe médica a questão das prevenções.

Agora passo a responder à questão das prevenções.

De facto a oncologia médica foi diferente das outras especialidades. Por que é que foi diferente da psiquiatria, por que é que foi diferente da estomatologia?

Foi diferente atendendo à natureza destes doentes, são doentes oncológicos.

Nós entendemos, por sensatez, e para já até ao fim deste ano, suspender até às 4 da manhã.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não foi nenhum estudo?!

O Orador: Mas também lhe digo uma coisa. O que queremos fazer é propor um novo regime alternativo ao das prevenções, porque nós também entendemos que é injusto este sistema.

Este sistema permite que um médico que vá 4 ou 5 vezes por mês à urgência receba o mesmo que um médico que acabe por ir uma vez por ano, ou nem isso.

Portanto este é um sistema que tem que ser alterado e temos que ser capazes de propor um sistema alternativo que é de resto o que vamos fazer em sede de ajustamento do acordo colectivo de trabalho aqui para os Açores.

Estamos neste momento a identificar as especialidades que vêm mais, daquelas que vêm menos e daquelas que raras vezes aparecem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, os açorianos estão fartos de constantes diagnósticos feitos pelo Governo Socialista, diagnósticos que todos já conhecemos, que indicam que os Açores continuam a ser das regiões onde há maior consumo e tráfico de droga, que no estabelecimento prisional de Ponta Delgada 85% dos reclusos são toxicodependentes, que cada vez mais crianças com 12 e 13 anos consomem drogas e muitas vezes servem de correio para traficantes, que há muitas famílias em desespero porque não têm a quem recorrer para pedir ajuda.

Muitos jovens roubam em casa para conseguir meios financeiros para sustentar o seu vício.

O Governo Regional contratou um médico de reputação nacional para fazer estudos e ser conselheiro do Governo Regional para as toxicodependências, mas o que é certo é que não se vêem resultados práticos.

Temos uma Direcção Regional de Combate às Toxicodependências que carece de meios humanos e materiais, onde está acomodada à cadeira uma Directora Regional e dois ou três técnicos que muitas vezes recorrem a instituições de solidariedade social para a prestação de serviços.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é verdade! O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Não se conhece um único plano de acção por parte desta Direcção Regional, uma única estratégia de fundo a longo prazo, uma actuação contínua e constante.

Sr. Secretário quando vamos ao site dessa Direcção Regional, quando vamos ver o relatório de 2009, sabem o que é que encontramos? Zero.

Deputada Nélia Amaral (PS): O senhor não procurou bem!

O Orador: Quando vamos ver o plano de actividades para 2010 sabem o que é que encontramos? Nada.

Os açorianos que querem obter respostas vão ao site, vão às instituições e não encontram nada sobre esse assunto.

Apesar de tudo o PSD congratula-se com o aumento da verba destinada ao plano, para 2011, no combate às toxicodependências. Antes tarde do que nunca.

O PSD faz votos para que o Governo Regional, assim como reconhece agora o seu erro quando chumbava as propostas do PSD de aumento das verbas no combate às toxicodependências, tenha também a humildade de reconhecer o que está por fazer e que deveria ter sido feito há muito tempo.

O PSD faz votos para que a toxicodependência passe a ser na verdade combatida nos Açores.

O PSD quer dar o seu contributo por isso apresenta uma proposta de alteração ao Plano no sentido de criar uma base de dados para o controlo de prescrição de medicamentos destinado ao tratamento de toxicodependentes.

Com isso pretende-se que se implemente um sistema electrónico de prescrições médicas dos psicotrópicos, da substituição de drogas ilegais, como forma de reduzir o tráfego destes medicamentos, nomeadamente o Subutex e o Suboxone.

Esperamos que este Governo aceite estas críticas e propostas, a bem dos jovens açorianos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Deputado diz que nós fizemos zero, foi aquilo que o Sr. Deputado começou por dizer quando veio ao mandato...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Está aqui!

O Orador: Peço desculpa isso não representa nada.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não sou eu que o digo! É o site da Direcção Regional.

Deputada Nélia Amaral (PS): O Sr. Deputado não procurou bem!

O Orador: O senhor enquanto Deputado, se precisa de alguma coisa, faça um requerimento.

Deputado João Costa (PSD): Não respondem aos requerimentos!

O Orador: O Sr. Deputado veio a este debate dizer que se fazia zero. Zero, sempre zero!

Enquanto foi zero, criámos as equipas do Expressa-te, alargámos a todos os sítios e jovens dos Açores;

Criámos o Programa Informa-te;

Alargámos a metadona para mais uma carrinha móvel em São Miguel. Vamos fazer mais duas em 2011;

Vamos construir o Centro de Reabilitação dos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Eu disse que no site tem zero!

Se quiser posso dar-lhe o site!

O Orador: Também a nível de apoio a jovens prestámos mais de 7 mil actos médicos que se dividem entre consultas e outros diagnósticos, num total de 829 utentes seguidos em ambulatório, só em São Miguel. Tudo isto enquanto o Sr. Deputado dizia que fazíamos zero.

Estamos descansados, porque enquanto o senhor continuar a dizer que fazemos zero é sinal que fazemos muito.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não sou eu que o digo. É a vossa direcção regional que o diz!

Deputada Nélia Amaral (PS): O senhor procurou bem?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Nesta questão dos regimes de prevenção, reafirmo aqui como já disse ontem, que o CDS está disponível para encontrar uma solução nessa matéria, como está disponível para encontrar boas soluções para a saúde dos Açores.

Afirmo aqui este primado:

A “clientela” do CDS na saúde são os utentes, são os doentes.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: São eles a clientela que temos.

Posto isto, Sr. Secretário, a Portaria 62/97, que o senhor conhece melhor do que eu, diz que a gestão do regime de prevenção é da competência dos Conselhos de Administração.

Eu já lhe enalteci a coragem de assumir essa determinação, de que os Conselhos de Administração, a quem já pus aqui em causa a competência e volto a colocar, não foram capazes de o fazer, Sr. Secretário.

Quer uma medida de poupança?

Vou sugerir-lhe uma. Reduza em 30% os ordenados dos membros do Conselho de Administração dos 3 hospitais...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso não!

O Orador: ... e vai ver que vai poupar mais de 300 mil euros, o mesmo que poupa com as prevenções. Vamos ver se o senhor tem a coragem de o fazer, porque já ganham acima da moda dos gestores regionais.

SAUDAÇOR dos 3 hospitais: reduza 30% ou 25 e vai ver a quantia que tem. É uma sugestão.

Mas tenho mais sugestões de poupança. Por exemplo:

A referenciação hospitalar que não funciona como deve ser (é preciso pô-la a funcionar);

A concorrência entre hospitais, para ver quem é que é bom e quem é que é mau; A livre escolha do médico de cirurgião para operar e em outras especialidades, que é possível (estimula a concorrência, estimula a qualidade, estimula a excelência; os bons evidenciam-se, os maus vão para baixo).

Um hospital não é uma fábrica de parafusos, Sr. Secretário, mas infelizmente os nossos hospitais funcionam como fábricas de parafusos. Entra tudo às nove e sai tudo há uma. Não pode ser! Temos de ter horários desfasados, por exemplo, para o Bloco Operatório, em que uns entram às nove e os outros às onze; uns saem às quatro e os outros saem às seis. Sr. Secretário, é uma medida racional de com o mesmo pessoal aumentarmos e termos melhor produtividade.

Eu não concebo termos onze blocos operatórios na Região Autónoma dos Açores que só trabalham de manhã em 90% do seu tempo, Sr. Secretário.

Dou-lhe outro exemplo: os técnicos de diagnóstico e terapêutica. Temos jovens desempregados. Em vez de ter técnicos de prevenção, contrate esses jovens e fica com presença física no serviço e muito mais barata Sr. Secretário. É outra medida de poupança.

Ficam estas sugestões. Fica a crítica, mas fica também a sugestão positiva. Vamos ver se o Governo também as acolhe.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Presidente: A Sra. Deputada Nélia Amaral pede a palavra para....

Deputada Nélia Amaral (PS): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, era para informar que vou entrega na Mesa uma cópia de documentos que estão disponíveis no site da Direcção Regional da Prevenção e Combate às Dependências...

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

A Oradora: ... com o pedido de fazer chegar uma cópia ao Sr. Deputado Cláudio Almeida. Aparentemente o Sr. Deputado não conseguiu essa informação.

Trata-se de informação sobre os eixos de intervenção, designadamente prevenção, dissuasão, tratamento, redução de riscos e minimização de danos e reinserção; informação sobre os programas e projectos em curso, ...

Deputado Domingos Cunha (PS): Nem esse trabalho o Sr. Deputado dá-se ao luxo de fazer!

A Oradora: ... assim como informação sobre as entidades com quem a Direcção Regional tem protocolos estabelecidos, assim como a descrição dos respectivos protocolos.

Presidente: O Sr. Deputado Cláudio Almeida pede a palavra para...

Deputado Domingos Cunha (PS): Fica-lhe bem pedir desculpas!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha interpelação vai no sentido de informar que vou fazer chegar à Mesa um documento retirado do site da Direcção Regional de Combate às Dependências, datado de ontem, a fim de ser distribuída cópia aos Srs. Deputado do Partido Socialista.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso é para demonstrar o seu modo de trabalho!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só um esclarecimento ao Sr. Deputado Artur Lima.

Em relação aos horários desfasados nos blocos operatórios isso já é uma realidade no Hospital de Ponta Delgada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é!

O Orador: É sim senhor. É uma realidade e o tempo do bloco operatório é quase 100% no horário normal e programado no Hospital de Ponta Delgada.

Em Angra, queremos também desfasar os horários e igualmente na Horta.

Mas os blocos operatórios não ficam parados.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É o combate às listas de espera!

O Orador: Quando termina o trabalho programado começa a recuperação de listas de espera. Portanto, continuam a trabalhar.

Relativamente à proposta de diminuição no valor dos gestores, devo dizer que essa proposta começou logo, com o plano de contenção, em 5%.

Agora vai ser mais 10%. Este é o valor de poupança nos Conselhos de Administração.

Relativamente aos técnicos de diagnóstico e terapêutica, aquilo que temos que fazer é desfasar horários e contratar, se necessário, reduzindo efectivamente esse custo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E acabar com as prevenções!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Assim sendo, proponho que façamos um intervalo de 30 minutos. Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 15 minutos.

Até já.

Eram 17 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores, por ser um arquipélago de nove valorizadas ilhas, necessita sempre de um planeamento muito específico, uma rigorosa implementação das medidas preconizadas e uma constante avaliação dos seus objectivos, em todas as áreas da governação.

A diversidade das infra-estruturas de saúde na Região Autónoma dos Açores, as Unidades de Saúde de Ilha, os Centros de Saúde, os Hospitais e o Centro de Oncologia, a multiplicidade dos equipamentos, a sua constante modernização, o

permanente apoio aos utentes do Serviço Regional de Saúde na acessibilidade, nos meios de diagnóstico e terapêuticos, nos tratamentos e ainda o importante apoio nos medicamentos, transportam uma necessária e elevada despesa e um sobrecusto muito considerável no Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, para o ano de 2011.

A despesa total da Secretaria Regional de Saúde, para 2011, será de duzentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e noventa e seis mil e trezentos e noventa e nove euros (€ 249 696 399), representando dezoito vírgula seis por cento (18,6%) do orçamento global da Região Autónoma dos Açores.

Desta despesa oitenta e sete vírgula um por cento (87,1%) é directamente afectada ao Serviço Regional de Saúde.

O investimento público no Plano e Orçamento, para o ano de 2011, no desenvolvimento das infra-estruturas e do Sistema de Saúde, preconiza uma verba de vinte e nove milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e duzentos e nove euros (€ 29 875 209), por modo a permitir a viabilização de muitas acções, de diversos projectos e distintos programas com impacto na população de todas as ilhas dos Açores.

O reforço financeiro no Plano de Investimentos para 2011, no que respeita ao desenvolvimento de infra-estruturas e do sistema de saúde, é da ordem dos quarenta e quatro vírgula um por cento (44,1 %), mais nove milhões, cento e quarenta e dois mil e cento e quarenta e um euros (€ 9 142 141), quando comparado com o ano de 2010.

A estratégia política é poupar para continuar a investir na Saúde da Região Autónoma dos Açores.

O Governo dos Açores anunciou um conjunto de medidas para combater o desperdício e racionalizar os custos nos serviços de saúde, num esforço acrescido e prioritário de contenção da despesa.

Neste âmbito a redução de cinquenta por cento (50%) das horas extraordinárias traduz numa poupança de quatro milhões (4M€) e dos horários acrescidos, já traduziu uma poupança de dois milhões e meio de euros (2,5 M€).

A reorganização dos serviços e a reformulação dos horários de todos os profissionais de modo ajustá-los às necessidades dos serviços e da maior afluência dos doentes aumentará consideravelmente a produtividade.

O processo de aquisição centralizada de material de consumo clínico e farmacêutico, em cooperação com a SAUDAÇOR, produzirá uma poupança muito considerável de cerca de quatro milhões de euros (4M€).

Os hospitais passam a ser obrigados a utilizar genéricos autorizados pela INFARMED, esta medida provocará um poupança de um milhão de euros (1M€) e a introdução da UNIDOSE irá permitir uma poupança de três milhões de euros (3M€).

Todas estas medidas estão em curso para continuar a manter a sustentabilidade do funcionamento da Saúde.

Não podemos continuar a melhorar sem racionalizar.

E todos, mesmo todos, devem ser intervenientes no processo de contenção de custos, ninguém pode ficar de fora na eliminação dos desperdícios.

Sabemos dos problemas, já diagnosticamos as deficiências e estamos prontos a resolver com políticas direccionadas e equilibradas.

Sabemos que é possível fazer mais com o mesmo financiamento.

Sabemos que temos ainda de melhorar a eficiência de todos.

É necessário uma rentabilização de todos os recursos e uma potenciação das imensas qualidades que o Serviço Regional Saúde possui.

Sabendo sempre, que os custos da saúde nunca podem ser considerados prejuízos, mas sim um alto investimento para os habitantes dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Todavia o reforço na área da Saúde no Plano e Orçamento, para o ano de 2011, na Região Autónoma dos Açores é um sinal inequívoco de uma atenção especial e permanente do Governo Regional, para bem servir os açorianos e os que optaram por viver nos Açores, com a máxima qualidade, a devida segurança e a necessária eficácia.

Na construção de novas infra-estruturas existe um acréscimo de cento e quatro vírgula um por cento (104,1%) em relação ao ano anterior. Este avultado aumento deve-se às importantes construções dos Centros de Saúde da Madalena da ilha do Pico, de Santa Cruz da Graciosa e de Ponta Delgada. Serão obras novas de grande mais-valia para a Saúde da Região Autónoma dos Açores, a par da construção do novo Hospital da Terceira e do início da construção do Centro de Radioterapia dos Açores. Estas são mais duas infra-estruturas da maior importância para os Açorianos.

É naturalmente justo realçar, também, o aumento significativo na remodelação e ampliação das outras Unidades de Saúde, que é da ordem dos cento e vinte e seis vírgula dois por cento (126,2%) e no apetrechamento e modernização, onde o reforço do investimento previsto é de dezanove vírgula três por cento (19,3%).

Todos estes aumentos resultam das preocupações permanentes do Governo Regional dos Açores em acompanhar a modernidade e permitir a inovação nos cuidados de Saúde nos Açores.

A formação e iniciativas em saúde são uma contínua aposta do Governo do Partido Socialista, pelo que o aumento em relação ao ano anterior é na ordem dos dois milhões quinhentos e cinquenta e três setecentos e noventa e quatro euros (€ 2 553 794), um acréscimo de mais vinte e um vírgula oito por cento (21,8%).

Várias acções e projectos em relação à Saúde são prioridade, em 2011.

Prosseguir com a acreditação dos serviços de saúde para aumentar continuamente a qualidade da prestação de serviços de saúde.

Continuar a atribuir bolsas de estudo para dotar o Serviço Regional de Saúde de profissionais competentes e motivados para assegurar mais e melhores cuidados de saúde e o acesso nas instituições públicas de saúde.

Na prevenção e no tratamento dos comportamentos de risco, a redução da procura, a dissuasão, a redução do risco, a minimização dos danos e a reinserção serão objectivos determinantes no combate às dependências.

Reforçar os acordos de cooperação com as instituições com responsabilidade na prevenção, no tratamento dos comportamentos de risco e na reinserção são grandes prioridades da actuação dos responsáveis.

Consolidar a descentralização do tratamento da substituição opiácea para aproximar e melhorar a qualidade dos tratamentos são também objectivos prioritários, para o próximo ano de 2011.

O esforço para a diminuição das listas de espera cirúrgicas com o reforço da rubrica do Vale de Saúde, prevê um aumento de cento e quarenta e quatro mil e oitenta euros (€ 144 080), aos duzentos mil euros (€ 200 000) do ano anterior, representando um acréscimo de setenta e dois por cento (72%), é mais um sinal evidente da preocupação do Governo Regional dos Açores em melhorar os cuidados prestados aos utentes, contribuindo para uma maior celeridade na resolução dos problemas no âmbito do Serviço Regional de Saúde.

Na deslocação de doentes o Governo Regional dos Açores contempla cinco milhões, novecentos e vinte e um mil, cento e noventa euros (€ 5 921 190), triplicando a quantia em relação ao ano anterior.

A continuidade da aposta na actualização dos profissionais com uma verba de oitocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e trinta euros (€ 875 830) traduz o reconhecimento e consolidação das idoneidades formativas que se pretende para o Serviço Regional de Saúde.

O incremento no Plano Regional da Saúde com todos os Programas Regionais na fase de implementação com objectivos e metas bem definidas vão, certamente, dar consistência aos sucessivos aumentos e consideráveis ganhos em saúde na Região Autónoma dos Açores.

O Plano Regional de Vacinação é de grande qualidade, ultrapassando mesmo as metas preconizadas pelas instituições europeias e mundiais. É justo realçar e enaltecer o trabalho exemplar de todos os profissionais de saúde envolvidos na concretização deste Plano.

Continuar a aposta nos cuidados de convalescença, recuperação e reintegração de doentes crónicos e pessoas em situação de dependência – Cuidados Continuados Integrados – e persistir numa maior atenção aos pacientes com uma doença potencialmente mortal, em fase avançada – Cuidados Paliativos – são prescrições da Secretaria Regional da Saúde e estando previsto no Plano de Investimentos para 2011, um montante de um milhão seiscentos e setenta e um mil, duzentos e vinte euros (€ 1 671 220), verba esta para dar consistência à rede de cuidados para as pessoas com problemas graves de saúde, tratando a dor, diminuindo o sofrimento, oferecendo mais dignidade e proporcionando a melhor qualidade de vida possível.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores temos um Serviço Regional de Saúde com um modelo de organização de acordo a nossa dispersão geográfica. Cobre toda a população residente, mesmo os imigrantes e os estrangeiros, garantindo a prestação da totalidade de cuidados de saúde em regime de gratuidade. Nos Açores não se cobram as taxas moderadoras, nem outras taxas, como as cirurgias do ambulatório. Todos estão isentos. Todas as pessoas são tratadas com igualdade e com a mesma dignidade.

Cumpre-se integralmente a Constituição.

O Serviço de Saúde dos Açores é e será universal, geral e tendencialmente gratuito, enquanto o Partido Socialista estiver a coordenar as políticas de Saúde.

Recentes intenções de revisão constitucional propõem o abandono dos princípios da universalidade, pelo alargamento do papel do sector privado de complementar a alternativo.

Em vez do reconhecimento automático da gratuidade, teríamos o sistema universal de pagamento no acto, com excepções, segundo o nível de pobreza individual.

Voltaríamos ao inquérito assistencial da caridade do antigo regime, estigmatizante e gerador de compadrio e fraude.

Estas respostas são inaceitáveis para o Partido Socialista e para o seu Governo.

Os Serviços Nacional e Regional de Saúde são uma conquista da democracia, em que o Partido Socialista tem sido e será sempre um agente activo e participativo.

Se não fosse assim os açorianos certamente estariam hoje porventura menos saudáveis, a Região Autónoma dos Açores tinha gasto mais e certamente era uma Região mais desigual.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao contrário de outros grupos parlamentares, entende que nos Açores não deve abdicar de uma Saúde Pública forte, eficaz e de qualidade, onde os mais carenciados tenham o direito a tratarem-se com a mesma dignidade e segurança dos que podem resolver os seus problemas de saúde em outras instituições.

O nosso Serviço Regional de Saúde detém um registo significativo de ganhos em saúde.

Os indicadores em saúde nos Açores têm melhorado sempre com a governação socialista, isto é o resultado do comprometimento e do esforço de todos os profissionais de saúde mas também das acertadas políticas de saúde do Governo dos Açores, sustentadas pelo Partido Socialista.

Deputado João Costa (PSD): Onde é que eu já ouvi isto?!

O Orador: Sr. Deputado, peço desculpa. Tenho muita consideração pelos apartes que são inteligentes e oportunos. Os outros são ruído!

Espero que tenha alguma calma. Já estou a terminar a minha intervenção.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores entende que o Serviço Regional de Saúde carece de uma constante modernização e de uma perene atenção na sua organização, nos seus recursos humanos e tecnológicos, como na construção e na beneficiação das infra-estruturas.

Agora, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores entende que quem fala exclusivamente do que está mal na Saúde, presta um mau serviço ao Serviço Regional de Saúde e a todos quantos nele desempenham as suas profissões.

As ideias falsas e inúteis podem destruir o que se leva anos a construir.

A falta de visão global e de estratégias assim como a passividade dos opositores às nossas políticas não nos perturbam, nem nos fazem desviar a determinação para bem servir os açorianos e os que optaram por viver nos Açores.

As mudanças demográficas, epidemiológicas, culturais e sociais determinam problemas de saúde que não nos preocupavam há anos atrás, como a prevalência de doentes idosos e dependentes, as toxicodependências, as novas infecções bacterianas e virais e as novas doenças degenerativas, entre outras.

A todos estes problemas o Serviço Regional de Saúde tem respondido de uma forma eficaz, com eficiência e qualidade.

Tanto agora como nos próximos tempos não podemos nunca facilitar no exercício das nossas acções.

Temos todos de estabelecer prioridades.

Temos todos de aperfeiçoar continuamente as estratégias em Saúde.

Temos todos de reorganizar os modelos organizacionais.

Temos todos de poupar em todos os procedimentos na Saúde.

Sempre com objectivos bem definidos, assegurar os bons cuidados de saúde, acompanhar a modernidade e dar continuidade ao progresso porque no poupar estará o ganho, de mais e melhor saúde para todos os Açorianos.

Deputado João Costa (PSD): Não é isso que tem visto!

O Orador: O Serviço Regional de Saúde é um Direito de Todos e um Dever da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate.

Não havendo inscrições, passamos para a próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate sobre as propostas de plano e orçamento constitui uma oportunidade para a avaliação do Governo, das suas políticas e das suas incapacidades.

O passado governativo do PS condiciona o presente e não oferece nada para o futuro.

O socialismo de Carlos César e José Sócrates não tem rosto humano: trocou o Estado social pelo socialismo da pobreza.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Essa conversa está estafada!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mais um *copy/paste!*

O Orador: Há pouco mais de um ano, cartazes de campanha eleitoral mostravam o Presidente do Governo Regional ao lado do Primeiro-Ministro, sob o cintilante slogan “juntos conseguimos”.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Domingos Cunha (PS): Já ouvimos isso em plenário!

O Orador: Um ano depois, todos os Açorianos sabem que José Sócrates e Carlos César arrastaram Portugal para a maior crise de sempre, o maior défice de sempre, o maior desemprego de sempre.

As medidas sociais que o Governo Regional se orgulha de incluir nas propostas de plano e orçamento para 2011 são, afinal, a confissão das políticas erradas.

As políticas erradas dos Governos socialistas que esqueceram as pessoas e tornam o seu dia-a-dia mais penoso, sem futuro e sem esperança.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: As políticas erradas que se escondem atrás dos discursos elegantes, usados como guarda-chuva de propaganda.

As políticas erradas disfarçadas em diálogo, em que só as opiniões favoráveis contam.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: E como sempre, a velha tentação de fazer política partidária com a pobreza e com a exclusão social.

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Governo já não tem tempo para dizer que vai fazer diferente, pois falta-lhe a ambição e o seu passado nega o desejo.

Deslumbrado com o seu próprio desempenho, o Governo Regional faz da acção governativa um permanente acerto de contas com o passado do PSD.

O PS está no Governo, embora goste de fazer o discurso da oposição.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Dos Açores os senhores não falam! Falam do PS!

O Orador: Olha-se no espelho da história e pergunta: “Espelho meu: haverá algum governo melhor do que o meu?”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A área da saúde é o maior fracasso governativo do Partido Socialista. Repetimo-lo, hoje, com a convicção do permanente agravamento da crise.

As propostas de plano e orçamento para 2011 não reflectem a mudança exigível no Serviço Regional da Saúde.

Há pouco mais de um mês, o Presidente do Governo Regional afirmou que as medidas aplicadas sob a designação de “plano de contenção” são uma “mudança de prioridade”, quando não se conhecem as velhas prioridades e se ignoram as novas.

O Governo Regional dos Açores transformou o Plano Regional de Saúde num instrumento político, ao invés de fazer dele um documento de orientação estratégica para a saúde nos Açores.

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: De hesitação em hesitação, de reforma em reforma, o Governo Regional dos Açores agravou os problemas da saúde nos Açores, em que falta planeamento, eficácia e boa gestão.

Os princípios da universalidade, da equidade e acessibilidade não são respeitados.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Qual universalidade?

O Orador: Milhares de Açorianos têm um acesso demorado, injusto e penalizador ao Serviço Regional de Saúde e, em particular, aos cuidados primários de saúde.

Faltam cerca de 60 médicos de medicina geral e familiar para satisfazer as necessidades dos Açorianos. A relação médico por habitante, nos Açores, é a mais baixa do país, sinal duma política errática na fixação de profissionais de saúde.

O número de médicos por mil habitantes é mais baixo, por exemplo, do que em Cabo Verde ou Venezuela – país tão ao gosto dos dirigentes socialistas.

Muito embora tenha havido uma generalizada melhoria na prestação dos cuidados de saúde, os problemas estruturais persistem.

Onde houve recursos públicos, faltou vontade política.

Onde houve voluntarismo, faltou ponderação.

Onde houve decisão, sobrou impreparação.

Há um dramático rasto de incapacidade política na área da saúde.

Precipitadamente, o Secretário Regional da Saúde faz crer que as recentes reduções de despesa impostas aos hospitais da Região são a solução para o grave problema do sub-financiamento crónico do Serviço Regional de Saúde, quando algumas delas, colocam em causa a prestação de cuidados de saúde aos Açorianos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Como pode o Governo Regional exigir aos gestores das unidades de saúde aquilo que ele próprio não pratica?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: No Relatório da Primavera, do Observatório Português dos Sistemas de Saúde – que o Governo não estudou – afirma-se que “a dotação financeira insuficiente (...) leva à desmotivação dos gestores em perseguirem objectivos inatingíveis e impede-os de usarem ferramentas internas mais eficazes na negociação do orçamento interno, dado que, ou negoceiam com os serviços valores que o hospital não vai receber, ou negoceiam valores que não merecem crédito na contratualização interna”.

É este o retrato da gestão dos hospitais da Região.

Levianamente, sem diálogo com a Ordem dos Médicos e dos Enfermeiros ou com os profissionais da saúde, o Secretário Regional da Saúde estabeleceu alterações administrativas às prevenções médicas nos hospitais, sem critério ou razoabilidade, para poupar 400 mil euros.

Os cortes nas prevenções são cortes assistenciais.

Os três hospitais, em 31 de Dezembro de 2009, tinham um passivo de 278 milhões de euros e a Sudaçor um passivo de 285 milhões de euros.

Estimamos que este passivo seja, em 2010, de 600 milhões de euros, a que se juntam 99 milhões de euros de responsabilidades, resultantes das parcerias público-privadas para a construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo e do Centro de Radioterapia dos Açores, que a próxima geração terá de pagar.

As responsabilidades financeiras presentes e futuras ultrapassam os 700 milhões de euros, já que se desconhecem as responsabilidades dos Centros de Saúde.

Há um endividamento monstruoso na área da saúde, sem que se conheçam com exactidão todos os dados, que o Governo Regional persiste em esconder.

O Governo Regional não revela os números, procurando disfarçar os resultados desastrosos da sua gestão.

O PS faz do encobrimento a arte da governação.

Não é possível continuar com este estado de coisas.

Em nome da verdade e da transparência, o PSD anuncia que vai solicitar ao Tribunal de Contas uma auditoria ao Serviço Regional de Saúde, que permita conhecer com exactidão as suas responsabilidades e o seu endividamento.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada dos PS e da bancada do PSD)

Deputado Domingos Cunha (PS): Faça queixinha para Bruxelas!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Praia Ambiente!...

Deputado Berto Messias (PS): Também pode ser!

O Orador: Termino, citando Sá Carneiro: “a transparente honestidade da administração pública tem de se traduzir (...) numa prática quotidiana sóbria e digna”.

É quanto baste para termos uma melhor saúde nos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): Tanto amigos do Tribunal de Contas!

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Lá se foi mais uma intervenção mas nenhuma proposta!

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Faz-nos agonia ouvir disparates desses!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate.

Tenho inscrito os Srs. Deputados Ricardo Cabral e Domingos Cunha, o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) **Deputado Ricardo Cabral** (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exmo. Senhor Presidente do Governo, Exmos. Senhoras e Senhores Deputados, Exmos. Senhores Membros do Governo: Fiquei surpreso com a sua comunicação, Sr. Deputado Pedro Gomes, porque não referenciou o aumento considerável no plano de investimentos para 2011 de 44,1%.

O seu discurso incide na dívida.

Sabemos que há uma dívida no Serviço Regional de Saúde, por isso é que o Governo com o apoio do Partido Socialista colocou medidas de contenção para serem implementadas em todas as instituições de saúde.

Para isso é importante haver um esforço de todos.

V. Exa. também surpreendeu-me pela negativa. Não apresentou nenhuma (zero!) medida para melhorar a saúde nos Açores. Não deu nenhuma sugestão, nem deu nenhuma ajuda para que a saúde melhore no futuro.

Queria lembrar-lhe, Sr. Deputado, que quando utiliza a estratégia da catástrofe e teoria do casco, já estamos habituados. Os açorianos já não valorizam isso, nem nós valorizamos.

Estamos aqui para trabalhar.

O Sr. Deputado esquece (se calhar não tem conhecimento, mas posso arranjar-lhe) os indicadores da saúde nos Açores, que têm aumentado na última década.

Deputado João Costa (*PSD*): Isso está aí num papelinho!

O Orador: São todos. Também posso arranjar para si.

Deputado João Costa (*PSD*): Agradeço!

O Orador: O Sr. Deputado foi àquela tribuna e não apontou nenhuma sugestão para melhoramento.

O senhor, no seu programa eleitoral que não foi sufragado há alguns anos, portanto não obteve os resultados que pretendia, vinha lá escrito muitas medidas que o Governo e o Partido Socialista estão a implementar agora.

Por coerência política V. Exa. devia apoiar as medidas que a Secretaria Regional da Saúde está a implementar.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores escondem-se na pequena crítica, com uma passividade política notória.

Deputado Berto Messias (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Tenho muita dificuldade em perceber essa passividade e essa falta de visão global da saúde.

Falar da dívida... Ela existe!

Temos que chamar a atenção que o custo financeiro na saúde é um investimento nos habitantes dos Açores e naqueles que optaram por viver nos Açores.

É nisso que temos que pensar. Temos que lutar para a frente e não podemos contar com V. Exas., porque V. Exas. têm um défice de ideias para a saúde na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

O mundo mágico só existe quando acreditamos nele!

Este discurso que o senhor acaba de proferir na tribuna – e peço desculpa pelo termo técnico que vou utilizar – é um discurso extraordinariamente anquilosado. Basta ir buscar as suas intervenções e os seus escritos desde 2004 e concluímos que aquilo que o senhor acabou de dizer ali é a mesma coisa que diz desde 2004.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É sinal de que a Região está igual desde 2004!

O Orador: Refere-se exclusivamente à contratação de médicos de clínica geral, ao combate das listas de espera, ao Plano Regional de Saúde, à dívida global do Serviço Regional de Saúde e ao sub-financiamento do Serviço Regional de Saúde. Propostas, zero!

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de colocar duas questões muito objectivas:

1º - O PSD defende ou não a gratuitidade dos cuidados e dos serviços prestados no Serviço Regional de Saúde?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: 2º - O PSD concorda com a actual organização do Serviço Regional de Saúde?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Gostaria de fazer dois ou três esclarecimentos ao seu discurso longo e repetitivo, tal e qual como o Dr. Domingos aqui disse, um discurso *copy/paste* desde que iniciou funções na Assembleia.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Vice-Presidente do Governo é que faz isso!

O Orador: Gostaria de dizer que em relação à carreira médica o que está previsto poupar não são 400 mil euros, são 800 mil. Isso talvez é no Hospital de Ponta Delgada.

Por outro lado, eu e o Governo rejeitamos liminarmente que se esteja a instrumentalizar politicamente o Plano Regional de Saúde. O Plano Regional de Saúde é central na política de saúde deste Governo e daremos todo o destaque às medidas que devem ser do conhecimento de todos os açorianos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Qual foi a avaliação que foi feita do anterior Plano Regional de Saúde? Nenhuma!

O Orador: O que nos preocupa aqui é a saúde dos açorianos e é a promoção de estilos de vida saudáveis.

Outro esclarecimento para dizer que o Governo Regional não esconde nada em matéria de números. O Governo Regional é auditado pelo Tribunal de Contas. O Governo Regional responde aos requerimentos...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Às vezes!

O Orador: ... da mesma forma que os senhores elaboram as suas perguntas.

Em relação aos médicos eu gostaria de dizer que estando 130 médicos ao serviço dos açorianos, não faltam 60 médicos de família, mas sim 33.

Deputado Rui Ramos (PSD): Eu não tenho médico de família!

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Conselho de Administração de Ponta Delgada não concorda consigo!

O Orador: Se os médicos tiverem em média 1800 utentes na sua lista, só faltarão 11 médicos, Sr. Deputado.

Aliás, em 1996, existiam 110 médicos de família. Actualmente existem 130.

Conseguimos dar médico de família a 30 mil açorianos. Este é um benefício que foi conseguido por estes Governos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Brevíssimas notas porque o tempo escasseia para dizer o seguinte:

Em 1996, no último ano da governação do Partido Social Democrata, a dívida do Serviço Regional de Saúde era de 21,4 milhões de euros.

Deputado Francisco César (PS): Vai responder ou não à pergunta feita?

O Orador: Subiu 30 vezes com a governação do Partido Socialista sem que esta subida e este aumento tenham tido correspondentes ganhos na saúde para os açorianos...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Não é verdade!

O Orador: ... sobretudo no acesso aos cuidados primários de saúde.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto à teoria dos cortes na saúde que o Governo pratica e a bancada do Partido Socialista subscreve, gostaria de citar apenas à câmara o Relatório da Organização Mundial de Saúde saído na Segunda-Feira, cuja Directora-Geral diz o seguinte:

“No momento em que o dinheiro escasseia o conselho para os países é o seguinte: antes de procurarem onde cortar os gastos com assistência médica há que procurar opções que melhorem a sua eficiência.” Exactamente o contrário daquilo que o Governo Regional e a maioria socialista estão a fazer nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Terceira e última nota:

O argumento do Partido Socialista é velho e estafado no ataque ao PSD.

Quando o PSD não apresenta propostas e faz uma crítica desafiam o PSD a apresentar uma proposta.

Quando o PSD apresenta uma proposta chumbam e dizem que o PSD não sabe nada do assunto.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não merecem aprovação!

O Orador: Esta é a teoria e a prática do Partido Socialista. Nós não aceitamos esta crítica sobretudo num debate em que estamos a debater, a discutir e a votar o Plano e o Orçamento para a Região Autónoma dos Açores, ...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Até aqui ainda não teve uma única ideia!

O Orador: ... que consubstancia uma política e uma estratégia governativa da maioria e do seu Governo, não uma estratégia e a política governativa da oposição. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para que fique registado no Diário das Sessões, o PSD não respondeu objectivamente às duas questões que foram colocadas pela bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Não deu nenhuma resposta o que quer dizer que não tem nenhuma estratégia...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Sr. Presidente do Governo Regional já disse. Lembre-se das varizes do Sr. Presidente!

O Orador: ... e que defende aquilo que o seu líder nacional diz, como também recentemente o último Secretário Regional do Governo do PSD disse, que quem ganha mais tem que pagar a saúde.

Não esclarecendo isso o PSD não tem qualquer posição sobre esta matéria.

Termino dizendo ao Sr. Deputado Pedro Gomes, com todo o respeito que tenho, não vá para a Comunidade Europeia ler relatórios. Basta ler a opinião dos últimos

nove Ministros da Saúde de Portugal e concluirá quais são as sugestões que são dadas para a sustentabilidade do Serviço Regional e Nacional de Saúde.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Domingos Cunha:

O Partido Social Democrata responderá às perguntas dessa bancada quando o Governo Regional responder às perguntas que o PSD faz.

Muito obrigado.

Deputado Domingos Cunha (PS): Que resposta!... É muito fácil sacudir água do capote!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Se era para dizer isso, mais valia não ter usado da palavra!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, depois deste momento de alegria, relativa, vamos prosseguir no nosso debate.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Anual Regional para 2011, submetido à apreciação desta Assembleia consagra, para o sector agro-florestal, duas grandes prioridades: a de prosseguirmos com as orientações estratégicas constantes do programa do Governo, cumprindo com os compromissos assumidos, e a de darmos resposta, através do apoio adequado às empresas e empresários agrícolas, a uma conjuntura económica e financeira globalmente adversa.

Os objectivos estratégicos que prosseguimos, de reforço da competitividade do sector agro-florestal e de valorização do mundo rural, têm a sua maior expressão no investimento público, que devemos continuar a assegurar, dirigido ao contínuo e necessário melhoramento das infra-estruturas qualificadoras do trabalho e das produções agrícolas regionais, mas também no investimento privado apoiado por fundos públicos, dirigido à modernização e eficiência das explorações agrícolas e do tecido industrial e comercial que lhe está associado.

A aposta no investimento estruturante e modernizador do nosso sector agro-florestal constitui também um factor determinante do estímulo que necessitamos para enfrentarmos, com renovada esperança e sucesso, todas as contrariedades e muito dos efeitos nefastos e das dificuldades que nos são impostas pela conjuntura nacional e internacional.

Nestas circunstâncias, devemos igualmente privilegiar o investimento reprodutivo, que tem efeito directo na redução dos custos de exploração, que potencia o crescimento das nossas vendas, ou que promova a redução de compras no exterior e que melhorem cada vez mais, os indicadores da nossa balança alimentar.

Esta determinação pela selectividade do investimento com impacto positivo na nossa eficiência produtiva, promove uma especial atenção sobre a execução do sistema de apoio ao investimento agrícola, com o objectivo de melhorar a sua eficácia, não só ao nível da análise e contratação célere dos projectos, mas também e principalmente ao nível do rápido pagamento do apoio ao investimento executado.

Este é um desígnio que prosseguiremos sem tréguas, porque é essencial à criação de uma maior dinâmica empreendedora, de uma maior confiança e de uma maior estabilidade na nossa agricultura, com efeitos particularmente positivos no rejuvenescimento dos seus activos.

O Plano para 2011 reforça, por isso, a orientação dos recursos públicos para o acompanhamento e apoio dos investimentos privados, que melhorem os desempenhos das organizações empresariais do sector e em especial os investimentos dos agricultores na modernização das suas explorações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A produção agrícola projecta-se, em grande medida, através de unidades de transformação ou de comercialização, de pequena dimensão e sem dinâmicas de escala, alimentando, igualmente, pequenas entidades de abastecimento de factores de produção ou de prestação de serviços.

Com tal caracterização, que é dominante no nosso sector primário, deveremos alocar um esforço complementar ao acompanhamento destas estruturas, apoiando a sua solvabilidade e garantindo o seu necessário contributo para a sustentabilidade das nossas cadeias de valor, através da criação de uma nova linha de crédito que reforce a capacidade orgânica e funcional destas organizações e empresas.

Esta iniciativa, visando a reestruturação destas entidades, pretende igualmente manter serviços de proximidade aos agricultores e, simultaneamente, dinâmicas sociais e económicas em espaço rural, geradoras de emprego e riqueza.

Esta é também uma forma de contribuirmos para a valorização do nosso mundo rural, complementando as acções e iniciativas dos grupos de Acção Local que, partilhando a responsabilidade de promoção e valorização do espaço rural, deverão ter, como têm na sua grande maioria, não só a preocupação de proteger e valorizar o património rural, mas principalmente a preocupação de incentivar, promover e acompanhar iniciativas criadoras de dinâmicas sociais e económicas e de emprego em espaço rural.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apesar da preocupação dominante deste Plano seja a de providenciar o investimento produtivo e de garantir a sustentabilidade do sector primário açoriano, em 2011, não obstante alguns reescalamentos de prioridade, contamos com os recursos financeiros adequados para darmos continuidade ao cumprimento dos compromissos assumidos nas últimas eleições regionais e constantes do programa do Governo.

Por assim ser, continuaremos a executar o Plano Global de Sanidade Animal que, alcançando as produções animais açorianas a patamares de inquestionável qualidade, ajuda a reforçar sentimentos de segurança alimentar e a alicerçar estratégias de valorização junto dos mercados. Aliás, de forma complementar, já estão a decorrer os trabalhos do Programa Técnico e Experimental para a Produção

de Carne e do Programa de Apoio Técnico às Pequenas Queijarias, em parceria com organizações de produtores, empresas, entidades científicas e de investigação, como o INOVA e Universidade dos Açores.

Estes são, aliás, dois programas que, visando a qualidade e a diferenciação positiva das nossas produções animais, melhorarão o conhecimento e o domínio das melhores práticas e técnicas para produzir produtos com maior homogeneidade e/ou com melhor durabilidade de mercado.

De igual modo, com o crescimento que se está a verificar nas produções da chamada diversificação agrícola, o Governo vai fortalecer o investimento no Laboratório Regional de Sanidade Vegetal, habilitando-o a uma melhor e mais rápida resposta aos agricultores e a cumprir, cada vez melhor, as suas funções de controlo e de rastreabilidade dos produtos alimentares de origem vegetal.

Estas iniciativas, para a produção de carne, para a produção de leite e de produtos lácteos e para as produções da diversificação, representam, pelo envolvimento que propõem e exigem dos agricultores e das suas organizações, uma forma segura de divulgar informação pelos agricultores, de fazer formação agrária e vulgarização e de habilitar as nossas produções e empresas agrícolas com a capacidade técnica e com a investigação experimental que a sua pequena dimensão, só por si, não consegue assegurar.

No âmbito da actividade florestal, concluído que está o Inventário Florestal Regional, que constitui um importante instrumento para a gestão sustentável dos nossos recursos florestais, decorrem os trabalhos do programa de melhoramento florestal, que contribuirá para a valorização do património florestal regional e para a certificação (também em curso) da floresta açoriana.

Com base nestes trabalhos, aliás, o Governo irá promover, já em 2011, em cooperação com outras entidades públicas e privadas, o desenvolvimento de Planos de Ordenamento Florestal para zonas deles carenciadas, usando-os, igualmente, como instrumentos de valorização da paisagem açoriana, de reforço da biodiversidade e de protecção das culturas.

Neste objectivo e sempre que tecnicamente aconselhável, serão disponibilizadas diversas espécies florestais endémicas, das mais 500 mil produzidas e já em condições de serem transplantadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Creio que o Plano que aqui está em análise permite cumprir, como desejamos, com a nossa ambição de bem servir os Açores.

Disse. Obrigado.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto o debate.

Estão inscritos os Srs. Deputados Duarte Moreira, Mário Moniz, Zuraida Soares e António Parreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira** (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma observação e uma questão a colocar ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Este Plano surge numa época de dificuldades económicas, de dificuldades financeiras, mas apesar disso verifica-se, no total do investimento, um aumento das verbas disponíveis para a agricultura nos Programas 7 e 8.

Independentemente desse facto, há aqui nitidamente uma estratégia de reforçar algumas das rubricas, de forma significativa, como é o caso da diversificação da economia rural, a regularização dos mercados, apoio às indústrias agro-alimentar e por último, mas não menos importante, o apoio ao investimento nas explorações agrícolas e a redução dos custos.

Atendendo a esta distribuição, uma questão simples:

Se o Sr. Secretário pode-nos clarificar rapidamente os pressupostos subjacentes à distribuição e às opções deste Plano, no âmbito da agricultura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha pergunta vem no seguimento da intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista. Tem a ver com a valorização e qualificação profissional na agricultura.

A diversificação agrícola é um desafio urgente, daí que perguntamos por que não há uma referência específica à formação que fomente esta área da diversificação agrícola?

Falando em diversificação agrícola, as referências à beterraba, ao tabaco, ao mel e à vinha, por que não também à fruticultura, à horticultura, à floricultura, actividades que são complementares ao investimento turístico.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura:

Três palavrinhas apenas: Fajã do Calhau!

Ao fim de quatro anos e meio que notícias nos poderá dar o Sr. Secretário sobre estas três palavrinhas?

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Duarte Moreira gostaria de lhe informar que os pressupostos e as orientações que prosseguimos com a distribuição de verbas no Plano pelas várias acções nele previstas no Programa 7 e 8, têm principalmente a ver com a preocupação dominante da estratégia que

desenvolvemos com este Plano para 2011, que é a de alocar as verbas suficientes e necessárias, potenciar o investimento público e privado para a agricultura.

O investimento público nas áreas das infra-estruturas do ordenamento agrário e nas infra-estruturas que qualificam a actividade agrícola, qualificam o trabalho agrícola e que reduzem os custos das explorações, por um lado, e por outro lado as verbas necessárias a acompanhar, a apoiar o investimento privado, nomeadamente no âmbito da modernização das explorações e no âmbito da modernização e do investimento nas agro-indústrias associadas às cadeias de valor da nossa agricultura.

Isto significa que em bom rigor temos um plano enriquecido por muitos fundos comunitários, porque estamos a atravessar já a velocidade cruzeiro dos programas comunitários, em particular do Pró-Rural, que permite e que exige que se faça o acompanhamento com fundos públicos regionais, nomeadamente, do investimento privado que está a ser executado de uma forma crescente.

É esta, portanto, a preocupação na distribuição das verbas do Plano.

No que diz respeito às questões colocadas pelo Sr. Deputado Mário Moniz, de valorização profissional especial, da formação específica para a área da diversificação agrícola, posso informar, Sr. Deputado, que temos um plano de informação e de formação profissional que abrange todas as actividades agrícolas regionais e que nos últimos anos tem crescido de uma forma significativa, com grande proximidade aos nossos agricultores e que leva até eles informação e a formação que são habilitantes das actividades que desenvolvem.

Creio mesmo que lhe poderei dizer que, por exemplo, no âmbito das exigências colocadas na aplicação de fitofármacos, a Região tem vários cursos feitos, em especial e com especial utilização por parte dos agricultores dessas áreas de diversificação agrícola, e temos neste momento mais de 800 agricultores já com cartões próprios de aplicadores, de autorização de aplicação de fitofármacos.

A nossa preocupação de levar informação e de dar formação a esses agricultores é de primordial importância, mas também quero dizer-lhe que, por exemplo, no âmbito da floricultura onde já temos nela uma força de exportação, anualmente, temos na Região um dos mais referenciados técnicos da produção florícola mundial, que dá à Região, nas próprias explorações, acompanhamento e apoio técnico aos floricultores.

No que diz respeito Sra. Deputada Zuraida Soares à questão da Fajã do Calhau, o processo continua e é público. No princípio deste ano de 2011 creio que vamos ter possibilidade de lançar a concurso público a pavimentação do caminho de acesso à Fajã do Calhau.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, passamos à intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Exm^o Senhor Presidente da Assembleia, Exm^{os} Senhoras e Senhores Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional para 2011 para o sector da Agricultura mantém a mesma filosofia de actuação dos seus precedentes e, como tal, não apresenta uma substancial inovação agrícola, não é financeiramente suficiente em matéria de

investimento e está preso a “velhas atitudes” de orientação, que não conseguem satisfazer as exigências agrícolas da modernidade.

Um Plano produzido para receber as iniciativas externas, o que o torna incapaz para responder às especificidades deste Arquipélago.

Mesmo neste domínio é notório a falta de capacidade do Governo Regional em utilizar os fundos comunitários.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Tanto falta, que o senhor não sabe o que é que falta!

O Orador: Entre 2007 e 2009 o Governo Regional desperdiçou cerca de 23 milhões de euros do programa POSEI.

Uma primeira conclusão demonstra o crescente desinteresse do Governo Regional para a Agricultura, já que o esforço regional, relativamente a 2010, diminuiu no principal sector de exportação. Falo do abastecimento de água, caminhos agrícolas, electrificação, promoção dos produtos regionais, o incentivo à compra de terras entre outras rubricas que decrescem financeiramente neste plano, nalguns casos, na ordem dos 20%.

Aliás, o desinteresse é comprovado pelo peso do VAB (Valor Acrescentado Bruto) da actividade agrícola e agro-pecuária que entre 1996 e 2008 diminuiu 49,7%.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Está a fazer considerações sobre o seu peso!

O Orador: Mas que credibilidade nos dá estes documentos se, e acordo com a execução financeira de 2009 (último ano de execução conhecido) no sector agrícola, o Governo Regional não utilizou cerca de 17,5 milhões de euros do dinheiro que tinha anunciado para esse ano, o que corresponde a uma taxa de execução de 73,6%.

É cada vez mais o dinheiro anunciado e não investido, ou seja, a taxa de execução na agricultura tem vindo a diminuir nos últimos 4 anos.

Verifica-se em 2009 que, por exemplo, a medida “Apoio ao investimento nas explorações agrícolas” apenas registou uma execução de 49,90%, isto é, metade dos 4 milhões de euros programados.

Até se compreende que assim seja, pois se as previsões são mal feitas, a execução deixa de fazer sentido. Não se pode executar bem o que está mal previsto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não contávamos com essa capacidade de raciocínio!

O Orador: Os Açorianos foram iludidos e torna-se evidente que muito dinheiro no plano não é sinónimo de muito dinheiro aplicado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso os Agricultores têm razão quando se queixam das dificuldades.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Queixam-se ao PSD!

O Orador: O Plano para 2011, em matéria agrícola, não deve merecer confiança, pela falta de confiança dos seus antecessores.

Para mais, repare-se que as cinco bandeiras assinaladas em 2004 pelo PS ainda não foram cumpridas. Refiro-me à criação do Centro do Leite e Lacticínios, na

implementação da Extensão Rural, no impulso ao Emparcelamento, aos seguros agrícolas e ao aumento das exportações.

Estamos a falar de um sector que contribui decisivamente para contrariar a tendente desertificação humana e o envelhecimento de sete ilhas dos Açores, produz alimentos e influencia outros sectores proporcionando efeitos multiplicativos importantes para a economia da Região. Por isso a Agricultura há muito que deixou de ser um tema só dos Agricultores, pelo contrário, diz respeito a todos os Açorianos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas vamos a alguns itens deste plano que consideramos dramáticos pela falta de dinamismo e de visão

A diversificação agrícola é um programa básico ao suporte da pluri-actividade e, naturalmente do pluri-rendimento agrícola, desespera por clarificação, continuando subserviente à falta de criatividade por parte do Governo Regional.

Talvez, para o Governo a diversificação seja só a beterraba, ou melhor, a alternativa que impõe ao leite. A este propósito o Governo não pode ser um factor de instabilidade, já que está a ser um concorrente directo com os Agricultores ao oferecer preços exorbitantes aos terrenos. No fundo rouba os terrenos aos Agricultores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Hoje também fazemos uma avaliação política, papel desta Assembleia, e gostávamos de saber a final quem manda na Secretaria da Agricultura. O secretário ou o Vice-presidente? Não se atoplem. Desentendimentos só prejudicam os Açorianos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Na área da formação verifica-se que a valorização profissional agrícola possui uma dotação inversamente proporcional às necessidades reais, pois a verba inscrita em 201 diminui 27% relativamente a 2008.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O rejuvenescimento agrícola é outra temática que surge, novamente, entregue a si própria, sem destino, sem metas e sem ambição.

Não se observa neste Plano um convite de forma integrada e dirigida, particularmente, aos filhos dos Agricultores para assegurarem a actividade agrícola. A passagem do testemunho fica quase exclusivamente à mercê de um programa comunitário. Mais uma vez nada de novo regional, nada de verdadeiramente motivador e convidativo para os Jovens Açorianos.

Há que perceber que necessitamos de um programa regional de relevo intergeracional.

A investigação científica aplicada à Agricultura torna a receber uma nota negativa. As verbas inscritas, neste Plano persistem irrisórias, o que denota uma ausência de sensibilidade do Governo Regional para o vínculo que deve haver entre Agricultura e conhecimento científico.

Este é um Governo que não reivindica perante a República é cúmplice da falta de empenho na União Europeia.

Que aceita que o Governo da República diga que as propostas apresentadas pela Comissão, a semana passada, são boas para Portugal. E para os Açores são boas

com o fim das quotas leiteiras? Grande silêncio! Grande cumplicidade do Governo Regional!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Afinal, houve publicidade enganosa nas últimas eleições Regionais. Rezava o placar que “Juntos”, César e Sócrates, conseguiríamos. O único que conseguiram foi uma grande cumplicidade para prejudicar os Açores em matéria agrícola.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não apoiado!

O Orador: Aguardávamos, que este Plano contemplasse com maior profundidade algumas possíveis vertentes agrícolas de crescimento, designadamente, na floricultura, na vitivinicultura, na horticultura, na fruticultura, na silvicultura, na apicultura, na avicultura e na produção de batata de consumo, entre outras e outras.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Agro-batata!

O Orador: Um plano onde não se cria sustentabilidade alimentar na Região. Os Açores continuam muito prisioneiros do exterior. Ficamos mais pobres com estas atitudes.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Não diga disparates!

O Orador: O Governo ainda não compreendeu que a riqueza de um país ou de uma região também se mede pela sua capacidade de produzir alimentos de forma diversificada, segura e durável, para consumo interno e para exportação.

Aliás, se é verdade que existe uma crise internacional mais razões deveriam existir para apostar na produção regional e na promoção destes produtos locais com todos os benefícios que daqui derivam, como a criação de emprego, na saúde e no ambiente.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A ausência de novas abordagens políticas nestes documentos implica a existência de um pensamento desajustado e muito limitativo porque se resume a uma actuação de cada vez mais de cada vez menos.

O Governo soluciona todos os problemas na Agricultura, utilizando a mesma receita há 14 anos. Reduz o número de Agricultores, isto é, sempre que há um problema abate-se o número de vozes incómodas. Porém ao mesmo tempo está a eliminar postos de trabalho.

O grande desafio na Agricultura não é fazer o mais fácil é manter o número de agricultores. Nos últimos 10 anos desapareceram 40% das explorações agro-pecuárias nos Açores.

Aproveito a ocasião para também afirmar que na Secretaria da Agricultura não pode existir um departamento que se dedique quase exclusivamente a organizar festividades. Gastam alegremente, por isso impõe-se combater o facilitismo e pôr rigor.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo continua a não querer comportar neste programa anual, estudos de prospecção e previsibilidade que ajudem a desenhar e a dotar de segurança medidas de médio e longo prazo.

Acompanhar os mercados, perceber a formação dos preços e ter a capacidade de antever o comportamento da globalização são aspectos que caracterizam, hoje, em Agricultura, um novo factor de competitividade que não pode ser menosprezado ou relevado para segundo plano.

Aliás, o princípio é simples, não se pode gerir o que não se mede.

O Governo continua a não querer dar a compreender a formação dos preços aos Produtores mas principalmente aos consumidores. Trata-se de uma transparência que a democracia, na actualidade exige.

Finalmente, e a jeito de conclusão o Governo tem de entender que a política para a Agricultura tem de ser mais do que colocar dinheiro à disposição dos problemas, tem de ser mais do que a comparticipação financeira da Região às ideias de Bruxelas, é preciso estabelecerem-se vontades e ideias próprias pela existência de Agro-políticas diferentes, principalmente, de previsibilidade, de competitividade e de reconhecimento.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Sr. Deputado António Toste, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas e o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) **Deputado António Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado António Ventura tocou aqui em muitos assuntos, mas dada a falta de tempo, vou limitar-me, pelo menos a dois, embora tivéssemos aqui discussão para tudo.

Queria começar pelas taxas de execução, que já era de esperar. Aliás está no jornal Diário Insular, de 19 de Outubro, portanto era de esperar que falasse nas baixas taxas de execução.

Só que o senhor aqui fez o mais fácil. Chegou ao computador, clicou, copiou e trouxe para aqui.

Esqueceu-se de fazer referência de que isso pode ser analisado em vários pontos de vista, mas vou já fazer perceber.

No Programa 7, aumento da competitividade dos sectores agrícolas e florestais, realmente há uma execução mais baixa, 73%. Mas se compararmos a dotação inicial entre 2008 e 2009, em 2009 há uma dotação superior, o que quer dizer que mesmo em 2009, com a baixa taxa de execução, investiu-se mais 101%, ou seja, o dobro relativamente a 2008. É essa a leitura que é preciso fazer. Tendo-se executado menos, investiu-se o dobro do que se investiu em 2008.

Deputado António Ventura (PSD): Não se investiu o que foi anunciado!

O Orador: No Projecto 7.1, do mesmo modo, com uma taxa de execução mais baixa, dada a dotação inicial no Plano de 2009, comparativamente a 2008, ainda se investiu uma verba superior a 72.5%, no montante de 10 milhões, 689 mil euros.

Na medida 7.2, modernização das explorações agrícolas florestais, tendo a execução financeira sido mais baixa, dada a dotação inicial ser superior em 2008, mesmo nessa medida investiu-se. Ou seja, de 2008 para 2009 investiu-se mais 62.5%.

Deputado António Ventura (PSD): Mas isso não me interessa!

O Orador: Ou seja, no total de 2009, investiu-se ainda mais do que em 2008.

Mas há aqui uma coisa que o senhor está a esconder relativamente às verbas aqui expostas para o Laboratório Regional de Veterinária e o parque de exposições. Dada a baixa execução do Laboratório Regional de Veterinária, porque a obra foi pouca, praticamente não se executou verba.

Deputado António Ventura (PSD): Mas que culpa é que eu tenho?

A culpa é vossa!

Eu é que tenho culpa de não ter sido feito o laboratório?

O Orador: Dado o atraso da obra do parque de exposições, também não se executou essa verba.

Se houvesse uma maior execução do parque de exposições e uma maior execução do Laboratório Regional de Veterinária, logo a execução financeira de 2009 seria superior ao que está aqui mencionado nos números.

No rejuvenescimento agrícola existem 97 processos de jovens agricultores, existem 705 projectos da modernização das explorações agrícolas. No total temos 414 projectos aprovados.

Todos os anos o senhor diz que o Plano é o mesmo, que o Governo traz o mesmo e não faz nada de novo.

Também podia dizer que as suas intervenções são sempre as mesmas e aquilo que o senhor diz é sempre o mesmo.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Muito bem!

O Orador: Este Governo tem um programa próprio e todos os anos tem os seus Planos e Orçamentos para cumprir com os compromissos assumidos perante os açorianos e as açorianas, aquando das eleições regionais em 2008, com uma vitória inequívoca e clara.

O vosso manifesto eleitoral, que é coisa que nunca ninguém falou, mas eu gostava de falar aqui hoje, para 2008, tem medidas precisamente iguais às que o Governo do Partido Socialista tem vindo a desenvolver nos últimos anos. Vou citar apenas algumas para não ficarmos aqui toda a noite a falar disso...

Presidente: Não podemos ficar, Sr. Deputado.

Terminou o seu tempo. Abrevie.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

Das medidas para a agricultura, cito algumas daquelas que o Governo do Partido Socialista já realizou:

- Melhoramento do rendimento dos agricultores e da sua qualidade de vida;

É o que andamos a falar há muito tempo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Mais, mais... É só isso?

O Orador: Estamos sempre a melhorar e a fazer mais.

- Promover o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola;

Era aquilo que o senhor previa, era aquilo que o senhor pretendia.

- Reforçar a formação profissional;

Deputado António Ventura (PSD): São as genéricas! A forma de fazer isso é que é diferente!

O Orador: O Sr. Deputado vai ouvir a intervenção do Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Mais, mais...

O Orador: - Incentivar a diversificação da produção;

É aquilo que andamos a fazer há muito tempo.

Nada de novo, Sr. Deputado!

- Promover a reestruturação fundiária, sobretudo no que respeita ao emparcelamento das explorações agrícolas;

É aquilo que andamos a fazer há muito tempo.

- Estimular a compra de terras a rendeiros;

É aquilo que fazemos e, por último,

- Apoiar as organizações dos mercados agrícolas e a promoção dos produtos regionais.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não tem mais?

O Orador: Pergunto: afinal, qual é a sua agricultura? Onde está a sua agricultura?

Onde estão as suas ideias força?

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Deputado António Ventura (PSD): A forma de fazer isso é que é diferente!

São ideias genéricas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Permitam-me que me confesse em grande dificuldade para comentar o discurso da agro-repetição,...

Deputado António Ventura (PSD): Tem que ser repetitivo porque os senhores não evoluem!

O Orador: ... da agro-confusão e o discurso da agro-contradição. Peço que me compreendam nessa dificuldade que sinto.

Tentando, apesar de tudo, esclarecer e dar resposta a este discurso da agro-repetição, ...

Deputado António Ventura (PSD): Compreendemos que o senhor tenha dificuldade!

O Orador: ... confusão e contradição gostaria de dizer ao Sr. Deputado António Ventura e ao PSD, que uma mentira mil vezes contada, comigo e com o Governo não passa a ser verdade. É sempre uma mentira!

Deputado António Ventura (PSD): Qual é a mentira?

Se a agricultura evoluísse...

O Orador: No caso concreto da utilização de verbas do POSEI o Sr. Deputado leia atentamente os relatórios...

Deputado António Ventura (PSD): Já chamámos o senhor à comissão.

O Presidente da Federação disse isso!

Só o senhor está com o passo errado!

O Orador: ... e veja que em 2010, nos prémios e ajudas às produções animais, tivemos 93,5% de utilização.

Deputado António Ventura (PSD): Os Açores foi a Região que teve a mais baixa taxa de execução!

O Orador: Nos prémios às produções vegetais temos 97,9%; nos prémios às produções animais temos 96,3% e nas vegetais temos 97,9%.

Anote Sr. Deputado para não se esquecer jamais na sua vida.

No que diz respeito à baixa execução de verbas no Plano de 2009, também aí o Sr. Deputado usa e manipula os números...

Deputado António Ventura (PSD): Eu não manipulo! Está nos relatórios do DREPA!

O Orador: ... da maneira como lhe apetece, mas não passa, Sr. Deputado, por uma razão muito simples:

Se o senhor desagregar e ver acção a acção, medida a medida, a execução que o Plano de 2009 verificou, o senhor entenderá melhor a contradição do seu discurso.

Deputado António Ventura (PSD): Não há contradição!

O Orador: Temos altas taxas de execução em todas as medidas que directamente dependem do Governo Regional. Nomeadamente no que diz respeito às infra-estruturas de ordenamento agrário e dos investimentos feitos...

Deputado António Ventura (PSD): E o Laboratório que não se fez?

A culpa de não ter sido feito o laboratório é do PSD?

O Orador: ... temos uma baixa execução naqueles dois projectos que influenciam negativamente a taxa global de execução que tem a ver com o Laboratório Regional de Veterinária e com o parque de exposições, onde houve recurso e contencioso administrativo.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer que na área da diversificação e na área do abate de agricultores, que o senhor refere, nós não abatemos agricultores. Reformamos agricultores, renovamos e rejuvenescemos a nossa agricultura.

Deputado António Ventura (PSD): Não sabia! A reforma do Governo é emparcelar!

O Orador: A propósito, Sr. Deputado, temos a maior taxa de jovem agricultores do país e uma das maiores da Europa.

Mais de 27% dos agricultores regionais são jovens agricultores.

Diga-me, Sr. Deputado, onde é que vê uma taxa tão alta de jovens agricultores a trabalhar na agricultura?

Sr. Deputado, esta história de, num dia, no seu discurso, falar do emparcelamento, que o Governo nada fez pelo emparcelamento e ao mesmo tempo, no mesmo discurso, no mesmo dia, dizer que há cada vez menos agricultores, que os agricultores estão a ser abatidos, o que é que o senhor quer?

O senhor quer emparcelar? Redimensionar as explorações? Criar explorações economicamente mais fortes ou quer muitos agricultores, pouca dimensão agrícola e pouco emparcelamento?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Está na hora do Sr. Deputado perceber que o seu discurso é um discurso de agro-confusão e de agro-contradição.

Deputado António Ventura (PSD): O que o senhor diz é grave!

Tira os agricultores para emparcelar. Grande forma!

O Orador: Finalmente, Sr. Deputado, no que diz respeito à diversificação agrícola temos, a título de exemplo e para não ficar totalmente desguarnecido de informação, um crescimento imenso das candidaturas que registamos, por exemplo, às áreas da diversificação.

Em 2007, tínhamos 410 hectares candidatos a apoios; em 2010 já temos 710 hectares candidatos a apoio na área da diversificação.

Deputado António Ventura (PSD): Essas explorações sempre existiram. Não se candidatavam era aos apoios!

O Orador: O senhor vem a esta casa dizer que não há diversificação agrícola?

Pior ainda, Sr. Deputado! O senhor vem a esta casa na exacta medida que temos uma agro-indústria a promover complementaridade e diversificação da agricultura,

...

Deputado António Ventura (PSD): O senhor não invente explorações! Essas sempre existiram!

O Orador: ... dizer que essa agro-indústria desenvolve uma concorrência desleal aos segmentos da agricultura, ao leite e à carne.

Sr. Deputado, desculpe mas isto é uma contradição insanável no seu discurso e imperdoável em quem quer ser alternativa, seja no que for.

Gostaria finalmente de dizer (estes dados doem, porque se contrapõem aos dados do seu tempo, do tempo em que a agricultura agonizava nos Açores) três ou quatro dados para o Sr. Deputado perceber.

Na produção de leite, apesar da diminuição dos produtores de leite, não crescemos 3, nem 4, nem 5%. Crescemos nos últimos anos 46% na produção de leite.

Deputado António Ventura (PSD): Sr. Secretário, o que interessa crescer se tem mais leite em pó?

O Orador: Se formos à produção de carne, crescemos imenso...

Deputado António Ventura (PSD): Os senhores cresceram no prejuízo!

O Orador: ... e fizemos uma coisa que os senhores nunca foram capazes de fazer: alterámos de forma significativa o processo de produção e de comercialização de carne nos Açores.

Hoje já não vão animais em vida para o Continente, como iam naquele tempo. Hoje vão abatidos, muitos já desossados, embalados em formato de consumo para o mercado.

Deputado António Ventura (PSD): Aumentam os abates e diminui o peso médio por animal!

O Orador: Isto é uma valorização para a agricultura açoriana, é rendimento para os agricultores açorianos, é sucesso para a agricultura dos Açores. Isso dói-lhe profundamente.

Gostaria também de lhe dizer uma coisa muito simples, Sr. Deputado.

Na área da produção de leite, não crescemos só na produção de leite na Região os tais 46% que lhe disse. Mantivemos as produções de leite em pó ao mesmo nível que tínhamos antes,...

Deputado António Ventura (PSD): O senhor considera isso prestígio?

O esforço diminuiu!

O Orador: ... com muito mais leite produzido, aumentámos muito significativamente a produção de queijo crescendo mais de 30%, crescemos na produção de iogurtes. Portanto, valorizámos o sector porque passamos a produzir produtos mais competitivos e mais valorizados.

Deputado António Ventura (PSD): Mais valorizados com mais importação de matéria prima.

Importa-se leite e exporta-se leite!

O Orador: Isto é um ganho da agricultura e dos agricultores açorianos que os senhores não são capazes de reconhecer porque não são capazes de admitir a falácia e o fosse onde deixaram a agricultura dos Açores em 1996.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Não havendo mais inscrições, passamos para outra intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos a meio da actual legislatura, uma legislatura que fica marcada pela crise dos mercados internacionais e que afectou da forma de todos conhecida a economia Portuguesa e por arrasto a economia Regional.

Não obstante a crise económica e financeira, com reflexos negativos nos mercados mundiais, e que provocou, como é fácil de perceber, um abrandamento no crescimento económico que se vinha a registar nos Açores ao longo da última década, o sector agrícola regional, alicerçado na fileira do leite, em lugar de destaque, e da carne, tem vindo a responder de forma muito satisfatória, contribuindo para a minimização dos efeitos desse abrandamento económico.

A actividade agro-pecuária, continua a ter uma grande importância na estrutura socioeconómica da Região Autónoma dos Açores, contribuindo em cerca de 7% do VAB, e 11% do emprego da Região, não se tendo verificado situações de desemprego neste sector.

Em relação à produção de leite, observa-se uma tendência contínua de crescimento. De 2006 a 2009 a produção de leite aumentou 38 milhões de litros (8%), sendo que deste 1996 até 2009 aumentou 169 milhões de litros (46%), verificando-se em simultâneo um aumento da produção média de leite por exploração em mais de 92 mil litros, passando de 64 mil litros em 96 para 155 mil litros em 2009.

Nem os últimos dados do SREA, dando conta de uma ligeira redução nos primeiros nove meses deste ano, motivada pelo rigor do último Inverno, retira ou desvaloriza a boa performance que as explorações leiteiras dos Açores têm vindo a

registar, tanto mais que, a este aumento da produção de leite, correspondeu, ao longo destes anos, a uma diminuição do número de explorações em 22%, resultante das medidas reforma antecipada e resgate de quotas leiteiras.

Verifica-se, simultaneamente, uma alteração muito positiva nos parâmetros da classificação do leite, o que o mesmo é dizer na sua qualidade, nos últimos anos, o que tem óbvias implicações no rendimento dos produtores.

Na transformação têm-se também registado importantes alterações, tendo aumentado de forma significativa a produção de queijo, que de 96 a 2009 duplicou a sua produção, passando de 15 Ton para cerca de 30 Ton, representando 60% da produção nacional;

A produção de iogurte triplicou de 96 até 2009, passando de 130 Ton para as 312 Ton;

A produção de leite UHT passou de 17 milhões de litros, para 99 milhões, num aumento de quase 5 vezes;

Em contrapartida, a produção de leite em pó manteve-se praticamente inalterada desde 1996, mesmo tendo em consideração o aumento da produção de leite neste período.

Nesta área, e reflectindo a confiança no nosso sector leiteiro, foram recentemente divulgados investimentos industriais, por privados, que visam a diversificação de produtos derivados do leite.

De referir, que o Governo Regional divulgou em Setembro do presente ano, um projecto de apoio às pequenas indústrias de lacticínios e queijarias tradicionais dos Açores, com o objectivo de incentivo ao aparecimento no mercado de produtos diferenciados e típicos das diferentes ilhas.

No sector da carne, em relação à evolução do gado bovino abatido e aprovado para consumo, pode constatar-se um crescimento impressionante dos abates (se tivermos em linha de conta a base com que os governos do PS encontraram este sector).

Para termos uma ideia mais concreta, basta referir que em 1996 o número de abates, aprovados para consumo, foi de 17521 cabeças, sendo que em 2009 esse número passou para mais de 50000 cabeças, ao invés, no ano de 1996, o número de bovinos expedidos em vida foi de 46225 diminuindo para 19544 cabeças em 2009.

Nesta área, visando contribuir para o aperfeiçoamento dos sistemas de produção e para a caracterização da carne dos Açores, para aumentar a valorização deste produto e fidelizar os consumidores dos mercados da exportação, foi criado um projecto técnico-científico, para a valorização da carne dos Açores.

Nas áreas da diversificação, não obstante a Região não ser, ainda, auto-suficiente e apesar do caminho que há a percorrer, têm vindo a ser dados passos importantes e decisivos para o futuro, fruto de uma aposta assertiva dos Governos dos Açores do PS.

Um pouco por todas as ilhas começam a aparecer empresários agrícolas empreendedores e que têm investido em produções como a fruticultura, na floricultura, na horticultura, recorrendo inclusive a novas técnicas como a hidroponia.

A viticultura, em ilhas como o Pico, a Terceira, a Graciosa ou mesmo São Miguel, conheceu, com os governos do PS, um incremento reconhecido por todos,...

Deputado João Costa (PSD): Fale dos candidatos para termos noção!

O Orador: ... não só em quantidade mas essencialmente na qualidade dos nossos vinhos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Numa época de dificuldades e restrições financeiras, é importante referir o actual quadro comunitário, no que à agricultura diz respeito. De facto, só um bom quadro, fruto de uma boa negociação pela Região, permitiu um envelope financeiro que tem sido, também ele, muito importante na injeção de capital na economia regional.

O programa POSEI, em vigor desde 2007, contribuiu com mais de 133 ME, repartidos pelos anos 2008 a 2010, referentes às candidaturas de 2007 a 2009, e cujas taxas de execução atingiram no ano de 2009, no seu global 91,4% sendo que nas produções animais e vegetais esse valor foi de 95,1% e 97,5% respectivamente e nem a demagogia e a tentativa de adulteração dos factos, por parte do PSD, pode alterar este facto.

A partir de 2010 a dotação financeira do POSEI é de mais de 70 ME, repartidos pelos prémios às produções animais, com mais de 57 ME, as produções vegetais com 9,2 ME e as ajudas à transformação e à comercialização com 3,58 ME.

Quanto ao PRORURAL – Programa do Desenvolvimento Rural – no eixo 1 - Aumento da competitividade do sector agrícola e florestal, estão aprovados 548 projectos numa despesa pública total de 57 milhões de euros, sendo que no total de todos os eixos deste programa está aprovada uma despesa pública de 99 milhões de euros, apenas na vertente do investimento, acrescentando ainda os montantes do eixo 2 - melhoria do ambiente e da paisagem rural, de 72 milhões de euros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Reforçando a importância que este sector possui para a Região, o Governo apresenta uma proposta de plano para 2011, que contempla um aumento contínuo de verbas de investimento, que desde 2008 aumentaram 21,7%, para os 167.169.455,00 euros previstos nesta proposta, repartidos pelos programas 7 – Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal - (132.080.984€) e programa 8 – Valorização do Mundo Rural - (35.088.471€).

Numa época em que alguns, de forma irresponsável, colocam em causa a competitividade do nosso sector agrícola, tentando criar dúvidas e insatisfação nos produtores e demais agentes das fileiras produtivas regionais, cabe ao PS, continuar a trabalhar e a dizer que acredita nos agricultores dos Açores, no seu trabalho, que acredita que este sector continuará a evoluir, a dar respostas positivas, a se modernizar e a ser um importante pilar do desenvolvimento Regional.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A evolução ocorrida ao longo dos últimos 14 anos, fruto da aposta dos governos do PS, no investimento público e apoio ao investimento privado, vê neste plano para 2011 a manutenção coerente da estratégia de investimento que tem feito evoluir o nosso sector agrícola.

Na vulgarização e extensão rural, reforçados neste plano, muito tem sido o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, mas que por não ser tão visível como uma obra e não ter resultados tão imediatos, e na falta de melhores argumentos, é fácil de criticar,...

Deputado António Ventura (PSD): Os senhores não fizeram!

O Orador: ... como repetidamente tem feito o PSD por demagogia ou por desconhecimento, colocando em causa o trabalho de todos os técnicos e outros profissionais da SRAF...

Deputado António Ventura (PSD): O senhor já leu o programa do seu partido para a agricultura?

O Orador: ... e das organizações de produtores de toda a Região, não acreditando no trabalho por eles desenvolvido.

Só no ano de 2010, foram realizadas 5210 acções de apoio técnico e visitas às explorações e foram realizados cursos de formação profissional envolvendo mais de 1098 agricultores.

Deputado António Ventura (PSD): Aqueles que são obrigados a ir aos cursos por causa dos projectos!

Uma coisa é ir livremente, outra coisa é ir obrigado!

O Orador: Este Plano, reflecte a aposta dos governos do PS no aprofundamento da melhoria da estrutura fundiária dos Açores, na forte aposta na modernização das explorações agrícolas e das agro-indústrias, na melhoria da rede regional de abate, no apoio à diversificação agrícola, através de centros logísticos de processamento, nos parques de exposições e na promoção de produtos dos Açores, bem como os estudos e investigação em áreas fundamentais como o leite ou a carne.

De realçar, por fim, a criação de uma nova linha de crédito às empresas do sector cooperativo, de forma a apoiar o seu fundo de maneio e a sua actividade comercial, fazendo assim face às dificuldades sentidas por estas entidades que são fundamentais para o nosso sector agro-pecuário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Conhecemos a situação actual do sector agrícola, que não obstante as dificuldades, se tem comportado de forma muito positiva, e neste aspecto, o trabalho desenvolvido por todas as ilhas dos Açores, pela bancada do Partido Socialista, e que levou à elaboração de um relatório de interesse regional sobre a agricultura, traduzindo as preocupações e propostas dos agricultores e demais agentes económicos, permitiu aprofundar esse mesmo conhecimento.

Sabemos das dúvidas que provoca o eventual desmantelamento do sistema de quotas leiteiras, cuja defesa da sua manutenção o PS e o Governo dos Açores, continua a defender intransigentemente.

Deputado António Ventura (PSD): O Ministro da Agricultura disse que eram boas as propostas da oposição!

O Orador: Conhecemos e reconhecemos que há ainda trabalho a desenvolver, no sentido de aumentar a competitividades das nossas explorações, de diversificar a oferta de produtos lácteos, de promoção e marketing da marca Açores ligada à nossa agricultura, nunca dissemos nem dizemos que tudo está bem, mas também não somos daqueles, que ano após ano, anunciam desgraças, numa visão de terra

queimada, como terra queimada são as propostas e as ideias que o PSD tem, ou melhor, não tem, para a agricultura e para a economia da Região.

Mas, ao contrário do que querem fazer crer alguns partidos, em particular o PSD, este é o caminho certo.

A evolução de todos os indicadores conhecidos, dão-nos essa garantia e a firmeza de se continuar a trilhar este caminho, com planeamento, com estratégia, com persistência e com trabalho, em prol da agricultura e dos agricultores dos Açores.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para solicitar um intervalo regimental de 10 minutos, Sr. Presidente.

Presidente: É regimental.

Pedia ao líderes dos grupos e representações parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência para se acercarem da mesa.

(Pausa)

Srs. Deputados, vou anunciar os tempos ainda disponíveis:

Governo - 49 minutos

PS – 30 minutos e meio

PSD – 8 minutos

CDS/PP – 10 minutos e meio

BE – 2 minutos e meio

PPM – 40 segundos

PCP já não tem tempo.

Acordámos, numa breve conferência de líderes, que face ao bom andamento dos trabalhos, que reiniciaremos os nossos trabalhos amanhã pelas 15 horas e que teremos as intervenções finais às 18 horas.

Muito boa noite, bom jantar e até amanhã.

Eram 19 horas e 55 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Partido Social Democrata (PSD)

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

(*) Texto não revisto pelo orador

LISTAGEM DO EXPEDIENTE PRESENTE NA SESSÃO PLENÁRIA DA ALRAA DE 24.11.2010

1 - PROJECTOS DE DECRETO-LEI

Audição n.º 155/IX que “estabelece o regime da autorização da despesa inerente aos contratos públicos a celebrar pelo Estado, Institutos públicos, Autarquias locais, Fundações públicas, Associações públicas e Empresas públicas - MFAP - (Reg. DL 478/2010)”

Autor: Presidência do Conselho de Ministros

Entrada: 2010 – 11 - 22

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2010 – 11 – 29;

Audição n.º 154/IX que “estabelece obrigações relativas à exportação e importação de produtos químicos perigosos, assegurando a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 689/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho - MAOT - (Reg. DL 446/2010)”.

Autor: Presidência do Conselho de Ministros

Entrada: 2010 – 10 - 26

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2010 – 12 – 13.

2 - RELATÓRIOS E PARECERES

Artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2010 – 11 – 23;

Sobre o pedido de autorização para a Deputada Isabel Almeida Rodrigues prestar depoimento, na qualidade de testemunha, nos autos da acção com processo ordinário n.º 268/09.7TBPDL, que correm termos no 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2010 – 11 – 23;

Sobre o pedido de autorização para o Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão prestar depoimento, na qualidade de testemunha, nos autos de alteração da regulação das responsabilidades parentais nº 59/10.2TBSCF, que correm termos na secção única do Tribunal Judicial de Santa Cruz das Flores

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2010 – 11 – 23;

Sobre o pedido de autorização para o Deputado José Gaspar Rosa De Lima prestar depoimento, na qualidade de testemunha, nos autos de inquérito nº 319/10.2TAAGH, que correm termos na secção de processos dos serviços do Ministério Público «de Angra do Heroísmo

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2010 – 11 – 23.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO, ELABORADO AO ABRIGO DO ARTIGO 103.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES – 9/2010

Capítulo I GENERALIDADES

1. Constituição da Comissão

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é constituída pelos seguintes deputados:

- a)* Partido Socialista (PS)
 - Bárbara Chaves
 - Carlos Mendonça
 - Catarina Furtado
 - António Toste
 - Hernâni Jorge
 - Isabel Rodrigues
 - José Ávila
- b)* Partido Social Democrata (PSD)
 - Carla Bretão
 - Clélio Menezes
 - João Bruto da Costa
 - Luís Garcia
- c)* Partido Popular (CDS/PP)
 - Luís Silveira
- d)* Partido Comunista Português (PCP)

– Aníbal Pires

A deputada Zuraida Soares, do Bloco de Esquerda (BE), participa na Comissão, sem direito a voto, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º da Resolução da Assembleia Legislativa n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro.

2. Mesa da Comissão

A Mesa da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho tem a seguinte composição:

Presidente – Hernâni Jorge (PS)

Relatora – Isabel Rodrigues (PS)

Secretária – Carla Bretão (PSD)

Capítulo II PERÍODO DE REFERÊNCIA E REUNIÕES EFECTUADAS

O presente relatório respeita às actividades desenvolvidas pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho no período compreendido entre os dias 10 de Setembro e 11 de Outubro de 2010.

No período em referência, a Comissão reuniu no dia 11 de Outubro, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Capítulo III TRABALHOS REALIZADOS

1. Na reunião do dia 11 de Outubro de 2010 a Comissão desenvolveu os seguintes trabalhos:

a. Deliberação sobre prorrogação do prazo para relato e emissão de parecer sobre Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010 – “Cria o Parque Natural de São Jorge”.

b. Apreciação, relato e emissão de parecer, no âmbito da audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, sobre o Projecto de Lei n.º 422/XI (PCP) – “Cria o Conselho Nacional para as Tecnologias da Informação e da Comunicação”;

c. Aprovação do relatório de actividades da Comissão, a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Capítulo IV TRABALHOS PENDENTES

Estão pendentes, à data do presente relatório, aguardando a conclusão de diligências e a apreciação em Comissão, os seguintes documentos:

- Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010 – Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares;

- Anteproposta de Lei nº 1/2010 – Comissões Parlamentares de Inquérito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- Proposta de Resolução nº 1/2010 – Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2009;
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010 – “Cria o Parque Natural de São Jorge”;
- Projecto de Decreto-Lei nº 351/2010 - Adapta o registo das emissões e transferências de poluentes ao regime de prevenção e controlo integrados da poluição, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2008, de 21 de Julho.

Ponta Delgada, 11 de Outubro de 2010

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A DEPUTADA ISABEL ALMEIDA RODRIGUES PRESTAR DEPOIMENTO, NA QUALIDADE DE TESTEMUNHA, NOS AUTOS DA ACÇÃO COM PROCESSO ORDINÁRIO Nº 268/09.7TBPDL, QUE CORREM TERMOS NO 1º JUÍZO DO TRIBUNAL JUDICIAL DE PONTA DELGADA

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 23 de Novembro de 2010, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o pedido de autorização para a Deputada Isabel Almeida Rodrigues prestar depoimento, na qualidade de testemunha, nos autos da Acção com Processo Ordinário nº 268/09.7TBPDL, que correm termos no 1º Juízo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada.

O pedido do Tribunal deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 19 de Novembro de 2010, tendo sido enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, para relato e emissão de parecer.

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do artigo 97.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção da terceira alteração aprovada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades constitucional e legalmente consagrados, com as necessárias adaptações e de acordo com as especificidades consagradas no Estatuto e no respectivo regime legal de execução.

O n.º 2 do artigo 157.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que os Deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia.

O artigo 11.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República (Lei n.º 7/93, de 1 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 24/95, de 18 de Agosto, n.º 55/98, de 18 de Agosto, n.º 8/99, de 10 de Fevereiro, n.º 45/99, de 16 de Junho, n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro, n.ºs 44/2006 e 45/2006, ambas de 25 de Agosto, e n.º 43/2007, de 24 de Agosto) reproduz o referido texto constitucional (n.º 2), estabelece que o pedido de autorização é apresentado pelo juiz competente em documento dirigido ao Presidente da Assembleia (n.º 5) e determina que a decisão é tomada pelo Plenário, precedendo audição do deputado e parecer da comissão competente (n.º 6).

Por seu turno, o artigo 14º, n.º1 do Decreto Legislativo Regional nº 19/90/A, de 20 de Novembro, que aprovou o Regime de Execução do Estatuto dos Deputados, estatui, no seu número 1, que os Deputados não podem, sem autorização da Assembleia Legislativa, no período de funcionamento efectivo do Plenário, ser ouvidos como declarantes nem como arguidos, excepto, neste último caso, quando presos em caso de flagrante delito a que corresponda pena superior a três anos. Nos termos do disposto no nº 2 do mesmo dispositivo legal, a autorização atrás referida é precedida da audição do Deputado.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III APRECIACÃO DO PEDIDO

Recebido o pedido do Tribunal Judicial de Ponta Delgada, a Comissão procedeu à audição da Deputada Isabel Almeida Rodrigues, nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados, que informou das razões e circunstâncias que ditam a sua audição no referido processo, as quais nada têm a ver com o exercício do mandato de Deputada, e manifestou a sua disponibilidade para prestar o requerido depoimento.

Capítulo IV SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os *Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP* e o *Deputado da Representação Parlamentar do PCP* manifestaram posições de concordância com a autorização para que a Deputada Isabel Almeida Rodrigues preste depoimento,

na qualidade de testemunha, no âmbito dos mencionados autos da Acção com Processo Ordinário nº 268/09.7TBPD, que correm termos no 1º Juízo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada.

Capítulo V CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela inexistência de qualquer impedimento à presente solicitação judicial, emitindo, por unanimidade, parecer no sentido de autorizar que a Deputada Isabel Almeida Rodrigues preste depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos da Acção com Processo Ordinário nº 268/09.7TBPD, que correm termos no 1º Juízo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada.

Consequentemente, o pedido está em condições de ser agendado para apreciação e deliberação em reunião plenária da Assembleia Legislativa, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados.

Horta, 23 de Novembro de 2010

A Relatora, em substituição, *Catarina Moniz Furtado*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O DEPUTADO PAULO JORGE ARAÇOS ESTÊVÃO PRESTAR DEPOIMENTO, NA QUALIDADE DE TESTEMUNHA, NOS AUTOS DE ALTERAÇÃO DA REGULAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS Nº 59/10.2TBSCF, QUE CORREM TERMOS NA SECÇÃO ÚNICA DO TRIBUNAL JUDICIAL DE SANTA CRUZ DAS FLORES

Capítulo I INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 5 de Novembro de 2010, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o pedido de autorização para o deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão prestar depoimento, na qualidade de testemunha, nos autos de Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais nº 59/10.2TBSCF, que correm termos na Secção Única do Tribunal Judicial de Santa Cruz das Flores.

O pedido do Tribunal Judicial de Santa Cruz das Flores deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 14 de Outubro de 2010, tendo

sido enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, para relato e emissão de parecer.

Capítulo II ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do artigo 97.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção da terceira alteração aprovada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades constitucional e legalmente consagrados, com as necessárias adaptações e de acordo com as especificidades consagradas no Estatuto e no respectivo regime legal de execução.

O n.º 2 do artigo 157.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que os Deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia.

O artigo 11.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República (Lei n.º 7/93, de 1 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 24/95, de 18 de Agosto, n.º 55/98, de 18 de Agosto, n.º 8/99, de 10 de Fevereiro, n.º 45/99, de 16 de Junho, n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro, n.ºs 44/2006 e 45/2006, ambas de 25 de Agosto, e n.º 43/2007, de 24 de Agosto) reproduz o referido texto constitucional (n.º 2), estabelece que o pedido de autorização é apresentado pelo juiz competente em documento dirigido ao Presidente da Assembleia (n.º 5) e determina que a decisão é tomada pelo Plenário, precedendo audição do deputado e parecer da comissão competente (n.º 6).

Por seu turno, o artigo 14º do Decreto Legislativo Regional nº 19/90/A, de 20 de Novembro, que aprovou o Regime de Execução do Estatuto dos Deputados, estatui, no seu nº 1, que os Deputados não podem, sem autorização da Assembleia Legislativa, no período de funcionamento efectivo do Plenário, ser ouvidos como declarantes nem como arguidos, excepto, neste último caso, quando presos em caso de flagrante delito a que corresponda pena superior a três anos. Nos termos do disposto no nº 2 do mesmo dispositivo legal, a autorização atrás referida é precedida da audição do Deputado.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 3/2009/A, de 14 de Janeiro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III APRECIACÃO DO PEDIDO

Recebido o pedido do Tribunal Judicial de Santa Cruz das Flores, a Comissão procedeu à audição do Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão, nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados, que informou das razões e circunstâncias que ditam a sua audição no referido processo, as quais nada têm a ver com o

exercício do mandato de Deputado, e manifestou a sua disponibilidade para prestar depoimento.

Capítulo IV SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os *Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP* e o *Deputado da Representação Parlamentar do PCP* manifestaram posições de concordância com a autorização para que o Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão preste depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito dos mencionados autos de Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais nº 59/10.2TBSCF, que correm termos na Secção Única do Tribunal Judicial de Santa Cruz das Flores.

Capítulo V CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela inexistência de qualquer impedimento à presente solicitação judicial, emitindo, por unanimidade, parecer no sentido de autorizar que o Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão preste depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos de Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais nº 59/10.2TBSCF, que correm termos na Secção Única do Tribunal Judicial de Santa Cruz das Flores.

Consequentemente, o pedido está em condições de ser agendado para apreciação e deliberação em reunião plenária da Assembleia Legislativa, conforme dispõe o nº 6 do artigo 11º do Estatuto dos Deputados.

Horta, 5 de Novembro de 2010

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O DEPUTADO JOSÉ GASPAR ROSA DE LIMA PRESTAR DEPOIMENTO, NA QUALIDADE DE TESTEMUNHA, NOS AUTOS DE INQUÉRITO Nº 319/10.2TAAGH, QUE CORREM TERMOS NA SECÇÃO DE PROCESSOS DOS SERVIÇOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ANGRA DO HEROÍSMO

Capítulo I INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 5 de Novembro de 2010, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o pedido de autorização para o deputado José Gaspar Rosa de Lima prestar depoimento, na qualidade de testemunha, nos autos de Alteração Inquérito n.º 319/10.2TAAGH, que correm termos na Secção de Processos dos Serviços do Ministério Público de Angra do Heroísmo.

O pedido do Ministério Público de Angra do Heroísmo deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 18 de Outubro de 2010, tendo sido enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, para relato e emissão de parecer.

Capítulo II ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do artigo 97.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção da terceira alteração aprovada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades constitucional e legalmente consagrados, com as necessárias adaptações e de acordo com as especificidades consagradas no Estatuto e no respectivo regime legal de execução.

O n.º 2 do artigo 157.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que os Deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia.

O artigo 11.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República (Lei n.º 7/93, de 1 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 24/95, de 18 de Agosto, n.º 55/98, de 18 de Agosto, n.º 8/99, de 10 de Fevereiro, n.º 45/99, de 16 de Junho, n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro, n.ºs 44/2006 e 45/2006, ambas de 25 de Agosto, e n.º 43/2007, de 24 de Agosto) reproduz o referido texto constitucional (n.º 2), estabelece que o pedido de autorização é apresentado pelo juiz competente em documento dirigido ao Presidente da Assembleia (n.º 5) e determina que a decisão é tomada pelo Plenário, precedendo audição do deputado e parecer da comissão competente (n.º 6).

Por seu turno, o artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro, que aprovou o Regime de Execução do Estatuto dos Deputados, estatui, no seu n.º 1, que os Deputados não podem, sem autorização da Assembleia Legislativa, no período de funcionamento efectivo do Plenário, ser ouvidos como declarantes nem como arguidos, excepto, neste último caso, quando presos em caso de flagrante delito a que corresponda pena superior a três anos. Nos termos do disposto no n.º 2 do mesmo dispositivo legal, a autorização atrás referida é precedida da audição do Deputado.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, os “assuntos constitucionais, estatutários e

regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III APRECIACÃO DO PEDIDO

Recebido o pedido do Ministério Público de Angra do Heroísmo, a Comissão procedeu à audição do Deputado José Gaspar Rosa de Lima, nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados, que informou das razões e circunstâncias que ditam a sua audição no referido processo, as quais nada têm a ver com o exercício do mandato de Deputado, e manifestou a sua disponibilidade para prestar depoimento escrito, no uso da prerrogativa que lhe confere a lei.

Capítulo IV SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os *Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP* e o *Deputado da Representação Parlamentar do PCP* manifestaram posições de concordância com a autorização para que o Deputado José Gaspar Rosa de Lima preste depoimento escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito dos mencionados autos de Inquérito n.º 319/10.2TAAGH, que correm termos na Secção de Processos dos Serviços do Ministério Público de Angra do Heroísmo.

Capítulo V CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela inexistência de qualquer impedimento à presente solicitação judicial, emitindo, por unanimidade, parecer no sentido de autorizar que o Deputado José Gaspar Rosa de Lima preste depoimento escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos de Inquérito n.º 319/10.2TAAGH, que correm termos na Secção de Processos dos Serviços do Ministério Público de Angra do Heroísmo.

Consequentemente, o pedido está em condições de ser agendado para apreciação e deliberação em reunião plenária da Assembleia Legislativa, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 11º do Estatuto dos Deputados.

Horta, 5 de Novembro de 2010

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco